

The background of the entire page is a complex, abstract geometric pattern in various shades of blue. It features a mix of sharp, angular shapes like triangles and polygons, as well as smoother, flowing, organic forms that resemble stylized waves or liquid patterns. The overall effect is a dense, textured visual field.

Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

RELATÓRIO  
E CONTAS 2016



# ÍNDICE



Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	04
Principais Destaques e Perspectivas	10
Principais Indicadores	
Produtos e Serviços	
Perspectivas para 2017	
Enquadramento Macroeconómico	16
Economia Internacional	
Economia Nacional	
Enquadramento Regulamentar	
Actividade do Banco	44
Recursos Humanos	
Principais Acções Desenvolvidas (Direcções e Gabinetes)	
Canais de Distribuição	
Análise Financeira	
Proposta de Aplicação de Resultados	
Estrutura de Gestão	72
Composição dos Órgãos Sociais	
Modelo de Gestão	
Gestão de Risco	
Demonstrações Financeiras e Notas	88
Parecer do Conselho Fiscal	
Parecer dos Auditores Externos	

The background features a dark grey surface with a complex, repeating geometric pattern in shades of blue and white. The pattern consists of various shapes including squares, triangles, and zig-zags. On the right side, there is a close-up of a traditional beaded necklace. The necklace has a dark brown leather strap with several large, yellow and orange cowrie shells interspersed with small red beads. The lighting creates a soft glow across the scene.

# 01

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA





**Banco Keve**  
O BANCO À SUA MEDIDA





## Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Caros Clientes, Accionistas, Colaboradores e Parceiros

Concluído mais um exercício económico reiteramos a dignificante tarefa de resumirmos a actividade do Banco Keve durante 2016 e fazermos uma breve perspectiva da evolução do nosso Banco.

Gerir o negócio do Banco e sua equipa, é zelar pelo seu bom funcionamento todos os dias, com dedicação, compromisso e perseverança, assente em três pilares de referência: excelência, para fazer mais e melhor, progresso, para gerar valor com estabilidade, sustentabilidade e proficiência, e conformidade, para estar em sincronia com valores éticos e normativos legais.

O ano de 2016 foi marcado por alguns constrangimentos internacionais, que conduziram à manutenção do ritmo de crescimento verificado no ano transacto, reflectindo as implicações da recente decisão tomada pelo Reino Unido de se retirar da União Europeia, os novos indicadores da economia Chinesa, as dificuldades na maioria dos países Sul Americanos e também os ajustamentos em termos de preço e de produção do petróleo.

Estes e outros factos contribuíram para a manutenção da instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular impacto na descida significativa e prolongada da cotação do petróleo, onde o preço do barril chegou mesmo a uma cotação de 29 dólares por barril, explicando uma acentuada diminuição do fluxo de divisas. É a principal variável a afectar a economia nacional, com efeitos directos nas exportações, nas receitas fiscais, nas reservas internacionais e no financiamento do OGE.

Os impactos na Economia Angolana foram notórios, com o refreamento do crescimento económico para um valor estimado de 1,1% contra os 3,6% de 2015. A taxa de inflação voltou a galopar para valores acima dos 40% no final do ano de 2016, continuando a verificar-se uma queda das receitas fiscais, um aumento do nível de endividamento público, e também uma elevação das taxas de juros de referencia, activas, para níveis proximos dos 20%.

A nível do mercado cambial e apesar das melhorias verificadas nos últimos meses do ano, o acesso a divisas continuou a ser uma dura realidade para a generalidade do sector bancário, com uma redução da oferta por parte do BNA a rondar os 70% comparativamente a 2015. Ainda assim, a desvalorização da moeda nacional não foi tão acentuada como no ano anterior, com o Kwanza a depreciar face ao dólar norte-americano na ordem dos 23%.

O Banco Keve desenvolveu neste contexto a sua actividade, procurando sempre garantir a sustentabilidade económica e financeira da Instituição e por outro lado, satisfazer as necessidades dos seus Clientes. O Banco apostou na captação e melhoria da qualidade dos recursos, verificando-se um incremento na ordem de AOA 6.539 milhões (+5,9%), com garantia de maior estabilidade e futuro. O Activo atingiu em 2016 o valor de AOA 140.687 milhões comparativamente

aos AOA 130.776 milhões no ano anterior (+8%); o Crédito a Clientes manteve-se praticamente inalterado, cifrando-se em termos brutos em AOA 58.102 milhões, cerca de -1% face ao exercício transacto e os Fundos Próprios atingiram AOA 14.637 milhões, denotando um crescimento de 21% face a 2015. O rácio de solvabilidade regulamentar ascendeu confortavelmente aos 20,39%, traduzindo estabilidade financeira, menor vulnerabilidade e cumprindo largamente com o nível de 10% exigido pela entidade reguladora. O produto bancário em 2016 situou-se em AOA 21.462 milhões, cerca de 70% acima do valor verificado no ano de 2015, com a margem financeira a justificar um incremento na ordem dos 65% (atingindo os + AOA 10.709 milhões) e a margem complementar com um crescimento de 76% (atingindo os AOA 10.752 milhões).

Destaque especial para o crescimento das rubricas “Provisões para crédito e garantias prestadas” com um incremento na ordem dos 154%, fixando-se em AOA 8.083 milhões, mediante um inusitado reforço das dotações para provisões em AOA 7.742 milhões (cerca de 46,7 milhões de USD ao câmbio médio do BNA no final do ano).

O plano de expansão da rede de Balcões prosseguiu dentro dos objectivos preconizados atingindo os 62 balcões em 2016 (mais 6 do que em 2015), reafirmando a sua presença a nível nacional. O investimento bruto em activos tangíveis, num total de AOA 10.531 milhões justifica um incremento na ordem dos 18%. O Banco continuou a apostar na expansão de meios de pagamento electrónicos, observando-se um crescimento de 25% em ATM's (com 99 em actividade no final do ano) e em TPA/POS.

O Banco encetou, decidida e energicamente, o processo de modernização do Keve, de cumprimento de objectivos de natureza legal e de ajustamentos processuais e operativos, com destaque para:

- Construção do modelo de “Plano de Contas Keve”, em versão consentânea com o projecto CONTIF ajustado divulgado pelo BNA, adaptado às IAS/IFRS;
- Definição organizativa do Banco em centros de custo/ /lucro, com responsáveis pelo acompanhamento e controlo da actividade operacional e orçamental;
- Desenvolvimento das condições para o início da implementação do sistema SAP, definições de abrangência, desenho de funcionalidades, levantamento de requisitos, adjudicação do projecto, preparação de ficheiros mestre e parametrização de operações;
- Contratação de provedor para a conversão do actual sistema contabilístico e para a revisão integral dos roteiros vigentes; adjudicação de serviços de desenvolvimento customizado para disponibilização de interfaces SAP-Banka e AM-SAP.

No domínio da oferta de Produtos e Serviços, destacamos o lançamento do produto “KEVE 13” em comemoração do 13º aniversário do Banco, cuja aplicação a prazo (180 e 365 dias)

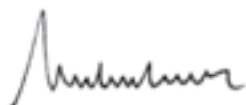
habilitou os clientes a ganhar um automóvel. Destaque também para a acção comercial (Campanha Visa) na qual os clientes usufruíam o direito a um cartão Visa em troca de uma aplicação superior ou igual a AOA 5 milhões por 365 dias.

No domínio do Capital Humano, o Banco continuou na senda de qualificação dos seus recursos, visando aumentar os conhecimentos profissionais e a harmonização de práticas e condutas, assumindo o investimento na gestão de Recursos Humanos como nuclear na nossa organização.

É nossa intenção assumir uma posição de vanguarda nos desafios e processos associados ao negócio bancário actual, em sintonia com a regulamentação e melhores práticas do sector, especialmente no que toca às IFRS (*International Financial Reporting Standards*), e aos acordos de Basileia e ao Combate do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

A todos os *stakeholders* os nossos agradecimentos pelo espírito de compromisso assumido nestes tempos conturbados, pela confiança e dedicação, mantendo o Banco Keve nos trilhos do sucesso. Um obrigado especial aos nossos clientes pela caminhada conjunta e pela preferência nos nossos serviços e aos nossos Accionistas pelo seu apoio e confiança, para orientar os destinos da Instituição.

Depois de um ano de incertezas, apraz-nos dizer que o Banco Keve prepara-se para enfrentar os novos desafios em 2017, sempre tendo como foco construir um Banco cada vez mais sólido, transparente e à sua medida.



Rui Eduardo Leão da Costa Campos  
Presidente do Conselho de Administração



Arlindo Nogueira Narciso Das Chagas Rangel  
Presidente da Comissão Executiva







# 02

PRINCIPAIS DESTAQUES E PERSPECTIVAS





Banco *Keve*  
O BANCO À SUA MEDIDA





## Principais Indicadores

MILHARES DE AOA, EXCEPTO PERCENTAGENS	Dez-16 Real	Dez-15 Real	Var. Real
<b>1. Actividade</b>			
Resultados Líquidos	2.488.739	821.497	203%
Margem Financeira	10.709.038	6.509.725	65%
Produto Bancário	21.461.538	12.637.321	70%
Margem Financeira / Produto Bancário	50%	52%	-2 p.p
Cash Flow Operacional	11.214.448	4.546.009	147%
<b>2. Rentabilidade</b>			
ROAE - Rentabilidade Capitais Próprios Médios	21,3%	5,7%	16 p.p
ROAA - Rentabilidade Activos Médios	1,8%	0,7%	1 p.p
<b>3. Estrutura</b>			
Activo Total	140.686.976	130.776.596	8%
Recursos Totais de Clientes	116.987.438	110.448.845	+6%
Crédito Sobre Clientes (Líqu.)	58.102.442	58.600.633	-1%
Fundos Próprios	14.636.696	12.147.957	20%
Nº de Agências	62	56	11%
Nº de Colaboradores	516	472	9%
<b>4. Eficiência</b>			
Cost-To-Income	48%	64%	-16 p.p
Colaboradores / Agência	8	8	0%
Activo Total Médio / Colaboradores	272.649	277.069	-2%
<b>5. Solidez</b>			
Crédito Vencido S/ Crédito Bruto	5,6%	8,5%	-3 p.p
Provisões P/ Crédito S/ Crédito Vencido	172%	37%	135 p.p
<b>6. Liquidez</b>			
Crédito Sobre Depósitos	65,1%	60,4%	5 p.p
<b>7. Regulamentares</b>			
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	20,4%	16,5%	4 p.p
Rácio de Liquidez Moeda Estranegira	-17%	-67%	50 p.p

### Rácios:

Cost-to-income = Custos de estrutura sobre Produto bancário.

Custos de estrutura = Fornecimento e serviços + Custos com pessoal + Out.custos operacionais + Amortizações.

Exposição cambial = Exposição cambial líquida/FPR. O sinal positivo (negativo) significa que é longa (curta).

Recursos totais de clientes = Depósitos + cativos de OPEs

## Produtos e Serviços

### EMPRESAS

#### Contas

- Contas de Depósito à Ordem
- Contas de Depósitos a Prazo

#### Cartões

- Cartões Keve Frota Sonangal

#### Serviços

- Pagamentos de Salários
- Pagamentos a Fornecedores
- Recolhas de Valores às Instalações dos Clientes
- Agências, CE e Postos de atendimento especializados (outsourcing da função Caixa)
- *Bancassurance* (Serviços de Seguros)
- *Bordereaux* na Hora
- Consultoria, Apoio ao Investidor
- iKeve *Corporate* (Serviço de Internet Banking)
- Keve *Tablet*

#### Crédito

- Facilidades de Crédito
- *Project Finance*
- *Corporate Finance*
- Conta Corrente Cauçionada
- Descoberto em Conta
- Linhas de Crédito para PMEs
- Linhas de Crédito Documentário de Importação
- Garantias Bancárias
- Keve Investe

### PARTICULARES

#### Contas

- Contas de Depósito à Ordem
- Contas de Depósitos a Prazo
- Conta Kanuco (Conta Poupança Menor)
- Conta Bankita
- Conta Bankita Crescer (Depósito a Prazo)

#### Cartões

- Cartões de Débito
- Cartões Keve Frota Sonangal
- Cartões Keve *Visa Gold* e *Classic*

#### Crédito

- Consumo
- Automóvel
- Habitação
- Keve Salário e Keve Funcionário Público

#### Serviços

- Compra e Venda Moeda Estrangeira
- Banca de Seguros (Serviço de Seguros)
- iKeve (Serviço de *Internet Banking*)
- Keve SMS
- Keve *Tablet*
- *Bordereaux* na Hora
- Alertas de Eventos (Email)
- Keve *Private* (Atendimento Personalizado)

### MERCADOS

- Títulos do Banco Central
- Bilhetes de Tesouro
- Obrigações de Tesouro
- Bancos Correspondentes
- Gestão de Tesouraria
- Compra e Venda de ME (moeda estrangeira)
- Certificados de depósito
- *Swaps/ Forwards*
- Serviços de Custódia
- Estudos de Mercados (*Research*)

### OPERAÇÕES

- Ordens de pagamento
  - Nacionais
  - Internacionais
- Crédito Documentarios
- Remessas Documentárias
  - Importação
  - Exportação
- Garantias e Avals
- STC (Sistemas de Transferências a Crédito)
- SPTR (Sistema de Pagamento em Tempo Real)
- Financiamentos Externos
- Licenciamento de Operações junto do BNA
- Envio de *Swifts*
- Extrato MT940



## Perspectivas para 2017

**P**ara o ano de 2017 o Banco mantém as linhas estratégicas de consolidação e expansão da sua atividade, assumindo o compromisso de transformar o Keve num Banco de referência no sistema financeiro angolano. O Banco propõe-se apostar no desenvolvimento das competências do capital humano, numa maior divulgação dos canais de distribuição, com especial destaque para as plataformas eletrónicas, pelo maior dinamismo ao nível do mercado de capitais, pela potenciação da capacidade de inovação na oferta de produtos e serviços e na maior flexibilidade na adaptação às novas exigências do mercado.

A extensão das exigências nacionais e internacionais a nível regulamentar, das boas práticas bancárias consentâneas com políticas de *compliance*, de controlo interno e de Governança Corporativa, acrescidas das regras emanadas do comité de Basileia e da obrigatoriedade próxima de aplicação das IFRS, fazem parte do compromisso do banco, que continuará a assegurar a prestação de serviços de excelência, a garantir a criação de valor para os accionistas e a valorização das condições e carreiras dos seus colaboradores e, por último na continuidade da participação activa no desenvolvimento económico sustentado de Angola.

# 03

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO





Banco **Keve**

O BANCO À SUA MEDIDA





## Economia Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve as projecções do crescimento Mundial em 2016 nos 3,1%, ligeiramente abaixo das primeiras previsões de Abril, que apontavam para um crescimento de 3,2%. Este nível de crescimento representa uma manutenção do ritmo de crescimento verificado em 2015, reflectindo já as implicações da recente decisão de retirada da União Europeia tomada pelo Reino Unido, os novos indicadores da economia Chinesa, as dificuldades na maioria dos países Sul Americanos e também os ajustamentos em termos de preço e de produção do petróleo.

### Comportamento do PIB global, 2014– 2017

(Taxas de crescimento reais, %)

	2014	2015	Projeções	
			2016	2017
Mundo	3,4	3,1	3,1	3,6
Economias Avançadas	1,8	2,0	1,8	2,1
Estados Unidos	2,4	2,6	2,2	2,6
Zona Euro	0,9	1,5	1,6	1,7
África Subsaariana	5,0	3,8	1,6	4,7
Angola *	4,8	6,6	1,1	1,1
Médio Oriente e Norte de África	2,7	2,5	3,6	3,6
América Central e do Sul	1,3	-0,3	-0,3	1,6
Ásia em desenvolvimento	6,8	6,5	6,3	6,2
Comunidade dos Países Independentes	1,0	-2,7	0,0	1,7

\* Ministério das Finanças (Relatório de Fundamentação do OGE 2016 Revisto)

Fonte: Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, Out-16 e Jan-17)

Segundo o FMI, o crescimento do PIB na maioria das Economias desenvolvidas permanece ainda abaixo do potencial com um valor estimado para 2016 de 1,8%. No entanto, e apesar de algumas incertezas face a possíveis alterações de políticas nos Estados Unidos fruto da nomeação do novo Presidente, as previsões indicam um ligeiro aumento no ritmo de crescimento destas economias em 2017 com um crescimento do PIB a rondar os 2%.

O PIB dos Estados Unidos de América foi de 2,2% em 2016, prevendo-se para 2017 um crescimento de 0,4 p.p (2,6%) face aos estímulos fiscais em curso. A Zona Euro mostra sinais de desaceleração com um PIB de 1,6% em 2016 face aos 1,5% registados em 2015. O destaque na Zona Euro vai no entanto para a Alemanha que registou um crescimento de 0,2 p.p atingindo 1,7% em 2016. Para os restantes países europeus o cenário foi na sua maioria de manutenção dos crescimentos verificados no ano anterior, com a França e Espanha a manterem os seus crescimentos em 2016 de 1,3% e 3,2% respectivamente face ao ano de 2015.

As economias da Zona Euro reflectem uma lenta recuperação justificada pelas incertezas sobre questões relativas à saída do Reino Unido da Zona Euro, e os impactos negativos sobre as economias alemã e francesa da desaceleração da economia chinesa. Por fim, o FMI antecipa que o crescimento no Japão deverá acelerar para valores próximos 1,0% em

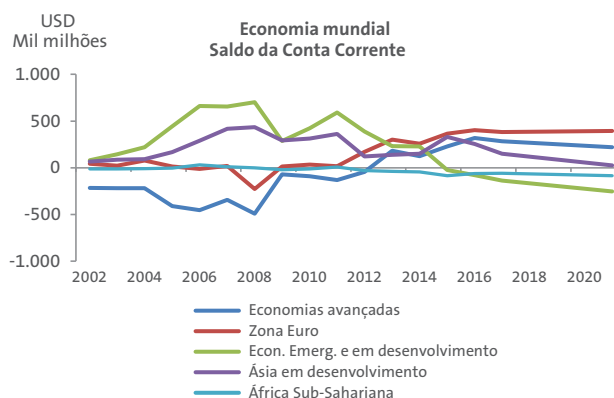
2016, sustentado pela política fiscal, melhores condições financeiras e aumento do rendimento das famílias especialmente no último trimestre do ano.

Relativamente às economias emergentes, as perspectivas permaneceram com perfis diversificados, com algumas melhorias para um pequeno número de países emergentes por um lado e por outro na manutenção de constrangimentos já verificados desde meados de 2015. O crescimento das economias emergentes situa-se na casa dos 4,1% em 2016 com a Índia e a China a serem os principais motores com taxas de crescimento na ordem dos 6,6% e dos 6,7% respectivamente.

No entanto, nas restantes economias emergentes e em desenvolvimento, especialmente no Brasil e Argentina, continuam a apresentar sinais de recessão. A redução das despesas fiscais, a diversificação da economia, o fortalecimento das instituições, e a flexibilidade necessária das taxas de câmbio serão de acordo com o FMI, uma forma de absorver os impactos dos choques externos adversos, nomeadamente nos exportadores de *commodities*.

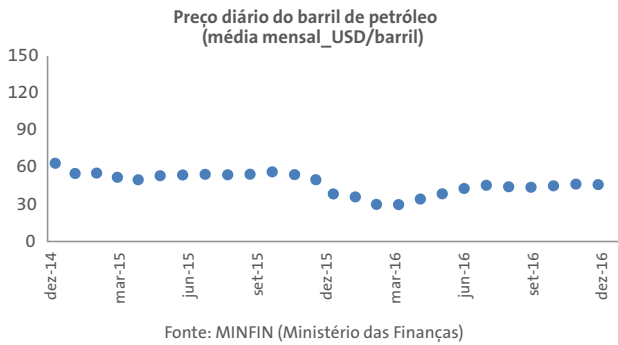
### COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio mundial de bens e serviços apresentou perspectivas pouco animadoras, registando uma redução de 0,3 p.p em 2016 (2,3%) com previsão de melhoria para 2017 (3,8%).



Fonte: Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, Out-16).

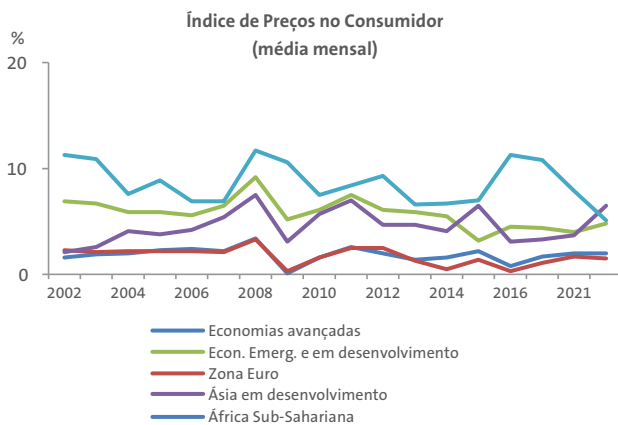
O saldo da conta corrente apresentou um défice a nível global, principalmente para os países exportadores de petróleo. As economias desenvolvidas mantiveram níveis moderados de importações, enquanto que as economias emergentes, especialmente na Ásia aumentaram a pressão na procura de produtos importados, o que leva a uma previsão de crescimento perto dos 3,8%.



Relativamente ao petróleo, estima-se que a oferta não pertencente à OPEP reduza entre 740 mil barris por dia e 800 mil barris por dia. Se os preços permanecerem baixos é provável que a oferta não-OPEP fique estagnada em 2017, antes de começar a crescer novamente em 2018, à medida que a procura começa a superar a oferta. Mas se os preços de petróleo continuarem a subir, como tem acontecido recentemente, a oferta não-OPEP poderá revelar-se mais resistente uma vez que os produtores se irão esforçar bastante para manter os custos, obter ganhos de eficiência e aumentar a oferta. Além das reduções na oferta nos EUA, a OPEP espera observar reduções na produção da China, México, Reino Unido, Cazaquistão e da Colômbia, com previsões de crescimento no Canadá, Brasil, Rússia e Malásia.

## INFLAÇÃO

A taxa média de inflação das economias avançadas situou-se durante o ano de 2016 em 0,8%, com uma previsão de aumento para 1,7% em 2017. Nas economias emergentes e em desenvolvimento houve um abrandamento ligeiro do nível geral de preços para 4,5% em 2016 (4,7% em 2015), mantendo a cadência de redução para 2017 (4,4% previstos).

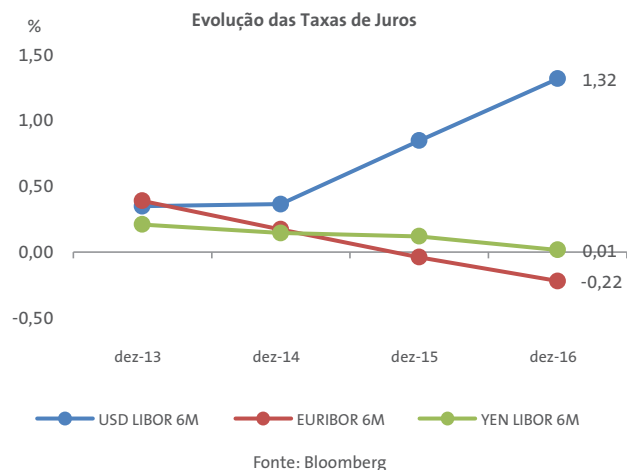
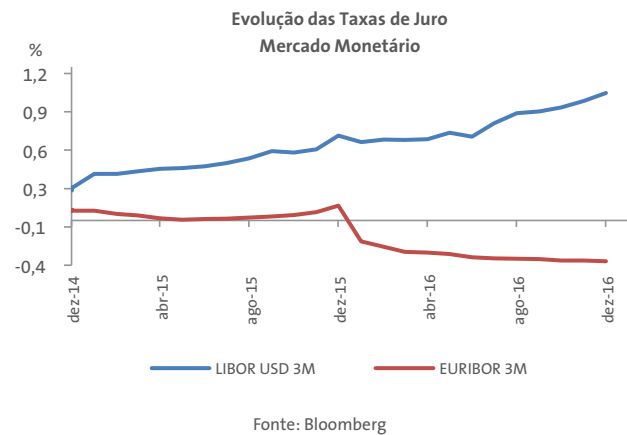


Nos Estados Unidos da América (EUA), a taxa de inflação apresentou uma tendência de subida tendo-se situado nos 1,2% em 2016 e com previsões de crescimento em 2017 para níveis próximos de 2,3%. Estes níveis de inflação são justificados principalmente pelos preços do petróleo que nas ultimas semanas do ano apresentaram uma ligeira inversão da tendência de queda pressionando o nível geral de preços no país. Por outro lado, na Zona Euro a inflação apresentou um crescimento muito ligeiro, atingindo uma taxa de 0,3% em 2016 (inflação próxima de Zero em 2015) e prevê-se que em 2017 haja uma ligeira subida de 1,5%.

## TAXAS DE JURO

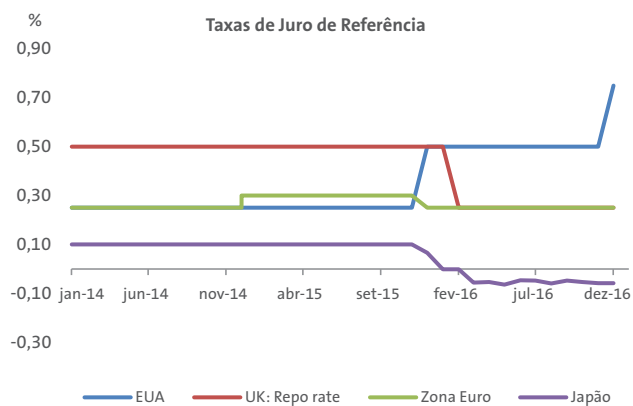
Durante o ano de 2016 as taxas de juro com prazos mais curtos mantiveram-se relativamente estáveis tanto no mercado Europeu como nos EUA. A taxa Libor 3 meses manteve-se na casa dos 0,23% ao longo do ano de 2016, enquanto que a Euribor a 3 meses manteve-se nos 0,08%, prevendo-se uma redução contínua desta última para 2017.

Para as maturidades mais elevadas, e de acordo com as revisões do FMI, a tendência nos últimos três anos para taxas Libor com maturidade de 6 meses foi de constantes aumentos, saindo de 0,35% em 2013 para 1,32% em 2016. As mais recentes projecções indicam que esta taxa irá manter a tendência de subida face a uma possível política fiscal mais expansionista com a nova administração do Governo Americano. Por outro lado, na Europa, a taxa Euribor a 6 meses, manteve a sua tendência de redução iniciada em 2013 quando a taxa estava fixada nos 0,39%, reduzindo até -0,22% em 2016.





Relativamente às taxas de Juro de referência, as taxas de juros na Zona Euro apresentaram um comportamento estável ao longo do ano de 2016 mantendo-se nos 0,25% resultante da política monetária implementada pelo Banco Central Europeu (BCE) com intuito de estimular a economia. Nos EUA, as taxas de juros apresentaram uma tendência crescente resultante da política fiscal mais expansionista implementada pelo Federal Reserve.









Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA





## Economia Nacional

### EVOLUÇÃO DO PIB

**E**m 2016, a economia angolana registou um abrandamento no seu crescimento com o PIB a ser revisto em baixa para apenas 1,1%, o que reflete uma redução de 1,9 p.p. comparativamente a 2015. Esta redução no crescimento da economia foi substanciada pela redução do PIB petrolífero de 6,3% em 2015 para 0,8% em 2016. Para o sector real da economia, o ano de 2016 foi bastante restritivo, com a economia a ressentir fortemente a diminuição do preço do barril de petróleo, forçando assim a uma revisão do Orçamento Geral do Estado.

#### Indicadores Macroeconómicos

	2014	2015	2016	Var. 15/16
Inflação (%)	7,5	14,3	38,5	24,2p.p
Taxa de Crescimento Real (%)	4,8	4,0	1,1	-2,9p.p
Sector Petrolífero	-2,6	6,3	0,8	-5,5p.p
Sector não Petrolífero	8,1	2,4	1,2	-1,2p.p
Exportação de Petróleo (Milhões de Barris)	610,2	669,8	654,6	-2%
Preço Médio Exportação Petróleo (USD/Barril)	76,0	40,0	41,0	2%
Reservas Internacionais Líquidas (MMUSD)	27,0	24,7	20,2	-16%
Vendas de USD no BNA (MMUSD)	17,5	16,3	9,9	-39%
Taxa de Câmbio 1 USD=Kz (Fim do Período)	102,8	156,4	165,9	6%
Saldo Orçamental Global em % do PIB	3,7	-7,0	-0,2	-6,8p.p

MMUSD = Mil milhões de dólares.

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2016 Revisto e Estatísticas sobre receitas petrolíferas) e BNA.

A desaceleração considerável do PIB resulta da baixa contribuição do sector petrolífero, essencialmente no primeiro semestre do ano de 2016, onde o preço do barril atingiu patamares muito baixos em torno dos USD 28/bbl. A recuperação recente dos preços é segundo as últimas previsões ainda tímida e incerta.

### Composição do Produto Interno Bruto

	2011	2012	2013	Realizado 2014
PIB a preços correntes (Kz mil milhões)	12.056	12.462	12.536	16.879
<b>Crescimento PIB Real e suas Componentes (%)</b>				
Agricultura	42,3	11,9	0,8	6,7
Pescas e Derivados	2,4	19,1	8,1	1,7
Diamantes e Outros	3,3	1,0	2,2	-0,6
Petróleo	-0,9	-2,6	6,3	0,8
Indústria Transformadora	8,6	8,1	-2,1	-3,9
Construção	8,1	8,0	3,5	3,2
Energia	34,4	17,3	2,5	19,9
Serviços Mercantis	7,0	8,0	2,2	0,0
Outros	0,7	6,0	1,1	0,0

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2016 Revisto).

Os esforços empreendidos pelo Governo para a diversificação da economia mostram-se ainda pouco efectivos, no entanto o crescimento do sector não petrolífero foi pela primeira vez superior ao sector petrolífero. Ainda assim, o crescimento do sector não petrolífero foi também revisto em baixa para 1,2% em 2016 face aos 2,69% previstos inicialmente. Este crescimento é resultado da combinação de crescimentos positivos esperados nos sectores da energia (19,9%), agricultura (6,7%), pescas (1,7%) e no sector da construção (3,2%) respectivamente.

### SECTOR FISCAL

Para 2016 a receita fiscal foi de AOA 3.484,6 mil milhões (USD 20,6 mil milhões) e as despesas fiscais foram de AOA 4.484,6 mil milhões (USD 26,6 mil milhões). Estes valores foram registados em função do reajuste observado no OGE 2016, muito em consequência do baixo preço do barril de petróleo no mercado internacional (41USD/barril), tendo as receitas e as despesas fiscais reduzido 16,0% e 5,3% respectivamente.

O défice estimado de 2016 equivale a 5,9% do PIB e apresenta uma variação negativa comparativamente ao défice registado em 2015 estimado em AOA 341,5 mil milhões que representava (2,8% do PIB), e o saldo primário não petrolífero apresenta uma redução na ordem de -15,8% do PIB (22,5% em 2015).

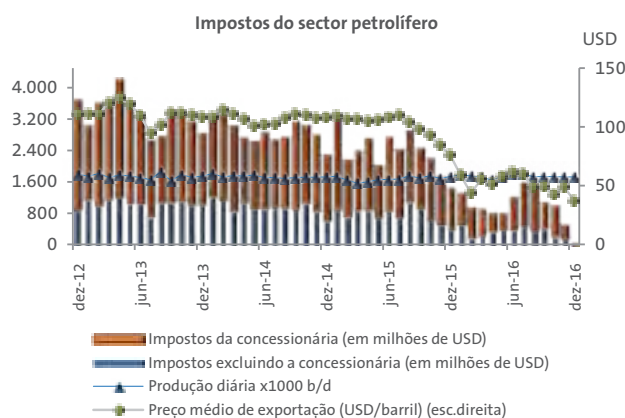
#### Finanças Públicas

	2013	2014	2015	2016	Em % do PIB	Δ
Mil Milhões de USD	Exec	Exec	Exec	Exec	2016	16/15
<b>1. Receitas</b>	<b>47,1</b>	<b>44,4</b>	<b>25,0</b>	<b>20,6</b>	<b>20,6%</b>	<b>-16,0%</b>
Impostos	45,3	42,4	22,6	18,6	18,3%	-17,7%
Petrolíferos	35,8	31,1	14,0	9,3	9,1%	-33,6%
Não petrolíferos	9,5	11,3	8,6	9,4	9,2%	9,3%
Contributos S.Social/Outras	1,8	2,0	1,1	0,9	0,9%	-18,2%
<b>2. Despesas</b>	<b>46,8</b>	<b>44,7</b>	<b>28,5</b>	<b>26,6</b>	<b>26,6%</b>	<b>-5,3%</b>
Correntes	35,0	33,9	22,5	21,2	20,9%	-5,8%
Capital	11,8	10,8	6,0	5,8	5,7%	-3,3%
<b>3. Saldo primário [1-2]</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>-6,0</b>	<b>-6,0%</b>	<b>71,4%</b>
<b>Financiamento líquido</b>	<b>-12,1</b>	<b>2,5</b>	<b>2,8</b>	<b>6,0</b>	<b>5,9%</b>	<b>140,0%</b>

Valores convertidos para USD ao câmbio referido no OGE

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2016 Revisto).

A receita fiscal projectada representa 20,6% do PIB anual e é constituída pela primeira vez maioritariamente pela receita não petrolífera (9,2%).



Fonte: Ministério das Finanças

Durante o ano de 2016, as receitas petrolíferas registaram uma redução de 33,6%, impulsionada por um lado pela redução dos níveis de produção diária de 1.767 mb/d (Dezembro de 2015) para 1.688 mb/d em Dezembro de 2016 (Relatório Mensal OPEP Dezembro 2016) e por outro lado pela redução do preço desta *commodity*, apesar dos sinais de recuperação apresentado nos meses finais do ano (situando-se em 45,0 USD/barril). Juntando a este facto, refere-se ainda que

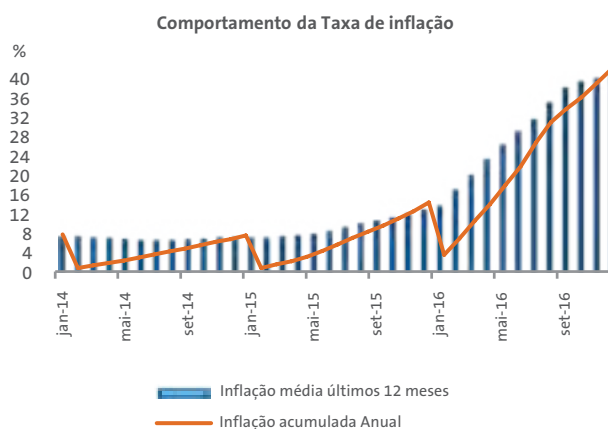
o não pagamento do ITP (Imposto de Transação de Petróleo) durante todo o período de 2015 e 2016, influenciou cabalmente a queda brusca das receitas petrolíferas.

Segundo o Executivo angolano, as finanças públicas continuam condicionadas à queda das receitas petrolíferas, o que tem exigido medidas que garantam maior racionalidade das despesas e uma maior arrecadação de receitas no sector não petrolífero.

O ano de 2016 foi marcado pelas reformas aplicadas na política fiscal e monetária, que têm contribuído significativamente para acelerar as condições macroeconómicas que garantam o crescimento da actividade económica e fomentem o controlo da inflação não estrutural e a dinâmica do mercado de trabalho. Neste contexto, a reforma fiscal é necessária para redimensionar a linha de crescimento mais lento a médio e longo prazo.

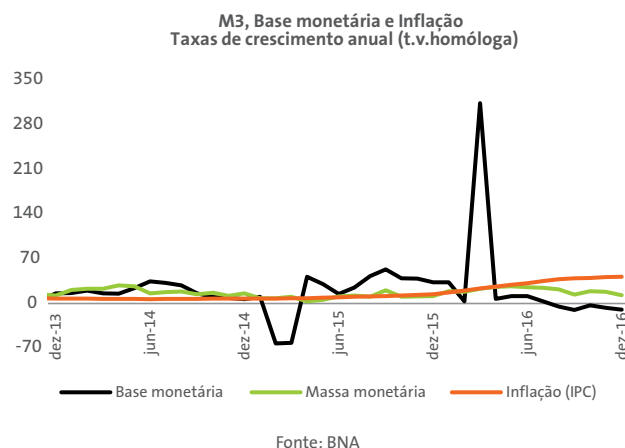
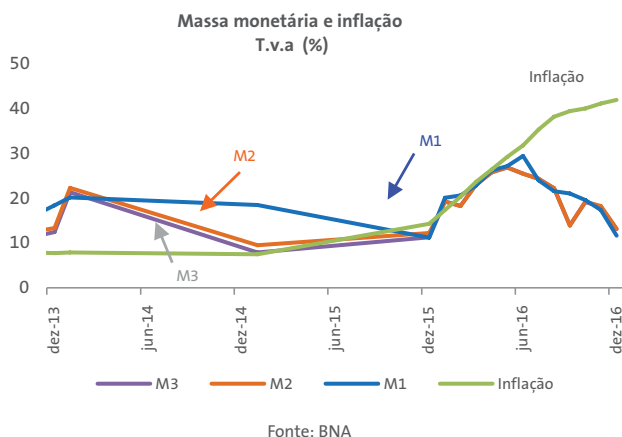
#### TAXA DE INFLAÇÃO

Em 2016, a taxa de inflação acumulada foi de 41,9%, contra 14,2% observada em 2015. A taxa de inflação registou desde Outubro de 2015 um sentido ascendente na casa dos dois dígitos, desfavorecida pela conjuntura económica. Os desafios para o controlo da evolução da taxa de inflação foram muitos, combinados com a protecção das reservas externas, no entanto a pressão inflacionista foi maior face à escassez de divisas e à grande dependência de importações que fizeram com que os preços atingissem níveis de inflação muito altos.



Fonte: BNA, INE





Por estes motivos o Kwanza registou também uma forte depreciação face ao dólar e consequentemente exerceu também uma grande pressão sobre os índices de preços do consumidor e da inflação no final do ano.

### POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL

Durante o ano de 2016, a política monetária manteve-se em elevada sintonia com a execução da política fiscal. O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola analisou, de entre outras questões, a evolução dos indicadores relativos à economia nacional com realce para os sectores real, fiscal, monetário e externo, bem como o comportamento da economia internacional. Foi prestada particular atenção à trajetória dos preços na economia nacional, tendo o Comité notado uma aceleração da inflação no mês de Novembro, explicada pelo aumento pontual do preço administrado das telecomunicações.

Relativamente às medidas de política monetária, o Comité de Política Monetária procedeu ao longo do ano às seguintes medidas:

- Aumentou a Taxa BNA de 12% para 16,00% ao ano;
- Aumentou a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 14% para 20,00% ao ano;
- Aumentou a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 7 dias de 1,75% para 7,25% ao ano;
- O coeficiente de reservas obrigatórias que incide sobre os depósitos dos bancos comerciais em moeda nacional aumentou para 30%, e moeda estrangeira em 15%.

Adicionalmente o Comité de Política Monetária do BNA mantém a recomendação de que os agentes económicos tenham a LUIBOR, como taxa de juro de referência na contratação de crédito bancário.

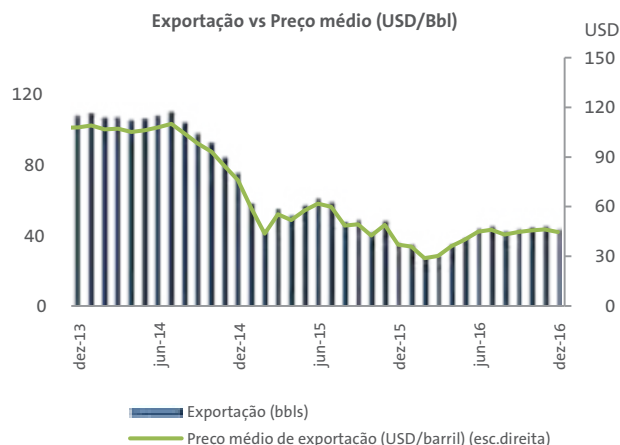
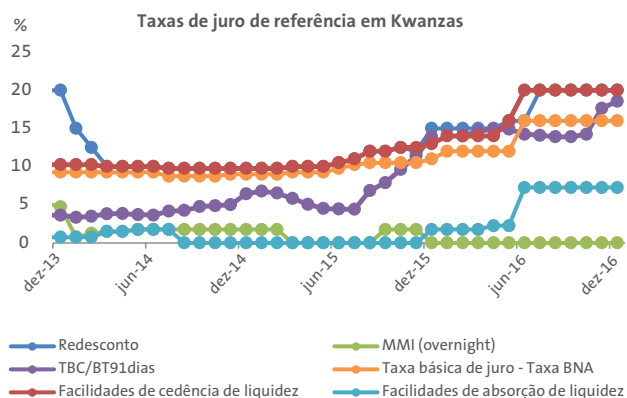
### MASSA MONETÁRIA

A liquidez na economia (M3) registou um aumento de 14% em 2016, registando um crescimento da massa monetária em circulação especialmente em moeda nacional (+16% face a 2015). A dolarização da economia, medida pelo peso da moeda estrangeira (ME) sobre o M3, diminuiu 5 p.p., tendo-se situado em 31% no final do ano (36% em 2015). Esta redução da moeda estrangeira é explicada pelas dificuldades no acesso a divisas, sendo que o aumento verificado em moeda nacional reflete um aumento do crédito concedido ao Estado.

### TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA

As taxas de juro relativas às operações de política monetária (redescoto, facilidades de cedência e absorção de liquidez e TBC) também sofreram com os choques externos resultantes da baixa do preço do Petróleo no mercado internacional. Desse modo, o Executivo promoveu a subida das taxas de juro activas dos bancos de forma a controlar a inflação. De um modo geral as taxas de referência apresentaram uma tendência de subida. No período em referência (2015/2016), as principais taxas de juro apresentaram tendências para o aumento significativo (Luibor 3 meses +6,35 pp, Overnight +12,01 pp e a taxa BNA +5 pp).

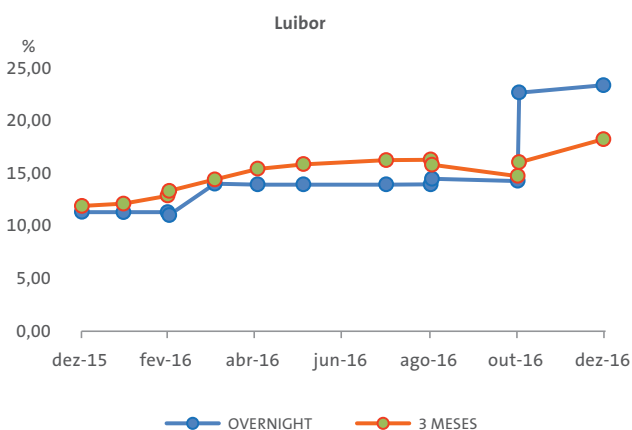
Taxas de Juros de Angola	Fev - 17	Último Ano			
		Mínimo	Data	Máximo	Data
BNA					
Taxa Básica do BNA	16,00%	12,00%	fev-16	16,00%	dez-16
Fac. Permanente de Cedência de Liquidez	20,00%	14,00%	fev-16	20,00%	dez-16
Fac. Permanente de Absorção de Liquidez - Overnight	0,00%	0,00%	fev-16	0,00%	dez-16
Fac. Permanante de Absorção de Liquidez - 7 Dias	7,25%	1,75%	fev-16	7,25%	dez-16
LUIBOR					
Overnight	23,67%	11,01%	mar-16	23,35%	dez-16
1 Mês	19,25%	11,66%	fev-16	17,41%	dez-16
3 Meses	20,85%	12,29%	fev-16	18,23%	dez-16
6 Meses	21,08%	12,74%	fev-16	18,30%	dez-16
9 Meses	22,13%	13,14%	fev-16	19,65%	dez-16
12 Meses	22,70%	13,55%	fev-16	20,17%	dez-16



Fonte: BNA – Sistema de Gestão de Mercado Cambial

A taxa de câmbio do Kwanza face ao dólar registou uma depreciação de 23% no ano, abaixo da depreciação verificada no ano anterior (32%). A maior depreciação ocorreu no primeiro trimestre, situando-se em 3%.

As Reservas Internacionais registaram uma diminuição 12%, tendo estas atingido o montante de USD 21,4 milhões em Dezembro de 2016 (USD 24,3 em 2015), explicado pela redução dos fluxos financeiros externos.



Fonte: BNA

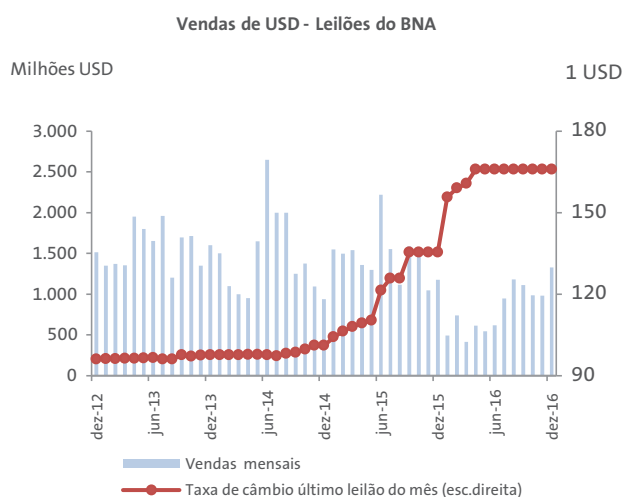
## MERCADO CAMBIAL

Em 2016, o BNA registou uma forte escassez de divisas devido à queda do preço do petróleo e à restrição na venda de moedas estrangeiras aos bancos angolanos pelos correspondentes Europeus, influenciando desta forma a quantidade de divisas a disponibilizar ao mercado para a cobertura das importações de bens e serviços. Neste cenário difícil e mesmo não satisfazendo a procura na totalidade, o BNA disponibilizou durante o ano cerca de USD 9,9 mil milhões nos leilões de venda de divisas (Ainda assim, -75% face a 2015).



## BALANÇO DO BNA

O total do balanço do BNA aumentou 33% em 2016, tendo atingido AOA 5.386 mil milhões em finais de Dezembro. Relativamente ao activo este aumento decorre principalmente do aumento nominal da emissão dos títulos de dívida num total de AOA 440 mil milhões e dos depósitos sobre não residentes em AOA 249 mil milhões, cujo pesos no total do activo do BNA representa 34% e 33% respectivamente.

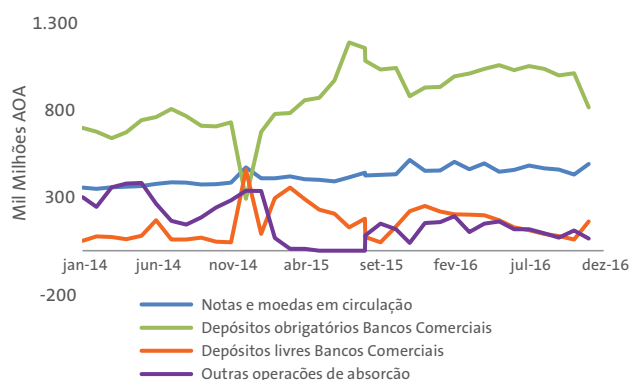


Fonte: BNA – Sistema de Gestão de Mercado Cambial

## Balanco simplificado do BNA

Mil milhões de AOA	dez-15	dez-16	Var. 12m	T.V.A.%
<b>Activo</b>				
Ouro monetário e DSE	120	169	49	7%
Notas e Moedas Estrangeiras	14	14	1	6%
Depósitos sobre não residentes	1.516	1.765	249	16%
Depósitos sobre Instituições Financeiras Residentes	18	24	6	32%
Títulos de Dívida	1.386	1.826	440	32%
Empréstimos	205	445	240	117%
Ações e outras Participações	673	879	206	31%
Outros Activos	113	264	151	134%
<b>Total Activo</b>	<b>4.045</b>	<b>5.386</b>	<b>1.341</b>	<b>33%</b>
<b>Passivo</b>				
Base Monetária ampla	1.675	1.554	-121	-7%
Depósitos de outros Sectores	1.428	1.861	433	30%
Empréstimos	69	556	486	701%
Capital e Reservas	622	1.099	477	77%
Outros Passivos	250	316	66	26%
<b>Total Passivo</b>	<b>4.045</b>	<b>5.386</b>	<b>1.341</b>	<b>33%</b>
<b>Total</b>	<b>8.090</b>	<b>10.772</b>	<b>2.682</b>	<b>33%</b>

Base monetária ampla - BNA



Em termos do passivo a maior fatia advém dos depósitos da administração central (Depósitos de outros sectores) que representa 35% do total do passivo. Estes depósitos cresceram 30% face aos valores registados em 2015.

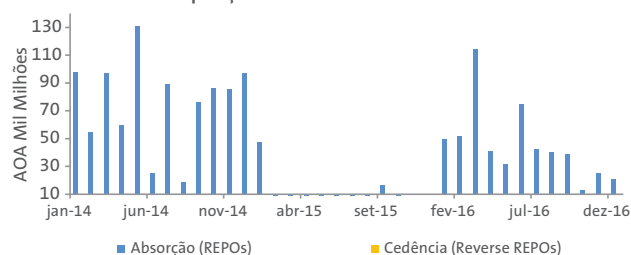
A base monetária ampla, que representa 29% do passivo do BNA, foi a única rubrica do balanço que decresceu (-7% face a 2015).

## OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO E RESERVAS OBRIGATÓRIAS

Ao longo do ano de 2016 o BNA decidiu manter as operações de mercado aberto ao contrário do que aconteceu em 2015, cujas operações foram suspensas entre Fevereiro e Setembro de 2015. Este facto demonstra a necessidade de se continuar a absorver liquidez do mercado, tendo o BNA emitido títulos ao longo do ano de 2016 no valor de AOA 540 mil milhões. A emissão de maior valor verificou-se no mês de Março com um total de AOA 114 mil milhões.

Outra medida de absorção de liquidez no mercado foi também o aumento do coeficiente de Reservas obrigatórias em moeda nacional, dos quais 30% podem ser constituídos por títulos públicos, desde que emitidos a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos bancos e com contratos de financiamento realizados com o Ministério das finanças.

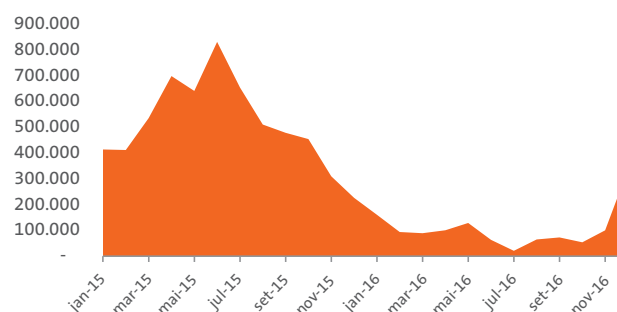
Operações de Mercado Aberto



## LIQUIDEZ NO SISTEMA INTERBANCÁRIO

À semelhança do ano anterior, em 2016 houve uma prevalência das operações de cedência no mercado monetário interbancário, ainda assim registou-se uma diminuição significativa nas permutas de liquidez em 2016 face aos volumes registados em 2015. Durante o ano de 2016 registou-se um total de AOA 1.286 mil milhões em termos de volume transacionado, menos 79% do volume registado em 2015.

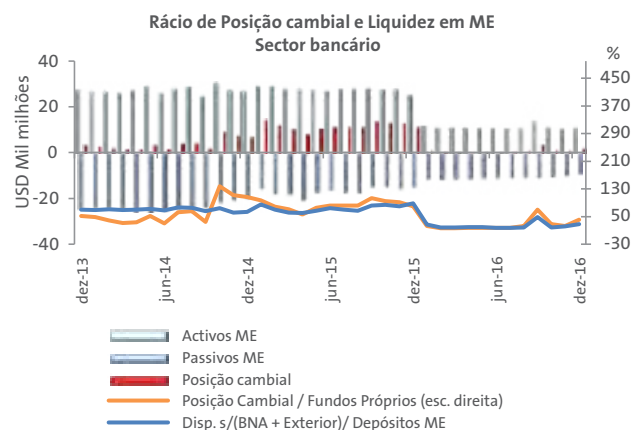
Operações de Permuta de Liquidez no Mercado Interbancário (Milhares de AOA)



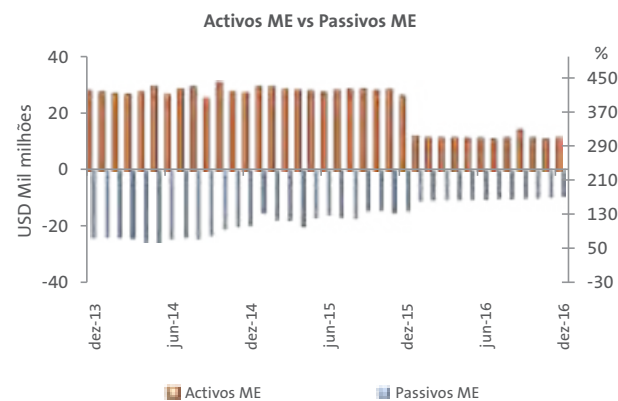


A liquidez dos Bancos em moeda estrangeira (ME), medida pelo rácio das disponibilidades em ME (junto do BNA e exterior) sobre os depósitos em ME, reduziu 33 p.p passando de 64% em 2015 para 31% em Dezembro de 2016.

Os activos em ME mantiveram o mesmo padrão, situando-se nos AOA 11,8 mil milhões em Dezembro de 2016, o que representa uma redução na ordem dos 55% face ao ano anterior (Redução de AOA 14,2 mil milhões em valores nominais). Por outro lado, o Passivo em ME apresentou tendência semelhante relativamente ao activo, situando-se em AOA -9,1 mil milhões em Dezembro de 2016, contraindo AOA 5,1 mil milhões face ao ano anterior. Estas reduções justificam-se fundamentalmente pela quebra no preço do petróleo no mercado internacional, sendo este, o principal meio para entrada de moeda estrangeira na economia nacional.



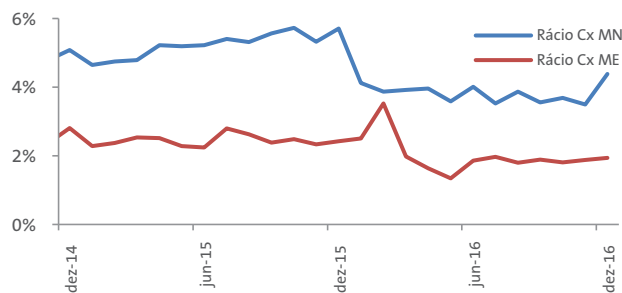
Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial



Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

O rácio dos valores em caixa em MN sobre os depósitos em MN reduziram 1,1 p.p, atingindo os 3,7% em Dezembro de 2016 (4,8% em 2015). Resultante da redução dos depósitos em MN em 8% e a redução do saldo da tesouraria em AOA 132,6 mil milhões, em função do panorama pouco animador do contexto económico e financeiro observado na economia nacional.

**Rácio Caixa nos bancos comerciais**  
sobre total de depósitos



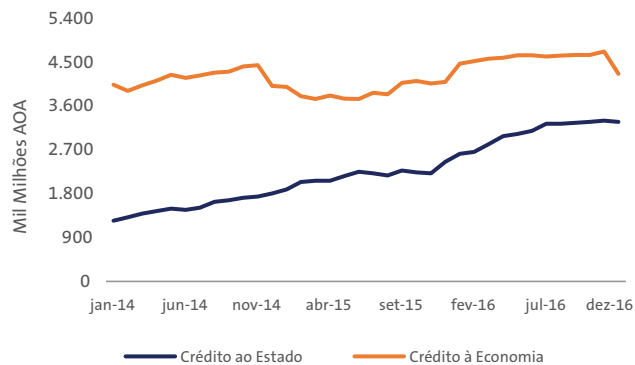
Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

## CRÉDITO

O crédito concedido à economia aumentou em 4% ao longo do ano de 2016, tendo-se situado nos AOA 4.258 mil milhões em finais de Dezembro de 2016. Este crescimento deve-se essencialmente ao crescimento do crédito concedido em moeda nacional cujo crescimento foi de 12% (AOA 2.985 mil milhões vs AOA 2.660 mil milhões em 2015) ao contrário do que aconteceu com o crédito em moeda estrangeira que retraiu 11% face ao ano anterior (AOA 1.273 mil milhões vs AOA 1.437 mil milhões em 2015). O sector privado continua a representar a maior fatia do crédito concedido à economia com 77% do total do crédito concedido.

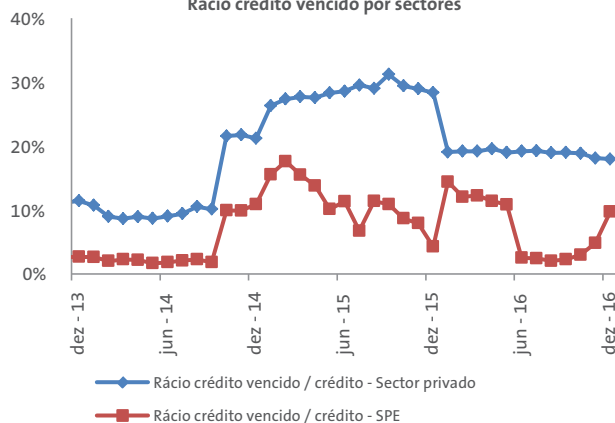
Relativamente ao crédito concedido ao Estado, verificou-se um aumento de 33% em 2016, situando-se nos AOA 3.275 mil milhões em finais de Dezembro.

**Crédito - Sistema Bancário**



Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

**Rácio crédito vencido por sectores**

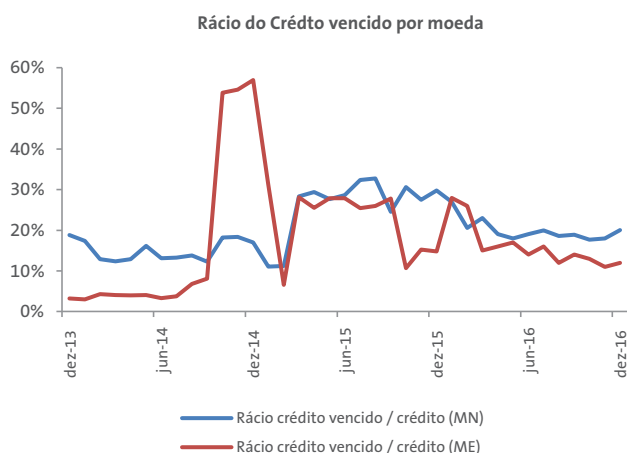


Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

O rácio de crédito vencido sobre o total de crédito para o Sector Público Empresarial (SPE) situou-se em 9% em Dezembro de 2016 (+5 pp. comparativamente ao ano anterior). Para o Sector Privado, o rácio apresentou uma notável redução no início do ano de 2016 (reduziu 9 p.p. só em Janeiro de 2016), tendo-se situado em 18% em Dezembro de 2016.

### INDICADORES DE SOLIDEZ DO SISTEMA BANCÁRIO

A qualidade do crédito em MN à economia melhorou ao longo do ano, passando o rácio de crédito vencido de 29,8% em Dezembro de 2015 para 20,1% em Dezembro de 2016 (-9,7 pp.). Em termos de crédito vencido em ME, este reduziu de 15,0% em Dezembro de 2015 para 12,0% em Dezembro de 2016.



Fonte: BNA – Balanço Consolidado da Banca Comercial

A redução do crédito vencido em ME e a expansão do crédito à economia, contribuíram para a diminuição do rácio de crédito vencido em ME.

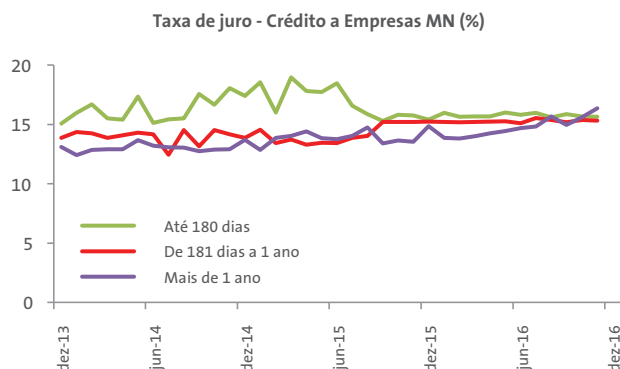
O grau de cobertura das provisões para crédito sobre o crédito vencido reduziu em 2016, passando de 106,6% para 63,1%, o que, tendo em conta a redução do crédito vencido, evidência uma diminuição dos níveis de risco do crédito (abrandamento).

Qualidade do activo (Rácios)	Dez 15	Mar 16	Jun 16	Set 16	Dez 16
<b>Valores em %</b>					
Crédito Vencido / Crédito ao Sector Privado	28,4%	19,2%	19,2%	19,0%	18,0%
Crédito Vencido / Crédito ao SPE	4,2%	12,2%	2,5%	2,2%	9,7%
Crédito Vencido / Crédito à Economia	27,8%	19,1%	18,9%	18,7%	17,9%
Provisões para Crédito / Total do Crédito	23,1%	8,5%	8,9%	9,0%	9,5%
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	106,6%	53,3%	56,0%	57,7%	63,1%

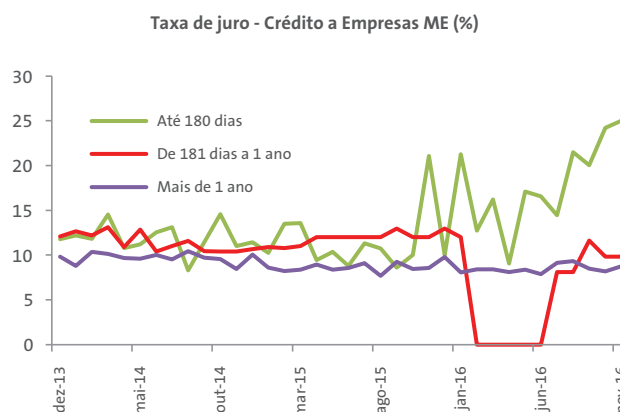
### TAXAS DE JURO DE CRÉDITO E DEPÓSITOS

Durante o ano de 2016 a taxa de juro de crédito em MN para empresas apresentou-se de uma forma geral estável para as maturidades até 1 ano após a queda verificada em 2015. Para os prazos superiores a 1 ano houve um ligeira subida já no final do ano para valores próximos de 16%. As taxas de juro em MN para os prazos de 6 meses a 1 ano situaram-se nos 15,2% em Dezembro de 2016. Em relação a

taxa de juro de crédito em ME para os prazos de 6 meses a 1 ano registou-se uma redução acentuada, tendo-se situado em 8,50% no final do ano de 2016 (-4,4 pp. comparativamente a Dezembro de 2015).

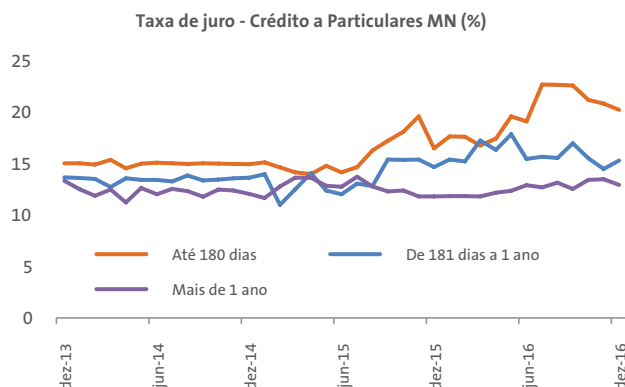


Fonte: BNA – Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

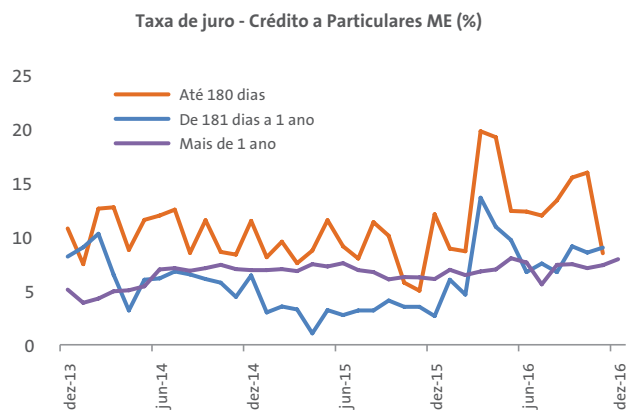


Fonte: BNA – Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

Para o segmento de particulares, com excepção para prazos de mais de 1 ano, a taxa de juro em MN apresentou tendência a subida, situando-se, para os prazos de 6 meses a 1 ano em 15,2% em Dezembro de 2016 (14,6% em Dezembro de 2015). Para os prazos inferiores a 6 meses a tendência de subida foi mais acentuada com a taxa a atingir valores próximos de 20% (16,5% em 2015). A taxa de juro em ME para prazo de 6 meses reduziu de 12,0% em Dezembro de 2015 para 8,47% em Dezembro de 2016.

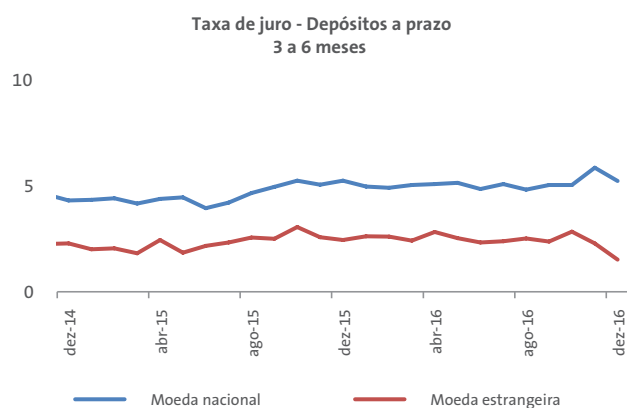


Fonte: BNA – Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário



Fonte: BNA – Taxas de Juro Nominais do Sistema Bancário

Em relação às taxas de juro dos depósitos, o valor da taxa para os prazos até 6 meses em MN manteve-se em 5,2% no final de 2016 (5,2% em 2015). Para ME verificou-se uma ligeira descida das taxas de juros de Depósito a prazo comparativamente a 2015. Para os prazos de 3 a 6 meses variou para 1,5% em 2016 (2,45% em 2015).



Fonte: BNA – Taxas de Juros Nominais do Sistema Bancário









ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR





Banco *Keve*  
O BANCO À SUA MEDIDA





## Enquadramento Regulamentar

### Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2016

Mês	Dia	Referência	Assunto
Janeiro	05	Directiva nº 03/DRO/DSI/15	Taxa de Redescoto – Aviso nº 11/2011 de 20 de Outubro.
	22	Decreto Executivo nº 47/16	Regulamentação dos Subsistemas de Compensação e Liquidação. Determina a autorização de emissão de «Bilhetes do Tesouro – 2016» para financiamento da execução financeira do Orçamento Geral do Estado 2016, até ao valor global de KZ: 545.508.000.000,00 com as características e condições estabelecidas no Decreto Presidencial nº 259/10, de 18 de Novembro.
Fevereiro	24	Decreto Legislativo Presidencial nº 1/16	Aprova o Regime Jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Bancárias – Revoga toda a Legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.
Abril	11	Instrutivo nº 2/16	Reservas Obrigatórias.
	12	Aviso nº 1/16	Limites de Saída e Entrada de Moeda.
	25	Instrutivo nº 3/16	Câmara de Compensação Automática de Angola – Garantia para Liquidação de Saldos.
Maio	04	Instrutivo nº 4/16	Reservas Obrigatórias
Junho	15	Aviso nº 2/16	Fundos Próprios Regulamentares.
	16	Aviso nº 3/16	Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito de Contraparte.
	22	Aviso nº 4/16	Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Contraparte na Carteira de Negociação.
	22	Aviso nº 5/16	Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional.
	22	Aviso nº 6/16	Adopção Plena das Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro.
	22	Aviso nº 7/16	Governança do Risco – Princípios da Governança dos Riscos.
	22	Aviso nº 8/16	Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária.
	22	Aviso nº 9/16	Limites Prudenciais aos Grandes Riscos.
Agosto	29	Decreto Presidencial 162/16	Aprova o Acordo entre o Governo da República de Angola e o Governo dos Estados Unidos da América, para melhorar o cumprimento das obrigações Fiscais Internacionais e a Implementação do Foreign Account Tax Compliance Act (FACTA).
Setembro	05	Aviso nº 12/16	Proteção dos Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros.
	06	Instrutivo nº 20/16	Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.
	06	Instrutivo nº 21/16	Casas de Câmbio – Regras Operacionais.
	23	Directiva nº 05/16	Plano de Acção no âmbito dos Fundos Próprios Regulamentares, Previstos no Aviso nº 2/16 de 15 de Junho.
Novembro	16	Instrutivo nº 25/16	Governança do Risco de Crédito, de 16 de Novembro.
	16	Instrutivo nº 26/16	Governança do Risco de Liquidez, de 16 de Novembro.
	16	Instrutivo nº 28/16	Governança do Risco de Operacional, de 16 de Novembro.

## Principais limites e rácios prudenciais em vigor em 31 de Dezembro de 2016

Matérias	Limites e Rácios
<b>Liquidez</b>	
<b>Reservas Obrigatórias</b> Instrutivo nº 02/2016 de 11 de Abril Directiva nº 01/DSP/2016 de 18 de Abril Instrutivo nº 04/2016 de 13 de Maio	<p>O coeficiente das reservas obrigatórias (R.O.), com excepção dos depósitos do Governo Central, Governo Local e Administrações Municipais é de 30% sobre a base de incidência* em moeda nacional e 15% sobre a base de incidência* em moeda estrangeira. Pode ser deduzido à base de incidência:</p> <p>O montante de até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em MN concedidos nos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, Indústria, energias e águas, prestação serviços de restauração e hotelaria, transportes e informática e créditos concedidos do âmbito do Angola investe com maturidades maior ou igual a 2 anos.</p> <p>O coeficiente das R.O. sobre os depósitos do Governo Central em MN é de 75% e 100% para ME. O coeficiente das R.O. sobre os depósitos dos Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 50% e 100% para ME;</p> <p>As reservas obrigatórias não são remuneradas.</p> <p>O cálculo da RO e o seu cumprimento são efectuados semanalmente, no primeiro dia útil e do primeiro ao último dia útil da semana seguinte ao da constituição dos saldos.</p> <p>* A base de incidência inclui, de uma forma geral, todos os recursos captados de clientes (depósitos à ordem, a prazo, outros recursos de clientes), títulos e valores mobiliários, obrigações próprias e exclui saldos das contas Bankita e juros mensuralizados da base de incidência.</p> <p>* Dos 30% do coeficiente das R.O em MN, os Bancos podem cumprir até 20% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e pertencentes à carteira própria dos bancos e com o total do montante dos contratos de financiamento realizados com o Ministério das finanças (MINFIN), com as seguintes ponderações:</p> <p>Ponderação obrigações do tesouro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Obrigações com maturidade = ou &gt; 5 anos – 100% do seu valor nominal;</li> <li>b) Obrigações com maturidade de 4 anos – 75% do seu valor nominal;</li> <li>c) Obrigações com maturidade de 3 anos – 50% do seu valor nominal;</li> <li>d) Obrigações com maturidade de 2 anos – 20% do seu valor nominal.</li> </ul> <p>Ponderação para contratos de financiamento realizados com o MINFIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desembolsos dos contratos de financiamento com prazos iguais ou superiores a 7 anos – 100% do valor nominal;</li> <li>b) Desembolsos dos contratos de financiamento com prazos entre 6 anos inclusive e 7 anos exclusive – 75% do valor nominal desembolsado;</li> <li>c) Desembolso dos contratos de financiamento com prazos entre 4 anos, inclusive e 6 anos, exclusive – 30% do valor nominal desembolsado;</li> <li>d) Desembolso dos contratos de financiamento com prazos entre 2 anos, inclusive e 4 anos exclusive – 10% do valor nominal desembolsado.</li> </ul> <p>São elegíveis para cumprimento de R.O. em ME os seguintes activos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) 20% com saldo da conta de depósitos em ME aberta no BNA em nome de cada Instituição;</li> <li>b) 80% com Obrigações do Tesouro em ME pertencentes à carteira própria registada no SIGMA, emitidas em 2015.</li> </ul>

continua



continuação

Matérias	Limites e Rácios																								
<b>Crédito</b>																									
<b>Exposição máxima por cliente</b> Aviso nº 8/07 de 12 de Setembro	25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser deduzido ao cálculo dos FPR.																								
<b>Exposição máxima global</b> Aviso nº 8/07 de 12 de Setembro	300% dos FPR para os 20 maiores devedores.																								
<b>Crédito em moeda estrangeira</b> Aviso nº 3/12 de 28 de Março	Não é permitida a concessão de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes modalidades: <ul style="list-style-type: none"><li>Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;</li><li>Financiamento automóvel;</li><li>Empréstimo ao consumo e micro crédito;</li><li>Adiantamentos a depositantes ou descobertos;</li><li>Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (até 1 ano).</li></ul>																								
<b>Provisões para Crédito</b> Aviso nº 11/14 de 10 de Dezembro Instrutivo nº 9/15 de 4 de Junho	<p>A classificação individual da posição em risco deve ter em conta as características e os riscos da operação e do mutuário observando no mínimo:</p> <p>a) A aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação;</p> <p>b) A actividade predominante do devedor;</p> <p>c) A vinculação ou não a operações passivas;</p> <p>d) As garantias recebidas do devedor;</p> <p>e) A moeda, o indexador e o prazo da operação;</p> <p>f) A identificação completa e precisa do tomador do crédito e do grupo económico a que pertence.</p> <p>Cabe à instituição detentora do crédito efectuar uma estimativa de possível perda, calculada mediante a utilização de critérios consistentes e verificáveis, bem como sustentada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:</p> <p>a) Em relação ao devedor e seus garantes:</p> <p>i. Situação económico-financeira;</p> <p>ii. Capacidade de gestão e qualidade dos controlos internos;</p> <p>iii. Histórico de pontualidade e atrasos nos pagamentos;</p> <p>iv. Contingências;</p> <p>v. Sector de actividade económica;</p> <p>vi. Área geográfica de actuação;</p> <p>vii. Limite do crédito.</p> <p>b) Em relação à operação:</p> <p>i. Natureza e finalidade da transacção;</p> <p>ii. Características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;</p> <p>iii. Valor.</p> <table><tr><th>Risco</th><th>Nível</th><th>Classif. Posição de risco</th></tr><tr><td>Mínimo</td><td>A</td><td>-</td></tr><tr><td>Muito baixo</td><td>B</td><td>= ou &lt; 30 dias</td></tr><tr><td>Baixo</td><td>C</td><td>&gt;30 e = &lt; 60 dias</td></tr><tr><td>Moderado</td><td>D</td><td>&gt;60 e = &lt; 90 dias</td></tr><tr><td>Elevado</td><td>E</td><td>&gt;90 e = &lt; 150 dias</td></tr><tr><td>Muito elevado</td><td>F</td><td>&gt;150 e = &lt; 180 dias</td></tr><tr><td>Máximo</td><td>G</td><td>&gt; 180 dias</td></tr></table> <p>A classificação das posições em risco deve ser revista mensalmente, e sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade no atraso de pagamentos de parcela do principal, nos encargos e nas características descritas acima.</p> <p>As operações classificadas num nível de risco A, não podem corresponder a existência de qualquer indício de imparidade.</p>	Risco	Nível	Classif. Posição de risco	Mínimo	A	-	Muito baixo	B	= ou < 30 dias	Baixo	C	>30 e = < 60 dias	Moderado	D	>60 e = < 90 dias	Elevado	E	>90 e = < 150 dias	Muito elevado	F	>150 e = < 180 dias	Máximo	G	> 180 dias
Risco	Nível	Classif. Posição de risco																							
Mínimo	A	-																							
Muito baixo	B	= ou < 30 dias																							
Baixo	C	>30 e = < 60 dias																							
Moderado	D	>60 e = < 90 dias																							
Elevado	E	>90 e = < 150 dias																							
Muito elevado	F	>150 e = < 180 dias																							
Máximo	G	> 180 dias																							

continua

continuação

Matérias	Limites e Rádios																																																																													
Crédito	<p>São elegíveis como mitigantes do risco de provisões as garantias reais e pessoais, recebidas pelas instituições, podendo os níveis de risco serem agravados ou reduzidos em função das insuficiências ou valorização/características das garantias da operação</p> <table><tr><th rowspan="5">Classif. Posição de risco</th><th rowspan="5">Sem Garantia</th><th rowspan="5">Pessoal</th><th colspan="5">Com Garantia</th></tr><tr><th colspan="4">Real</th><th rowspan="4">Financeira</th><th rowspan="4">Não Financeira</th></tr><tr><th colspan="2">Hipotecária</th><th rowspan="3">Outros fins</th></tr><tr><th colspan="2">Crédito Habitação</th></tr><tr><th>Posição em risco &lt; 75% Garantia</th><th>Posição em risco &gt; = 75% Garantia</th></tr><tr><td>A</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td><td>0%</td></tr><tr><td>B</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td><td>1%</td></tr><tr><td>C</td><td>5%</td><td>5%</td><td>2%</td><td>2%</td><td>5%</td><td>2%</td><td>5%</td></tr><tr><td>D</td><td>30%</td><td>20%</td><td>5%</td><td>15%</td><td>20%</td><td>10%</td><td>20%</td></tr><tr><td>E</td><td>50%</td><td>30%</td><td>15%</td><td>25%</td><td>30%</td><td>20%</td><td>30%</td></tr><tr><td>F</td><td>70%</td><td>60%</td><td>45%</td><td>55%</td><td>60%</td><td>50%</td><td>60%</td></tr><tr><td>G</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr></table>	Classif. Posição de risco	Sem Garantia	Pessoal	Com Garantia					Real				Financeira	Não Financeira	Hipotecária		Outros fins	Crédito Habitação		Posição em risco < 75% Garantia	Posição em risco > = 75% Garantia	A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%	D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%	E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%	F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%	G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Classif. Posição de risco	Sem Garantia				Pessoal	Com Garantia																																																																								
						Real				Financeira	Não Financeira																																																																			
						Hipotecária		Outros fins																																																																						
						Crédito Habitação																																																																								
		Posição em risco < 75% Garantia	Posição em risco > = 75% Garantia																																																																											
A	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%																																																																							
B	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%																																																																							
C	5%	5%	2%	2%	5%	2%	5%																																																																							
D	30%	20%	5%	15%	20%	10%	20%																																																																							
E	50%	30%	15%	25%	30%	20%	30%																																																																							
F	70%	60%	45%	55%	60%	50%	60%																																																																							
G	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%																																																																							
Fundos Próprios																																																																														
Capital Social Mínimo Aviso nº 14/2013 de 15 de Novembro	Kz 2.500.000.000,00																																																																													
Valor Mínimo dos Fundos Próprios (Art.º 75 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro e Aviso nº 14/13 de 15 de Novembro)	Igual ao capital social mínimo exigido.																																																																													
Reserva legal (Art.º 327 da Lei nº 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76º da Lei nº 13/05)	Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social.																																																																													

continua

continuação

**Matérias****Limites e Rácios****Fundos Próprios****Definição de Fundos Próprios Regulamentares (FPR)**

Aviso nº 5/07\* de 12 de Setembro  
Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho  
(ver Nota 1)

\*Nota que foi emitido um novo Aviso no dia 28 de Abril de 2016 que revoga o presente aviso com entrada em vigor em Junho de 2017. Foram estabelecidos novos elementos integrantes dos FPR.

Fundos Próprios de Base (FPB) (Tier 1)	A somar	Art.3.1.1
	+ Capital + Reserva de actualização monetária do capital social + Lucros e prejuízos transitados + Reserva legal, Reserva Especial e Outras Reservas + Resultado líquido do exercício em curso	a) b) c) d) e)
	A deduzir	Art.3.1.2
	- Acções ou quotas próprias em tesouraria. Não aplicável (Nota 1) - Empréstimos com natureza de capital - Imobilizações financeiras - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Imobilizações incorpóreas - Outros valores a determinar pelo BNA	a) b) c) d) e) f) e g) h)
Fundos Próprios Complementares (Tier 2) ≤ 100% FPB	A somar	Art.3.2
	Não aplicável (Nota 1) Não aplicável (Nota 1) + Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio <sup>(2)</sup> + Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital <sup>(3)</sup> + Outros fundos	a) b) c) d) e)

Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11  
Limites dos Fundos Próprios Complementares (Art. 4):

<sup>(1)</sup> 1,25% do APR (Activos ponderados pelo risco)

<sup>(2)</sup> (1ª) 25% dos FPB e (2ª) ≤ 50% do seu valor

<sup>(3)</sup> (1ª) 50% dos FPB e (2ª) 80% valor dív. 5 anos ant. venc.

**Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)**

Aviso nº 5/07\* de 12 de Setembro  
Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho  
(revoga Instrutivo nº 6/09 de 8 de Maio)  
Instrutivo nº 6/07 de 12 de Setembro.

\* Nota que foi emitido um novo Aviso no dia 28 de Abril de 2016 que revoga o presente aviso com entrada em vigor em Junho de 2017. Foi estabelecido uma nova formula\*\* de cálculo do Rácio de Solvabilidade.

$$RSR = \frac{FPR}{\frac{\text{Risco de crédito} + \text{Risco de câmbio e ouro}}{10\%}} \geq 10\%$$

\*\* RSR ( (FPR / Requisitos de FPR) \* 10%  
(entra em vigor em Junho de 2017)

**Actualização cambial**

Aviso nº 2/09 de 8 de Maio

As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos 3 (três) anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos Fundos Próprios.

continua



continuação

**Matérias****Limites e Rácios****Risco Cambial**

**Exposição Cambial**  
Aviso nº 02/2015 de 26 de Janeiro  
Directiva nº 03/DSI/11 de 1 de Abril

O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extra-patrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas). Ficam isentas de cálculo de exposição cambial os Títulos do Tesouro Indexados à moeda estrangeira.

Posição	31/12/10	30/06/11	31/12/11	30/06/12	30/06/13
Longa	70	50	30	20	20
Curta	40	30	20	20	20

**Imobilizações**

**Participação (directa ou indirecta) no Capital das empresas**  
Aviso nº 12/07 de 12 de Setembro

A regulamentação em vigor apenas define regras e condições para o estabelecimento de sucursais no estrangeiro e a aquisição **directa ou indirecta** de participações sociais em instituições financeiras ou similares, no País e no estrangeiro, fazendo depender o investimento de prévia autorização do Banco Nacional de Angola. As condições estabelecem que as instituições financeiras devem, entre outros:

- a) Estar em funcionamento, no mínimo, há três anos;
- b) Cumprir os limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor;
- c) Cumprir os limites mínimos de capital social realizado e fundos próprios regulamentares, acrescidos do valor equivalente a 100% do capital social mínimo exigido para a constituição de um banco no País.

**Aquisição e Posse de Imóveis**  
Art.º 11 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro

Não podem ser adquiridos imóveis que não sejam indispensáveis à prossecução do seu objecto social, salvo as que resultarem do reembolso de créditos próprios, caso em que os imóveis devem ser alienados no prazo de 2 anos.

**Rácio de Imobilizado**  
Aviso nº 6/11 de 13 de Julho (revoga Aviso nº 7/07 de 12 de Setembro)

As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo (VB-AA) não podem exceder 100% dos FPR.

Nota 1: Para efeitos de cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares, o resultado líquido deve ser calculado à taxa nominal de imposto (30%), sem considerar quaisquer correcções de natureza fiscal.

Siglas utilizadas:

- MN – Moeda Nacional;
- ME – Moeda Estrangeira;
- FPR – Fundos Próprios Regulamentares;
- VB – Valor Bruto;
- AA – Amortizações Acumuladas.







# 04

ACTIVIDADE DO BANCO





Banco *Keve*  
O BANCO À SUA MEDIDA





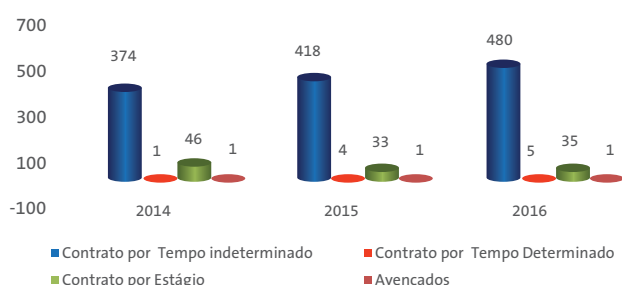
## Actividade do Banco

### RECURSOS HUMANOS

A Direcção de Recursos Humanos tem por finalidade promover e investir na capacitação dos recursos humanos, tendo como objectivo principal promover o desenvolvimento do capital humano, por meio de formação e capacitação contínua. No ano 2016, a Direcção de Recursos Humanos continuou com a política de reestruturação dos seus processos de trabalho.

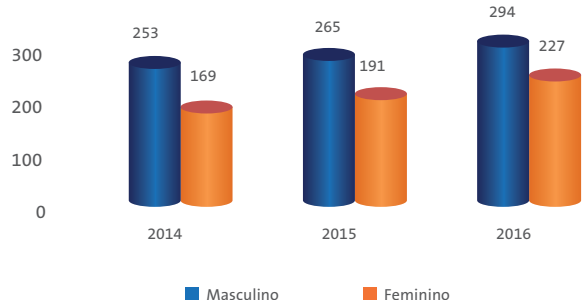
No final de 2016, o número de colaboradores do Banco situou-se em quinhentos e vinte e um (521) agrupados da seguinte forma:

Situação Contratual



Do total de Colaboradores efectivos 44% são mulheres e 56% homens. Comparando com 2015, houve um aumento no número de efectivos do sexo feminino em 2 p.p.

Distribuição por Género

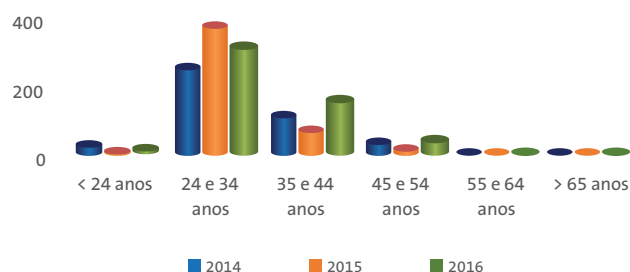


	2014	2015	2016
Feminino	169	196	227
Masculino	253	270	294
<b>Total Colaboradores</b>	<b>422</b>	<b>466</b>	<b>521</b>

Relativamente ao escalão etário, em 2016 verificou-se uma manutenção da concentração do escalão etário na faixa entre os 24 e 34 de idade, realçando a predominância na admissão de quadros para o primeiro emprego.

	2014	2015	2016
< 24 anos	25	7	14
24 e 34 anos	253	371	315
35 e 44 anos	109	73	156
45 e 54 anos	34	13	34
55 e 64 anos	0	1	1
> 65 anos	1	1	1
<b>Total Colaboradores</b>	<b>422</b>	<b>466</b>	<b>521</b>

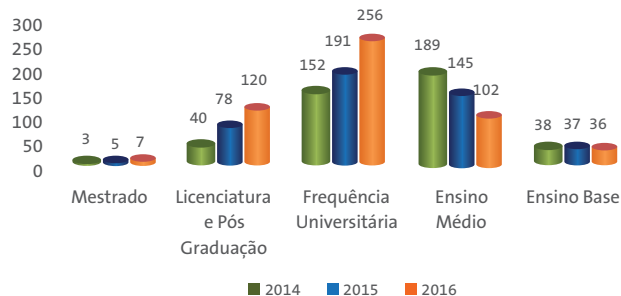
Estrutura Etária



Os Colaboradores que detêm até 5 anos representam a maioria, cerca de 276, situação que indica a criação e manutenção de políticas de valorização dos quadros internos e de progressão de carreira.

	2014	2015	2016
<= 5 anos	238	228	245
5=> anos	184	238	276
<b>Total Colaboradores</b>	<b>422</b>	<b>466</b>	<b>466</b>

Habilitações literárias



No exercício em análise, predominam os Colaboradores que frequentam a universidade (256), seguindo-se os que detêm a licenciatura e pós graduação (120).

O universo de Colaboradores encontra-se distribuído pelas categorias e áreas, conforme consta do quadro que se segue:

Unidade da Estrutura	Sigla	Responsável	Categoria	Unidade de Controlo e Fiscalização	Unidade Comercial	Unidade de Centro de Suporte	Total
Secretariado Executivo	SCR	ELSA CRISTINA PEREIRA	Chefe de Secção	7			7
Gabinete de Auditoria Interna	GAI	ANTÓNIO JOÃO CAMBUTA	Director	6			6
Gabinete de Seguro	GBS	BERNARDO JOSÉ PAULO	Subdirector	2			2
Gabinete de <i>Compliance</i>	GCO	HELENA ISABEL LUCAS DE MORAIS	Director	4	4	8	16
Direcção Jurídica e Contencioso	DJC	ARLINDO DE S. VIEGAS NARCISO	Director	8			8
Gabinete de Planeamento Controlo	GPC	EURITECA N. RODRIGUES ANDRÉ	Subdirector	3			3
Gabinete de Risco	GRI	PAULA CRISTINA C. L. DE PAULA DA SILVA	Director	3	3	50	289
Direcção de Banca Eletrónica	DBE	PAULO J. QUINTA NOVA RODRIGUES	Director	8			8
Direcção de Património e Segurança	DPS	ERASMO DINIZ M. DE AMBROSIO	Director	14		38	52
Direcção de Contabilidade	DCO	ANTONIO JOAQUIM G. DIREITINHO	Director	10			10
Direcção de Crédito	DCR	MÁRIO JEREMIAS NICODEMOS	Director	13			13
Gabinete de Monitoramento Cobrança e Recuperação de Crédito	GMR	LEOPOLDINO DE SOUSA E SILVA	Director	8			8
Direcção de Grandes Empresas	DGE	TELMA LILIANA RIBEIRO M. SAMPAIO	Director	22	5		22
Direcção de Marketing	DMK	MANUEL MARIA MAGALHAES AMARAL	Director	6			6
Direcção de Mercados Financeiros	DMF	ANA MARIA F. DOS SANTOS MACHADO	Director	5			5
Direcção de Operações	DOP	HELENA MARISA DOS S. DE SÁ T. RODRIGUES	Director	21	21	10	10
Direcção de Qualidade e Organização	DQO	GISELA BARROS BERMUDEZ ANAPAZ	Subdirector	6			6
Direcção de Rede Comercial	DRC	DANIEL ALVARO DE SOUSA COELHO / MARIA INÊS SANTANA	Director	301	52		301
Direcção de Recursos Humanos	DRH	YONA DAS DORES DA ROCHA SANTOS	Director	12			12
Direcção de Sistemas de Informação	DSI	LUÍS CLÁUDIO RITA FERNANDES	Subdirector	12			12
Direcção Internacional e Banca de Investimentos	DIB	JÚLIO MANUEL JOÃO	Subdirector	3			3
Direcção de Private	DPR	FERNANDO PEDRO SANTOS COSTA	Director	9			9
<b>Total</b>	<b>22</b>			<b>483</b>	<b>60</b>	<b>38</b>	<b>521</b>

### Recrutamento e selecção de estagiários

A DRH fez a captação e gestão de currículos para os estágios nas diferentes universidades existentes no país, através do e-mail de recrutamento da instituição, pesquisas e captação em meios especializados. Foram realizadas entrevistas e testes selectivos aos candidatos que posteriormente foram encaminhados para entrevistas de cariz mais técnico com as chefias das direcções que culminou no recrutamento de 81 colaboradores das quais 35 são estagiários, 46 técnicos com qualificações e experiência específicas, durante o ano de 2016.

O recrutamento de técnicos superiores capacitados é essencial para as unidades de controlo, supervisão e centro de suporte, como garantia da qualidade do trabalho produzido.

### Formação do Capital Humano

Com o objectivo de aperfeiçoamento contínuo, criou-se um novo Modelo de Avaliação de Desempenho (MAD) para reforçar a “Kultura Keve”, as capacidades de liderança das chefias do Banco e garantir que todos os colaboradores Keve estejam alinhados, pensando e agindo na mesma direcção.

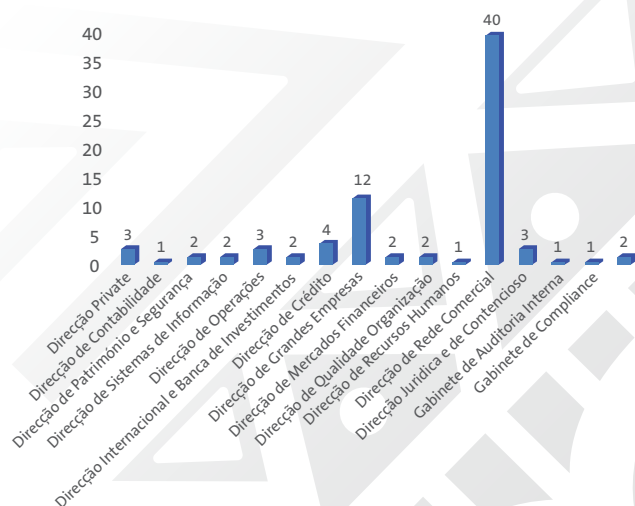
No plano de formação e desenvolvimento do capital humano, a DRH no primeiro trimestre, promoveu em todas as agências do país, um conjunto de *workshops* a fim de apresentar o novo modelo de avaliação de desempenho e recolher input para o manual de Cultura Organizacional “Kultura Keve”, formando e incentivando os colaboradores para uma cultura de empenho, dedicação, mérito e qualidade.

Foram também desenvolvidas acções de formação transversais (comunicar com sucesso e Técnicas de Atendimento e Vendas) a fim de melhorar a capacidade de resposta para os “Klientes” Keve, que se prolongará durante todo ano de 2017. Uma aposta na melhoria do atendimento e serviço prestado aos nossos clientes.

O serviço de formação/estágio permanente da nossa rede comercial, foi estendido para todas as agências, tendo como promotores os gerentes ou responsáveis pelo estágio. Este facto, tem contribuído para o estabelecimento de um calendário de eventos de capacitação contínua cada vez mais próximo das necessidades de trabalho.



Alinhadas a estas iniciativas temos promovido estágios aos colaboradores recém admitidos nas diferentes direcções dos serviços centrais, com o objectivo de obterem conhecimento da funcionalidade e dinâmica da instituição, num ambiente dinâmico e “On Job”.







PRINCIPAIS ACÇÕES DESENVOLVIDAS  
(DIRECCÕES E GABINETES)





Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA



## PRINCIPAIS ACÇÕES DESENVOLVIDAS (DIRECÇÕES E GABINETES)

### Banca Electrónica

O Ano de 2016, ficou marcado pela melhoria continua das soluções electrónicas disponibilizadas pelo Banco com intuito de servir melhor as necessidades dos nossos clientes. A aposta do Banco passa nomeadamente pela instalação de novos ATM's, o serviço IKeve, o Keve SMS, a instalação de POS em diversos locais de comércio e a venda do cartão de Crédito Visa.

Destaques das actividades desenvolvidas em 2016:

- Melhoria e criação de novos relatórios para as áreas internas (esta informação permite que as áreas comerciais possam conhecer melhor a actividade dos nossos clientes e desta forma actuarem de uma forma mais rápida no sentido de melhor ajudarem os clientes com cartões, bem como os clientes com TPAs);
- Aceitação Visa nos TPAs (este projecto permitiu dotar os TPAs do Banco Keve com aceitação de cartões de marca internacional Visa evitando assim que os clientes tivessem 2 terminais para aceitação Multicaixa e Visa);
- Protocolo de Débito directo com Global Seguros e Ensa Seguros (este projecto permitiu que os clientes destas entidades seguradoras que tenham conta no Banco Keve, possam ser debitados automaticamente em várias fracções para o pagamento dos seus seguros).

### Contabilidade

Em 2016, a Direcção continuou a direccionar esforços na implementação da reforma tributária e deu passos concretos no sentido de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS). As acções da área focalizaram-se no aumento do controlo contabilístico e financeiro do Banco, destacando-se:

- Conclusão da fase de levantamento e definição dos requisitos e funcionalidades inerentes ao projecto SAP;
- Apresentação à Comissão Executiva (CE) do 1º Balanço (Proforma) em IAS/IFRS;
- Auditoria externa preliminar ao sistema de controlo interno do Banco e Governança Corporativa e às contas do exercício económico de 2016, com referência a 31/10/2016;
- Envio ao BNA do 3º relatório de implementação e adopção plena das IAS/IFRS;
- Apresentação do 2º draft do plano de contas e início da elaboração do Balancete de CONTIF para CONTIF Ajustado;
- Apresentação à CE do relatório preliminar de auditoria forense às operações do Money Gram;
- Apresentação do Manual de Estrutura Orgânica e Funções da DCO;
- Encontro com a DSP do BNA sobre a temática "Metodologia padrão das previsões";
- Inspeção pontual MINFIN e BNA às questões relacionadas com o sistema de arrecadação de receitas do Estado, CEOB e CEOCIC;
- Comunicação das necessidades de Recursos Humanos previstos para o quadriénio 2016-2019;

- Colaboração na Inspeção instaurada pela Comissão de Mercados de Capitais;
- Implementação do módulo DR (Disponibilidades e Responsabilidades) de Reconciliação Bancária pela EXCITOS.

### Crédito

No ano de 2016, a Direcção continuou a empreender esforços no sentido de melhorar a qualidade da sua carteira de crédito e também no reforço das provisões.

A *Task force* criada em conjunto com a Gabinete de Monitoramento e Recuperação (GMR) para apoio à reestruturação e recuperação de crédito vencido foi fundamental para a redução do crédito em incumprimento.

Valores em Milhões de AOA	2015		2016	%
<b>1) Grandes Empresas</b>	<b>47.706</b>	<b>79%</b>	<b>58.676</b>	<b>91%</b>
a) Project Finance	2.896		9.060	
b) Apoio ao Investimento	21.451		31.648	
c) Gestão de Tesouraria	23.359		17.968	
<b>2) PME's</b>	<b>7.850</b>	<b>13%</b>	<b>3.319</b>	<b>5%</b>
a) Project Finance	0		240	
b) Apoio ao Investimento	5.256		1.405	
c) Gestão de Tesouraria	2.594		1.674	
<b>3) Particular</b>	<b>4.941</b>	<b>8%</b>	<b>2.251</b>	<b>4%</b>
a) Consumo	1.574		1.004	
b) Automóvel	274		68	
c) Habitação	3.093		1.179	
<b>Total da Carteira de Crédito</b>	<b>60.497</b>	<b>100%</b>	<b>64.246</b>	<b>100%</b>

Valores em Milhões de AOA	2015	Peso	2016	Peso
Financiamentos	34.448	57%	42.261	66%
Empréstimos	26.076	43%	21.985	34%
Contas Correntes Caucionadas	24.155	40%	21.490	33%
Descobertos	1.921	3%	494	1%
	<b>60.497</b>		<b>64.246</b>	

O crédito (bruto) sobre clientes foi de AOA 64.246 milhões em 31 de Dezembro de 2016, registando um crescimento de AOA 3.749 milhões (+6% face a 2015). O crédito a empresas continuou a ter o maior peso na carteira de crédito do Banco, passando a representar 96% do total em 2016. O crédito a clientes respeita essencialmente a linhas de médio e longo prazo, que representaram 66% da carteira em 2016.

Destaques das actividades desenvolvidas em 2016:

- Recepção do novo Director da Direcção de Crédito (Dr. Mário Nicodemos);
- Criação de Grupo Task force em conjunto com o GMR, para apoio à reestruturação e recuperação de créditos acima do nível C;
- Migração dos desembolsos de crédito da DCR para DOP;
- Migração dos reportes dos créditos vencidos mensais da DCR para GMR;



- Migração do Cálculo, processamento e integração das provisões do Banco, através da plataforma eBanking, da DCO para DCR;
- Apresentação à CE da Proposta de inclusão nos Créditos ao Consumo o valor dos seguros de vida dos proponentes;
- Apresentação à CE da proposta de alteração dos Critérios de Valorização das Garantias Recebidas;
- Apresentação à CE do reporte de créditos concedidos ao abrigo do Programa Angola Investe;
- Aprovação pelo Comité de Crédito do Novo Modelo da Ficha Técnica;
- Resposta ao BNA relativamente à Directiva do BNA nº 05/ DRO/ DSI para apresentação do plano de acção no âmbito dos fundos próprios regulamentares;
- Apresentação do Relatório do Programa do Angola Investe do 3T2016 para a CE.

### **Internacional e Banca de Investimento**

Em 2016, as principais actividades desenvolvidas pela Direcção Internacional e Banca de Investimento, foram:

- Acompanhamento das linhas de Financiamento, World Business Capital, NORSAD, USAID e BAIE;
- Realização de Visitas de Avaliação e Acompanhamento aos Projectos de Sindicatos Bancários subscritos pelo nossa Instituição, designadamente (NOVA CIMANGOLA II, LUANDA RETAIL PARK, BAÍA DE LUANDA);
- Contactos estabelecidos com os Bancos Angolanos e Estrangeiros para efeitos de manutenção, relações de correspondência e Parcerias de Financiamento Bancário: Bancos Angolanos (BDA, BAI, BMA); Bancos Estrangeiros (UBAE, Montepio, Commerzbank, BAIEuropa, África Development Bank – AFD, BANKIA, Byblos Bank, BPA, International Islamic Banking Summit, África – Aktif Bank, NOVO BANCO, BIC Namibia);
- Actualização da Ficha de Cliente do Banco Keve no Banco Atlantico Europa;
- Monitorização do Mapa de Gestão das Linhas Clean nos Correspondentes (BPA Europa, Banque de Placement, Byblos Bank);
- Participação no VII Encontro Temático Organizado pela Comissão do Mercado de Capitais e realizado nas Instalações da Empresa OCPCA;
- Participação no Fórum de Investimento Angola - China, e no encontro de apresentação dos Projectos eleitos para Parceria com o CESKA EXPORTNI BANK CZECH EXPORT BANC.

### **Jurídica e de Contencioso**

Em 2016, a Direcção Jurídica e de Contencioso, no exercício das funções de consulta jurídica elaborou numerosas tarefas em apoio da acção do Banco, dentro da dinâmica exigida, estabelecendo uma cooperação com as demais Direcções da Instituição, que descreve de forma sucinta as funções desempenhadas durante o ano transacto.

Por solicitação da Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e de forma a garantir e proteger os interesses dos nossos clientes investidores em valores mobiliários, a Direcção Jurídica celebrou um contrato de intermediação financeira

onde o Banco actuará perante a Bodiva como representante dos seus clientes.

No período, a Direcção registou o seguinte:

- Envio de um total de trinta e oito (38) cartas sobre assuntos diversos;
- Emitiram duas (2) participações criminais;
- Elaboração de dezassete (17) pareceres jurídicos;
- Elaboração de seiscentos e sessenta e quatro (664) contratos de créditos;
- Resposta a mil e doze (1.012) ofícios;
- Elaboração de trinta e dois (32) Contratos diversos, com realce para os de prestação de serviços, recolha de valores e de arrendamento;
- Elaboração de dez (10) processos disciplinares;
- Foram emitidos quinhentos e setenta e quatro (574) certificados de garantias de contratos.

## Marketing

Dando continuidade à principal estratégia da Direcção de Marketing que é reforçar e firmar junto do mercado angolano a marca KEVE bem como a sua assinatura “O BANCO À SUA MEDIDA”. No ano de 2016 destacaram-se as seguintes Campanhas:



### Keve Kanuco

A Conta Keve Kanuco, destina-se a constituir uma poupança a favor de crianças e jovens (menores), até que estes completem 18 anos de idade. A melhor aposta para o futuro dos seus filhos!

No final da aplicação, poderá beneficiar de um Crédito Jovem em condições mais vantajosas para despesas de educação, cursos no estrangeiro, despesas com material de informática, viagens ou compra de um automóvel.

Possibilidade ainda, de atribuição de um estágio de 3 meses, remunerado, no Banco Keve, para os estudantes universitários com bom aproveitamento.



### No Aniversário do KEVE a maior fatia de Juros é sua.

Depósito a Prazo, para Particulares ou Empresas.

Ao celebrar o 13º Aniversário, o Banco Keve tem um presente para si.

Aplicação a 180 e 365 dias com Juros Fixos de 13% Montante mínimo a partir de AOA 300.000,00.



### Faça do 13 o seu número de rendimento.

Depósito a Prazo, para Particulares ou Empresas.

Ao celebrar o 13º Aniversário, o Banco Keve tem um presente para si.

Aplicação a 180 e 365 dias com Juros Fixos de 13% Montante mínimo a partir de AOA 300.000,00.



### Sorteio Keve 13.

Subscrição do Depósito a Prazo Keve 13 e habilite-se a ganhar um dos 3 fantásticos automóveis que temos para si.

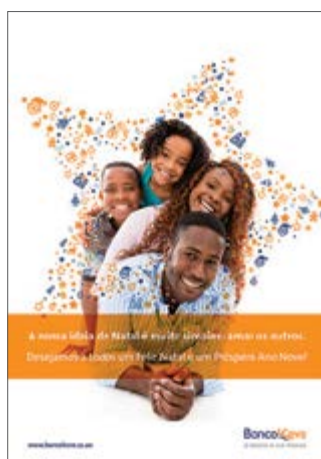
Aplicação a 180 e 365 dias.



#### Taxa de Circulação,

À medida do seu automóvel.

O Ministério das Finanças - Direcção Nacional de Impostos (DNI), promove anualmente a venda de Selos relativos à Taxa de Circulação, que é um imposto obrigatório para todos os veículos motorizados a circular em território Angolano. O Keve como agente autorizado na venda dos selos, ajuda a promover a venda e a repassar aos seus Clientes de que devem cumprir a Lei e contribuir activamente para o desenvolvimento de Angola.



#### A Nossa ideia de Natal é simples: amor os outros

O Banco Keve deseja um Feliz Natal e um próspero ano novo a todas as famílias de Angola.

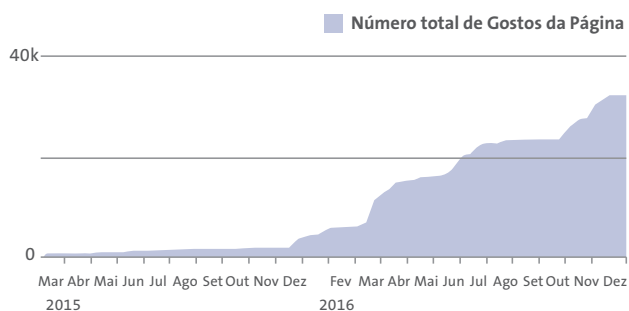
Para além destas campanhas, a Direcção de Marketing efectuou ao longo do ano de 2016 uma série de trabalhos relativos a Marketing operacional e estratégico. De entre estas vertentes destacamos a participação, concepção e acompanhamento na montagem de stands da Feira Expo (Quibala), Kwanza Sul, assim como a preparação de brindes para a Expo Huíla. O banco participou igualmente na criação e concepção da imagem alusiva à corrida da São Silvestre 2016, criando também os cheques para os vencedores da prova.

A nível institucional a Direcção de Marketing acompanhou e geriu diariamente os conteúdos da intranet, assim como contribuiu de forma activa na interacção e resposta aos clientes pelo "Fale Connosco".

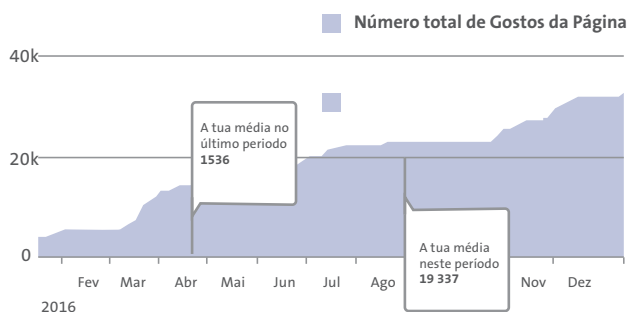


### Keve no Facebook

O ano de 2016 foi marcado por um aumento exponencial na interacção da página do facebook do Banco Keve. A página cresceu em cerca de 28.000 *likes*, atingindo um total de 34.800 *likes*. Neste momento a página do facebook do Banco é a quarta página com maior número de *likes* no universo dos bancos que usam esta rede social.

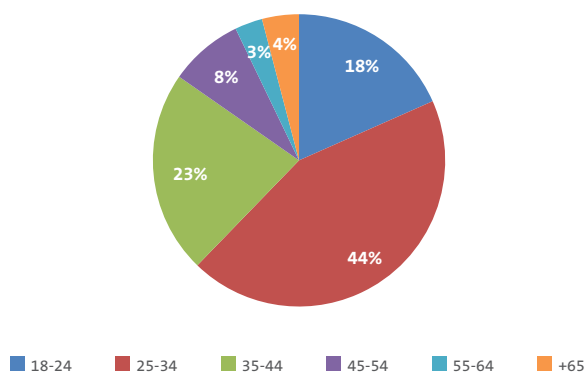


Total de gostos da Página a partir de hoje: 34 806



A nível de abrangência, as pessoas que interagiram maioritariamente na página são oriundas de Angola, com maior incidência no sexo masculino. A faixa etária que mais prevalece nos seguidores da página é de 25-34 anos (44%), com a faixa etária mais jovem a representar já 18% (18-24 anos).

Idade entre Amigos



### Mercados Financeiros

A Direcção de Mercados Financeiros continuou empenhada na execução das políticas de gestão de tesouraria do Banco e de gestão dos riscos inerentes ao exercício da actividade bancária, designadamente os riscos de liquidez, cambial e de taxa de juro. Dos procedimentos efectuados destacam-se os seguintes:

#### Departamento Sala de Mercados:

- Elaboração/Aprovação das Políticas de Classificação de Títulos e Valores Mobiliários;
- Elaboração do Plano Estratégico Anual dos Títulos e Valores Mobiliários;
- Acompanhamento, preparação e envio de informação - Acção de Inspeção Específica – Comissão do Mercado de Capitais;
- Participação activa no mercado de capitais: elaboração de propostas para a Venda/Compra de Obrigações do Tesouro a Clientes; registo dos negócios na BODIVA;
- Elaboração da MT540 para a constituição da reserva de Títulos no SIGMA, cumprimento efectivo das Reservas Obrigatórias;
- Projecto de automatização das Reconciliações: Formação módulo de reconciliações Bancárias no aplicativo FINANCA/Exictos;
- Migração dos Títulos Mantidos para Negociação e Carteira Clientes para a CEVAMA;
- Arranque/Participação no MBTT- segmento de Registo;
- Apoio ao Gabinete Jurídico para elaboração do Contrato de Intermediação Financeira;
- Elaboração das Políticas (em curso):
  - Classificação dos Investidores;
  - Conflito de Interesses;
  - Recepção, Execução e Transmissão de Ordens.
- Acção de Formação sobre SIRESS no âmbito da adesão dos Bancos Angolanos ao Sistema de Liquidação da SADC. Elaboração do Memorando sobre a proposta de uma eventual participação do Banco no SIRESS;
- Gestão de Selos: contribuições para a melhoria do Processo de Negócio MPN-DIV.04 Compra e Revenda de Selos – Taxa de Circulação; Registos e controlos contabilísticos das operações de obtenção dos Selos e distribuição pelas agências;
- Instrutivos 14 e 15/2016\_Risco de Mercado: Reuniões com Direcção de Risco e preenchimento dos mapas de suporte.

#### Departamento Tesouraria Central:

- Transporte de Valores: Participação em encontros promovidos pela DPS sobre insuficiências apresentadas pelas empresas prestadoras de serviço de escoltas de valores; definição de estratégias relativas a diminuição do custo elevado de transporte de valores e definição do modelo adequado para a recolha de valores e envolvimento de novas empresas de transporte;
- Participação nos encontros realizados pela Sala de Mercado com K & P Segurança Industrial SARL, para definição de uma nova modalidade de transporte de células bancárias nas importações de notas;
- Gestão de Selos: participação no encontro de esclarecimento promovido pela AGT para o arranque do processo de venda de selos da taxa de circulação, campanha 2016; Obtenção dos Selos e início do processo de distribuição pelas agências.

## Operações

Das principais actividades desenvolvidas pela Direcção, destaca-se o volume processado de ordens de pagamento emitidas atingiu USD 308 milhões, correspondente a uma diminuição de -56% no ano. O volume processado de ordens de pagamento recebidas atingiu USD 21,1 milhões, correspondente a uma diminuição de -85% no ano.

### Transferências Interbancárias

	Milhões de USD			Quantidade		
	2015	2016	Var. %	2015	2016	Var. %
OPR-Recebidas	145	21,1	-85%	293	347	18%
OPE-Enviadas	707	308	-56%	12.261	15.524	27%

As actividades da Direcção centraram-se na melhoria dos circuitos operacionais, no reforço da prestação de informação a nível interno e externo e no aumento da exigência no cumprimento das normas do BNA.

Outras actividades desenvolvidas pela direcção:

- Reporte mensal ao BNA da informação sobre os clientes com processos de importação incompletos há mais de 180 dias;
- Reporte de informação ao BNA sobre Mapa Provisional de Operações Executadas;
- Utilização de DU's e entrega aos respectivos balcões;
- Carregamento de informação no SINOC respeitante às operações de Mercadorias Invisíveis e Capitais.

A Direcção de Operações participou em algumas reuniões com destaque para:

- Participação nas reuniões do Concelho Técnico do Sistema de Pagamentos de Angola (CTSPA) do BNA, para a criação FGSCAA do Fundo de Garantia Saldo da Câmara de Compensação Automática de Angola (STC/SCC);
- Reunião com o BNA, DSI e DMF sobre adesão ao SIRESS (Serviço de pagamento regional dos países da SADC em tempo Real);
- Participação em reuniões com o BNA, relativamente a migração do SINOC para os novos reportes das operações executadas em ME e submetidas, bem como o reporte das necessidades em ME, em concertação com a DSI e a EXITOS;
- Participação na actualização de Manuais de Negócio;
- Actualização da Estrutura e Funções da Direcção (EFU/DOP);
- Participação de reunião no BNA (DCC/DTI) com a DSI, relativamente as constantes falhas e paragens operacionais do sistema SINOC e SSIF no PIF;
- Regularização de 85% dos itens em aberto nas reconciliações dos correspondentes e BNA de 2016.

## Património e Segurança

A Direcção de Património e Segurança, manteve ao longo do ano de 2016 o foco na preservação de todo o património do Banco, garantindo todas as condições e necessidades no âmbito de segurança e higiene da instituição. A Direcção presta também apoio contínuo na expansão e reabilitação da rede de balcões.

Os principais destaques nas actividades desenvolvidas, em 2016:

Início das seguintes empreitadas:

- Centro de Empresas no Royal Park Talatona;
- Reabilitação da Agência Rainha Ginga;
- Construção da Tesouraria do Lobito 28;
- Agência Camama (Edifício Multicenter);
- Agência Sonangal Km32;
- Centro de ATM's (ex. Talatona I).

Empreitadas em curso:

- Agência Camama (Edifício Multicenter);
- Agência Rainha Ginga face III;
- Agência contentorizada no Instituto Calandula.

Obras concluídas:

- Agência Sonangal Km32;
- Centro de Empresas Royal Park;
- Centro de ATM's;
- Agência Rainha Ginga fase I e II.

Foi desenvolvido um mecanismo de verificação dos serviços, passando assim a ter o controlo dos seguintes serviços:

- Controlo de recolha de valores;
- Actualização do mapa de segurança das agências;
- Controlo de segurança estática;
- Actualização do mapa de recolha de valores.

A escolta de valores encontra-se regularizada com as seguintes empresas:

- Plantão: 57 pontos de recolha de valores;
- Lince: 13 pontos de recolhas de valores.

O sistema de controlo de CCTV:

- Decorreu o processo de identificação, orçamentação e posterior reparação dos gravadores e câmaras a nível da nossa rede de agências;
- Foi realizado o mapeamento dos geradores a nível nacional, tendo sido identificados 25 operacionais e 4 não operacional;
- De igual modo foram efectuadas intervenções preventivas e correctivas às máquinas contadoras e impressoras a nível nacional.

Outras actividades:

- Está a decorrer, no âmbito da Comissão criada, a identificação e o cadastramento do património do imobiliário do Banco;
- Foi adquirida uma residência no mesmo município com o propósito de edificar uma agência.

## Qualidade e Organização

Em 2016, a Direcção de Qualidade e Organização continuou empenhada na realização de auditorias de qualidade às agências do Banco, elaborou e actualizou normativos. A Direcção implementou um processo de gestão de reclamações que vai permitir um melhor acompanhamento da

qualidade dos serviços e produtos do Banco. De realçar que a metodologia de Divulgação dos Normativos desencadeou a cultura da utilização do Portal do Colaborador.

#### i. Departamento de Qualidade

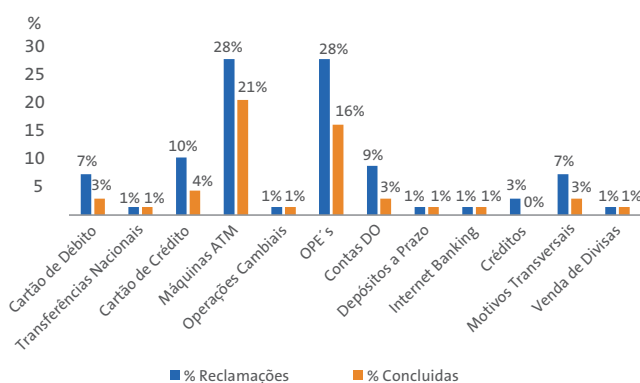
- Fórum Internacional da Qualidade;
- Apoio equipa implementação *software* SAP (Capgemini);
- Apoio equipa implementação Gestão Risco Operacional (EY);
- Actualização nº 04 da Estrutura Organizacional da DRC;
- Registo e arquivo formações Internas DRH;
- Realização de Testes Ferramentas “Qualyteam”;
- Elaboração *Draft* Políticas de Qualidade com base nos Objetivos Estratégicos do Banco;
- Melhoria do Mapa Segregador do Registo de Reclamações;
- Elaboração *Draft* Plano de Sensibilização às Agências no âmbito da Qualidade.

O Departamento Qualidade efectuou uma Auditoria de Qualidade aos Arquivos do Banco, concentrando-se na fiscalização dos seguintes pontos: Recolha dos arquivos, Arrumação, Digitalização e Gestão Interna.

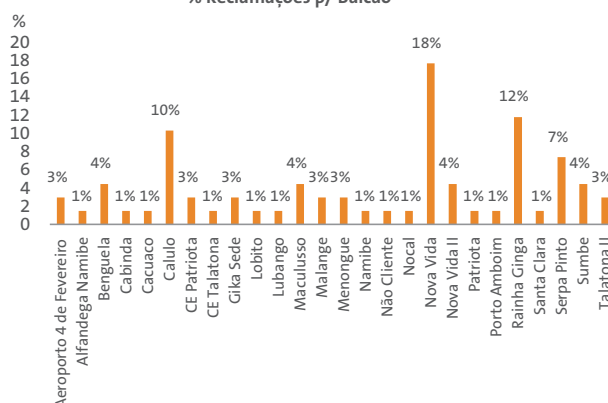
#### ii. Departamento de Organização

- Elaboração do Processo Gestão de Reclamações;
- Actualização do Processo Compensação de Cheques;
- Actualização do Regulamento de Reclamações e Estrutura e Funções da DPR e DJC;
- Revisão e Implementação do Código de Ética e Conduta Profissionais;
- Actualização Regulamento de Crédito;
- Envio Comunicação ao BNA e Bancos da Praça sobre a Abertura dos Balcões (529 e 9505) e Registo no Portal SSIF;
- Elaboração e envio de Cartas BNA – Abertura ATM Center;
- Acompanhamento Cronograma de Obras para abertura de novos Balcões (por abrir);
- Elaboração de Job Description (Plano de acção 2017);
- Segregação da Listagem de Normativos por Estrutura;
- Leitura Manual de Kultura Keve;
- Leitura de Regulamento de carreira.

Reclamações por Produto e Status



% Reclamações p/ Balcão



#### Rede Comercial

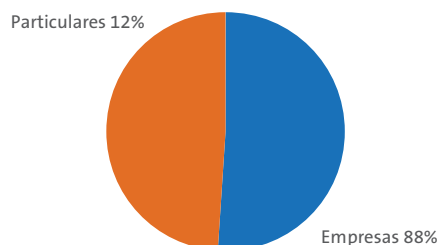
Em 2016, o Banco manteve a sua estratégia comercial, virada para maximização das opções de ofertas de produtos e serviços, sendo possível crescer e massificar a carteira de recursos de clientes atingindo AOA 89.264 milhões, e na captação de mais 29.963 clientes, mais 24% face ao ano anterior (125.684 em 2015).

A redução em 8% dos recursos totais do Banco, deveu-se essencialmente ao segmento de Empresas com uma contribuição para esta redução -35%.

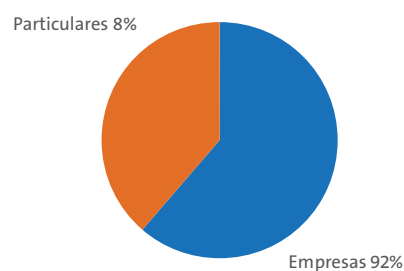
#### Recursos e Crédito – Por segmento

Milhões AOA	2015	2016	Var.%
<b>Recursos</b>			
DGE	65.102	38.828	-40%
DRC	26.684	43.010	61%
DPR	5.212	7.426	43%
	<b>96.996</b>	<b>89.264</b>	<b>-8%</b>
<b>Crédito Líquido</b>			
DGE	40.520	35.629	-12%
DRC	17.281	21.620	25%
DPR	799	853	7%
	<b>58.601</b>	<b>58.102</b>	<b>-1%</b>

Recursos



Crédito





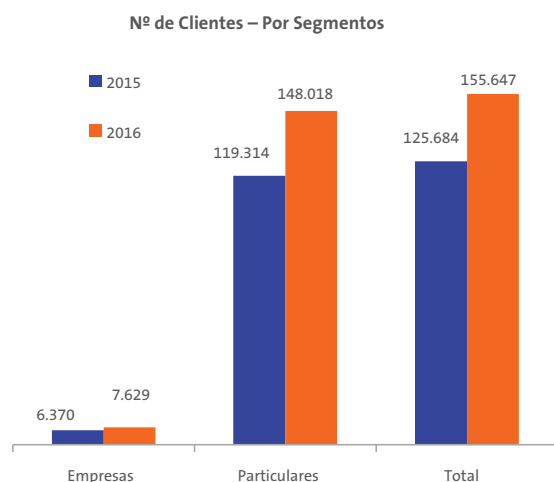
Independentemente da variação registada em termos absolutos, o segmento de Empresa continua a ser o mais relevante, decorrente da focalização estratégica do Banco neste período, com os recursos e a carteira de crédito concedido a representarem respectivamente, 88% e 92% do valor total.

#### Recursos e Crédito – Por Província

Milhões AOA	2015	2016	Δ%
<b>Recursos</b>			
Província de Luanda	87.391	76.389	-13%
Outras Províncias	9.605	12.875	34%
	<b>96.997</b>	<b>89.264</b>	<b>-8%</b>
<b>Crédito</b>			
Província de Luanda	49.824	52.230	5%
Outras Províncias	8.777	5.872	-33%
	<b>58.601</b>	<b>58.102</b>	<b>-1%</b>

Em termos de distribuição territorial, os recursos reduziram 13% entre as Agências localizadas em Luanda e cresceram 34% nas outras províncias. O crédito cresceu 5% nas Agências localizadas em Luanda e reduziu 33% nas Agências localizadas nas outras províncias.

O número de Clientes captados pelo Banco registou um crescimento de 24% em finais de Dezembro de 2016, atingindo os 156 mil clientes.



#### Nº de Clientes – Por Províncias

Província	2015	2016	Variação
Luanda	56.902	71.906	26%
Kwanza Sul	26.307	29.943	14%
Benguela	15.980	20.732	30%
Huambo	5.774	4.955	-14%
Lubango	7.261	8.222	13%
Namibe	3.826	4.770	25%
Zaire	1.264	1.935	53%
Malange	1.864	3.092	66%
Cunene	534	1.089	104%
K. Kubango	2.673	4.301	61%
Cabinda	3.299	4.702	43%
	<b>125.684</b>	<b>155.647</b>	<b>24%</b>

#### Outras actividades:

Foi implementado um conjunto de medidas, visando melhorar a eficácia e eficiência da rede comercial, entre as quais destacamos:

- Abertura do Centro de Empresas Royal Park;
- Abertura das Agências Viana Cometa, Keve Sonangalp Km32 e Luanda Shopping;
- Negociações de processos de crédito, no âmbito do Programa Angola Invest;
- Implementação do modelo de liderança para o cumprimento dos objectivos propostos;
- Triagem dos problemas de gestão administrativa e operacional entre balcões e os departamentos;
- Implementação de estratégias para o alto rendimento nas equipas.

#### Sistemas de Informação

Em 2016, a Direcção de Sistemas de Informação realizou as suas tarefas tendo como objectivo a melhoria substancial dos serviços aos clientes, assegurar a integridade e a segurança dos sistemas bem como dar resposta às necessidades de todas as áreas internas do Banco. Nesse contexto, as principais acções empreendidas no período foram:

#### Core:

- Extracção da informação para as Direcções por meio de Querys;
- Actualização de entidades para pagamentos via *Internet Banking*;
- Actualização de preçário das operações;
- Implementação processo de Reconciliação dos Correspondentes;
- Implementação do processamento dos ficheiros ENSA;
- Implementação *Framework* CEOB;
- Parametrização de DP's (Keve Kanuco; Keve 13);
- Implementação do processo de migração de contas de forma massiva;
- Parametrização operação Liquidação Visa.

#### Telecomunicações:

- Implementação dos telefone e sistema de gravação sonora serviços centrais;
- Ligação, Encriptação e testes BRK – BODIVA 2ª fase;
- Projeto de Segurança Interna/externa e redundância;
- Marketware Projeto de Verificação do Site: [www.bancokeve.ao/Internet Banking e Exchange](http://www.bancokeve.ao/Internet%20Banking%20e%20Exchange);
- *Disaster Recovery* de Comunicações;
- Implementação Novos Links Dados – Unitel, Multitel, TVCabo, ITA e IPWORD – Múltipla;
- Implementação do Número Curto;
- *Disaster Recovery* de Comunicações Data Centre – ITA/ Múltipla.

#### Sistemas Distribuídos:

- Migração Site do Nova Vida para o ITA;
- Conclusão da Instalação DFR-S replicação entre Agência e Sede;
- Actualização dos Serviços Netapp;
- Manutenção Serviços Antivirus;
- Actualização dos Serviços Swift;
- Proposta Alteração horários;
- Actualização ESXI;
- Alteração das Nomenclatura;
- Criação de Imagem Padrão das Agências e Servidores;
- Plano de *Disaster recovery*;
- Gestão de Propostas / Compra de Material.

#### Gabinete de Auditoria Interna

Em 2016 o Gabinete de Auditoria desenvolveu, um conjunto de actividades como: resolução dos casos de inspecção, cartas de circularização, análise aos alertas do Audit Bank, auditorias aos Serviços Centrais, estatística da informação sobre os casos de inspecção do ano.

#### Departamento de Auditoria

- Prosseguiu-se a elaboração dos planos das Auditorias aos Serviços Centrais e das Inspeções Surpresas, para 2017, tendo sido submetidos a validação do Administrador de Pelouro e, os trabalhos no âmbito da elaboração do relatório sobre Governança Corporativa e sobre o Sistema de Controlo Interno.

#### Departamento de Inspeção e Fraude

- As actividades de inspecção desenvolvidas pelo GAI no âmbito das suas atribuições centraram-se na resolução dos casos de inspecção, respostas às cartas de circularização de saldos de clientes, inspeções surpresas e análise dos alertas do Audit Bank.
- Foram abertos 14 casos de inspecção dos quais, a 31 de Dezembro de 2016, encontravam-se 2 casos por encerrar;
- Foram realizadas 53 inspeções surpresas das quais foram emitidos 41 relatórios;
- Durante o ano, o GAI recebeu e atendeu 149 cartas de circularização tendo respondido a todas, das quais 23 a não clientes.

#### Gabinete de Banca de Seguros

No âmbito dos serviços da *bancassurance*<sup>1</sup> o Banco Keve disponibiliza dentro da sua rede de agências, um conjunto de seguros em parceria com a Global Seguros, que permitem fraccionamento do prémio de acordo com as necessidades do cliente.

O Banco disponibiliza as seguintes modalidades de seguros:

- Seguro de Vida;
- Seguro Automóvel;
- Seguro de Assistência em Viagens;

- Seguro de Responsabilidade Civil;
- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Multi-Risco Empresa;
- Seguro de Multi-Risco Habitação;
- Seguro de Multi-Risco Indústria;
- Seguro de Condomínio;
- Seguro de Acidentes Pessoais.

No ano de 2016, foram vendidas 17.847 apólices de seguro, o que permitiu atingir o total de seguro vendidas pelos Banco (o correspondente a USD 5.070.232 milhões).

No período em análise, foram também desenvolvidas as seguintes actividades:

- Venda directa de Seguros a particulares e Empresas;
- Apoio e suporte técnico às unidades comerciais;
- Regularização de Seguros a título de crédito;
- Gestão e acompanhamento da carteira de Clientes;
- Regularização e acompanhamento de Sinistros.

#### Gabinete de Compliance

Em 2016, o Gabinete de *Compliance* continuou com o processo de incentivo de boas práticas bancária e o combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo. Deste modo, foram criados mecanismos para melhorar a sua estrutura funcional e consequentemente permitir a execução das actividades de forma eficiente.

Das actividades realizadas, destacam-se as seguintes:

- Monitorização do envio de 60 (sessenta) reportes obrigatórios sendo; diários, semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais para as autoridades;
- Atendimento de 3 (três) inspeções efectuadas pelas autoridades reguladoras BNA e CMC;
- Análise de novos produtos 1 (um), processos de negócio 6 (seis) e aprovação dos regulamentos internos do Banco;
- Acompanhamento da inspecção on-site 3 (três);
- Elaboração de 52 (cinquenta e dois) Reportes afectos às contas do sector público administrativo;
- Reporte obrigatório de 19.352 (dezanove mil trezentos e cinquenta e dois) transacções em numerário entre levantamentos e depósitos, sendo 13 (treze) em moeda estrangeira;
- Desbloqueio por inactividade de 22.770 (vinte e duas mil setecentos e setenta) contas;
- 7 (sete) Declarações de operação suspeita submetidas à UIF;
- 101 (cento e um) pedidos de esclarecimento sobre OPEs realizadas;
- 7 (sete) solicitações de actualização KYC;
- Monitorização de 45 (quarenta e cinco) processos de conta analisados de forma aleatória;

<sup>1</sup> Conceito utilizado para abordar a comercialização de serviços e produtos da área dos seguros por instituições financeiras e de crédito.

- Desbloqueio de 6.505 (seis mil, quinhentas e cinco) contas por inactividade;
- 1 (uma) Declaração de Operação Suspeita enviada à UIF;
- Resposta a 41 (quarenta e uma) solicitações de informação respondidas, sobre operações realizadas;
- Neste período foram publicados os seguintes normativos:
  - 1 Lei, 1 Decreto Legislativo Presidencial, 5 Avisos, 3 Instrutivos, e 1 Directiva.

#### Gabinete de Planeamento e Controlo

Em 2016, o Gabinete de Planeamento e Controlo passou a ter autonomia concretizando-se a separação da Direcção de Contabilidade e desenvolveu a sua estrutura de modo a tornar-se resiliente aos desafios no controlo e planeamento da actividade do Banco e responder de forma adequada às suas responsabilidades.

Desse modo, o gabinete desenvolveu alguns processos internos e direccionou o seus esforços na adopção de políticas e práticas que permitiram fortalecer a equipa, e torná-la mais eficiente.

Relativamente à actividades realizadas, foi dada uma especial atenção à elaboração do Orçamento geral do Banco e ao auxílio à Comissão Executiva na definição dos Objectivos gerais e na elaboração do Plano Estratégico do Banco 2016-2020.

#### Reportes do Gabinete de Planeamento e Controlo

Nº	Documento	Periodicidade	Nº de Emissões no ano
1	Relatório Bankita	Mensal	12
2	Apresentação Interna Bankita	Mensal	12
3	Relatório dos Objectivos Comerciais das Agências	Mensal	12
4	Relatório da Taxa de Circulação	Mensal	3
5	Estatísticas das Operações com o Estrangeiro	Trimestral	4
6	Relatório dos Produtos e Serviços	Trimestral	3
7	Relatório de Actividade Trimestral (em Português e em Inglês)	Trimestral	4
9	Elaboração do Orçamento Anual	Anual	1
11	Elaboração dos Objectivos Comerciais	Anual	1
14	Bancarização	Anual	1
18	Elaboração do Relatório de Contas	Anual	1

#### Principais Actividades Desenvolvidas:

- Reestruturação do ficheiro do Orçamento, alteração do modelo do ficheiro dos Relatórios dos Objectivos Comerciais e de Rentabilidade das agências, melhoria do ficheiro das estatísticas das operações com o estrangeiro;
- O Gabinete contribuiu para a elaboração do plano estratégico de 2016 – 2020. Nesta actividade o gabinete elaborou o documento e elaborou a projecção com recurso a práticas e técnicas contabilísticas;
- Envio mensal do mapa estatístico das contas Bankitas;

- Elaboração do Relatório e Contas 2015;
- Elaboração do Relatório dos Objectivos Comerciais e Rentabilidade;
- Elaboração e Publicação do Relatório Estatístico das Operações com o estrangeiro;
- Reestruturação do Relatório de Produtos;
- Reporte a ABANC das informações financeiras e não financeiras do Banco;
- Elaboração revisão dos Objectivos Comerciais do Banco;
- Participação na formação sobre “Continuidade das actividades do projecto de implementação do SAP”.

#### Gabinete de Risco

Em 2016 o GRI, teve como destaque principal o cumprimento do ciclo da gestão do risco (identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte), com a elaboração dos diversos relatórios alinhando-se com as áreas tomadoras do risco no sentido de mitigar os mesmos, servindo assim de alerta e contribuindo para as melhores formas de actuação no exercício das suas actividades com fiabilidade e maior rigor.

- Elaboração de relatórios de acompanhamento para os riscos de:
  - Crédito;
  - Liquidez;
  - Taxa de Juro e de Câmbio;
  - Índices de Risco Financeiro e Solidez Financeira.
- Implementação do sistema de gestão do risco operacional
  - Identificação e validação dos riscos e controlo;
  - Validação da base de dados de eventos de risco operacional.
- Apoio aos auditores externos, da Deloitte, no que se refere a prestação de informações diversas;
- Participou no Fórum de concertação comercial, dentre os muitos aspectos esteve em destaque a apresentação dos objectivos do Banco, tendo o GRI em atenção aos riscos ou possibilidade dos objectivos não serem atingidos face as adversidades inerentes;
- Em função da inspecção efectuada pela Entidade reguladora (BNA) sobre a temática da metodologia de padrão de provisões, o GRI esteve activo no monitoramento do suporte informativo permitindo com que o objectivo por parte da Entidade reguladora fosse concretizado;
- Formação e integração da equipa do projecto de implementação do sistema de gestão do risco operacional;
- Primeira reunião do Comité ALCO;
- Apoio ao projecto Terças Formativas;
- Início do processo de implementação do Sistema de Gestão do Risco Operacional;
- Início do processo de entrevista para reestruturação do GRI e alocação de capital humano.



No decorrer deste período o Gabinete de Risco estabeleceu contactos com as seguintes áreas:

- Direcção de Sistemas de Informação (DSI): Suporte automático e envio de informações;
- Direcção de Mercados Financeiros (DMF): Reconciliação de dados;
- Direcção de Contabilidade (DCO): Reconciliação de dados e envio de informações;
- Direcção de Operações (DOP): Envio de informações;
- Direcção Internacional e Banca de Investimento (DBI): Envio de informações;
- Direcção de Qualidade e Organização (DQO): Projecto de Implementação do Sistema de Gestão do Risco Operacional.

### Gabinete de Monitoramento e Recuperação

Baseando-se na temática de Cobrança e Recuperação, em 2016 reduzimos o crédito mal parado cingindo-nos nas seguintes actividades:

- Cobrança e Recuperação de Créditos;
- Reuniões com clientes;
- Cobrança por telefone;
- Gestão/Contabilização dos valores recuperados;
- Análise, preparação de Créditos Vencidos;
- Visita a clientes afectos às províncias do Namibe e Cuando Cubango;
- Processo de reestruturações de crédito enviados a DOP para desembolso;
- Gestão da carteira de créditos vencidos e descobertos;
- Envio de cartas cobranças e encerramentos de créditos;
- Elaboração e recepção de correspondência diversa;
- Envio da informação afecto a CIRC/BNA.

Valores em Milhões AOA	1T 2016		2T 2016		3T 2016		4T 2016	
	Clientes	AOA	Clientes	AOA	Clientes	AOA	Clientes	AOA
<b>Recuperados</b>	135	1.824,93	172	1.659,03	207	829,52	208	763.153,80
Empresa	46	1.808,34	49	165,9	42	796,33	38	680.202,30
Particular	89	16,59	123	1.493,13	165	33,18	170	82.951,50
<b>Reestruturados</b>	0	0	0	0	3	0	5	165.903,00
Empresa	0	0	0	0	0	0	2	99.541,80
Particular	0	0	0	0	3	0	3	66.361,20
<b>Encerrados</b>	2	16,59	11	1.161,32	7	16,59	9	66.361,20
Empresa	1	0	5	929,06	1	16,59	2	49.770,90
Particular	1	16,59	6	232,26	6	0	7	16.590,30
<b>Saneados</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0
Particular	0	0	0	0	0	0	0	0

## CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

**Agências**

O Banco dispõe de 60 unidades comerciais, que são compostas pela Rede de Agências, Centros de Empresas e Private Banking. Estamos localizados em quase todas as provinciais e prestamos serviços a mais de 155.645 (cento e cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e cinco) clientes. Grande parte destas unidades, estão localizadas na província de Luanda – Capital Financeira.

O banco tem a política de abertura contínua de Unidades Comerciais que, por sua vez, são geridas tendo como base na avaliação do potencial de negócios das áreas ou e clientes específicos.

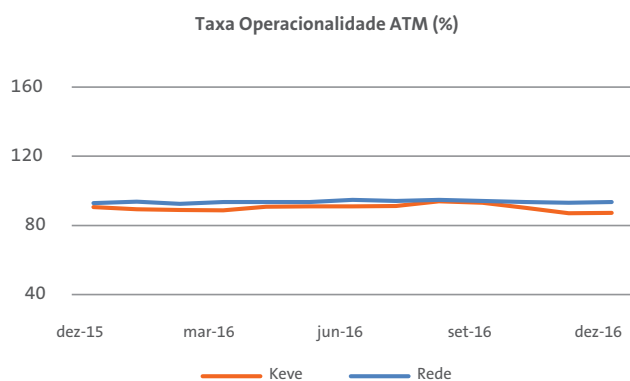
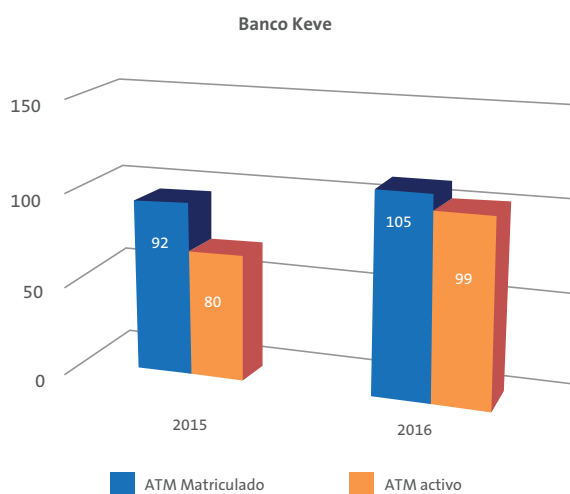
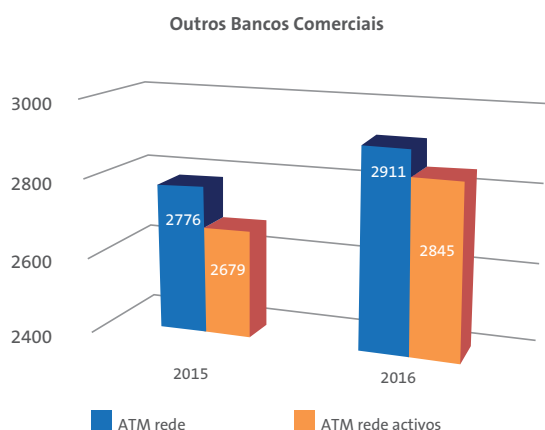
**Caixas automáticos (ATM)**

A 31 de Dezembro de 2016, o Banco dispunha um total de 105 ATM's, o que representa um crescimento de 14% face a 2015 (+13 ATM's). Estas caixas automáticas estão distribuídas por 41 Municípios (o total da rede atingiu 2.911 ATM's).

	2014	2015	2016	Var.
Nº ATM	80	92	105	14%
Nº de Municípios	38	38	41	7,9%

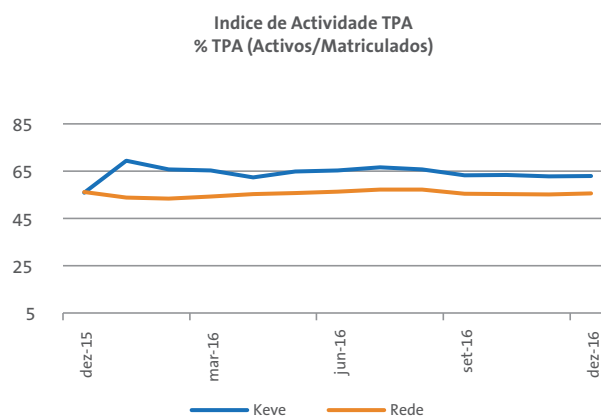
Dos 105 ATM's matriculados, o banco registou uma taxa de atividade a rondar os 94% (99 ATM's ativos). Este nível de atividade permitiu ao Banco manter a sua quota de mercado face à rede, posicionando-se no 7º lugar.

Em termos gerais, a rede nacional de ATM's registou um total de 2.911 caixas automáticas em 2016, com uma taxa de atividade de 97%. O crescimento foi de 5% face ao número de caixas automáticas registadas em 2015.

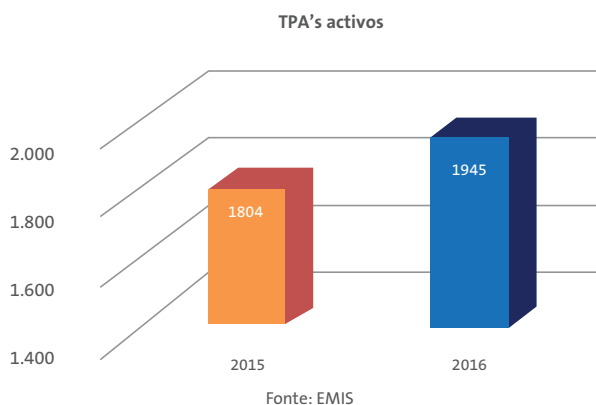


### Terminais de pagamento automático (TPA)

O Banco registou em 2016 um crescimento de 7,8% na sua rede de TPA's, perfazendo um total de 1.945 TPA's (1.804 em 2015). O nível de atividade situou-se nos 73% (medido pelo rácio TPA's activos sobre TPA's matriculados) estando acima do índice da rede ao longo de todo o ano de 2016 (a rede situou-se em 55,65% em Dezembro de 2016).



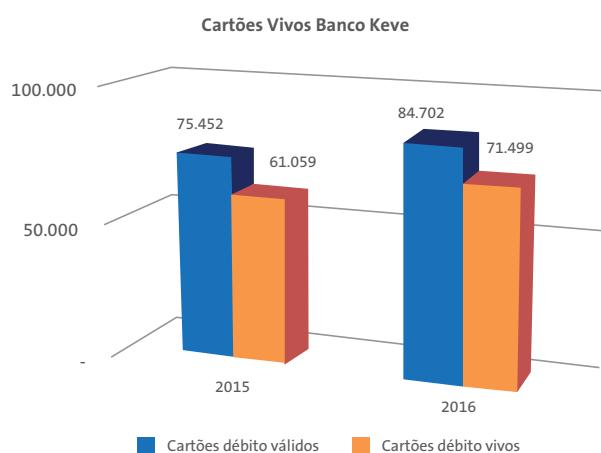
Fonte: EMIS



Fonte: EMIS

### Cartões de débito (multicaixa) e VISA

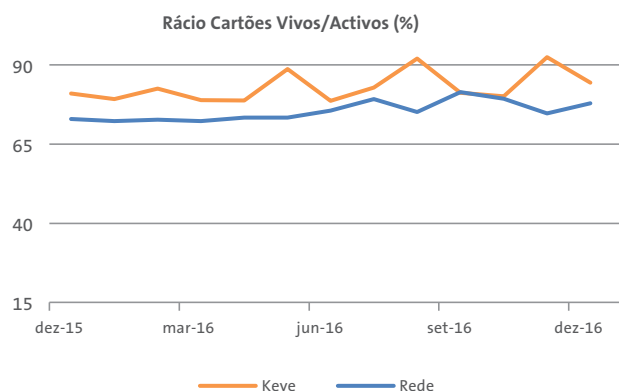
Em termos de cartões de débito, o banco atingiu um total de 84.702 cartões de débitos dos quais 71.499 cartões encontravam-se activos (84% de atividade). A análise do rácio de cartões de débito vivos sobre cartões válidos<sup>2</sup>, revela que o Banco teve um desempenho acima da média da rede (um aumento de 18%) ao longo do ano de 2016.



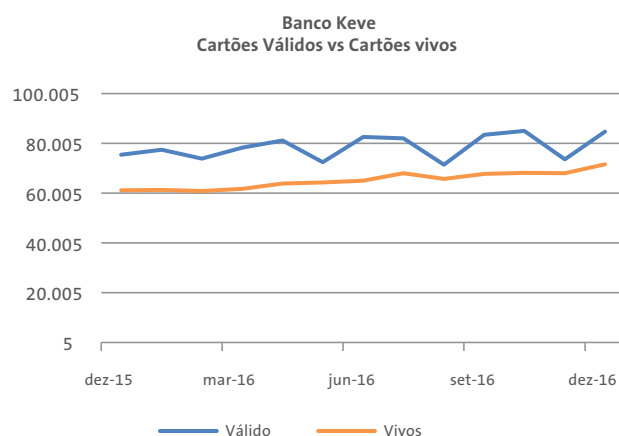
<sup>2</sup> Cartões vivos: total de cartões válidos utilizados na Rede até ao último dia do mês.  
Cartões válidos: total de cartões registados na rede com data de expiração válida no último dia do mês.



A rede nacional registou um total de 4.563.067 cartões de débitos válidos dos quais 3.552.241 encontram-se activos. Estes valores mostram que a taxa de actividade dos cartões foi de 78%

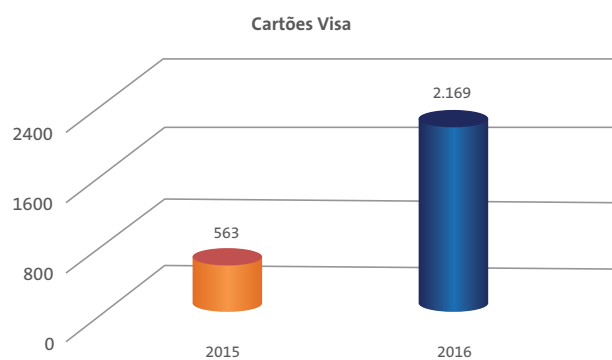


Fonte: EMIS



Fonte: EMIS

Relativamente aos cartões VISA o crescimento foi notável face à possibilidade de transaccionamento de moeda estrangeira. Durante o ano de 2016, o banco atingiu com um total de 2.169 cartões VISA, com um crescimento de 1.606 cartões em apenas um ano (o correspondente a 285%).



Fonte: EMIS

### Internet Banking (iKEVE) e Keve SMS

Em 2016, haviam 13.131 contratos celebrados de Internet Banking, dos quais 1.921 empresas e 11.210 particulares. O acesso por parte de particulares verificou um aumento de 71% face a 2015, o que representou também um crescimento da taxa de adesão global na casa dos 67%.

#### Estatísticas da Banca Electrónica

	2014	2015	2016	Var.
<b>Homebanking</b>				
Nº de Contratos <sup>1/</sup>				
Empresas	589	1.319	1.921	46%
Particulares	3.872	6.543	11.210	71%
<b>Total</b>	<b>2.247</b>	<b>7.862</b>	<b>13.131</b>	<b>67%</b>
Nº de Transacções	2.021.954	2.749.539	340.483	-88%
Nº de Acessos	281.321	370.049	1.189.386	221%
Nº de Transacções/ Nº de Contratos	900	350	26	-93%
Nº de Acessos/ Nº de Contratos	125	47	91	92%
<b>Keve SMS</b>				
Nº de Contratos <sup>1/</sup>	8.293	15.046	25.603	70%
Nº de Acessos	34.024	50.481	160.742	218%
<b>Keve Tablet</b>				
Nº de Contratos	1.255	2.641	4.533	72%
Nº de Acessos	320	1.687	1.090.166	64522%

1/ Contratos em vigor em 31 de Dezembro de 2016

Relativamente ao Keve SMS, em 2016 atingimos 25.603 contratos celebrados, representando um aumento 70% face a 2015. O número de contratos celebrados de Keve Tablet, situou-se 4.533 em Dezembro de 2016 (aumento anual de 72%).

#### Serviços disponibilizados pelo iKeve

- Consulta de Extractos
- Pedido de Cheques
- Transferências conta a conta
- Agenda de Vencimento
- Posição Integrada
- Conta a Prazo
- Conta à Ordem
- Personalizar
- Mensagens
- Docs Electrónicos
- Autorizações de Débito
- Cartões
- Financiamento
- Pagamentos
- Moeda Estrangeira

### Serviços disponibilizados pelo Keve SMS

Consultas a:

- Saldos
- Movimentos
- NBA/IBAN
- Posição integrada simples
- Posição integrada completa
- Contas disponíveis
- Lista de contas disponíveis
- Cambio
- Transferências
- Envio de dígitos da chave de confirmação

### ANÁLISE FINANCEIRA

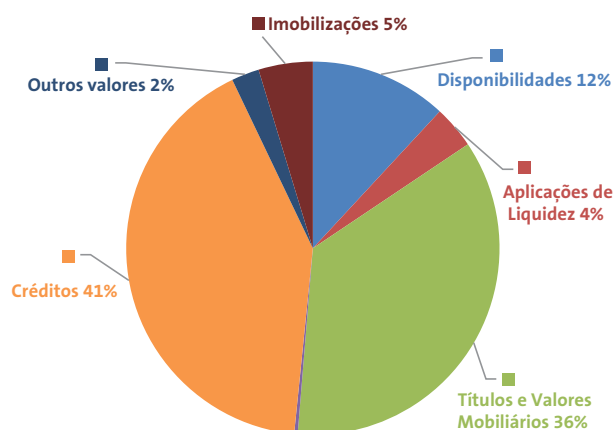
#### Activo

O activo líquido a 31 de Dezembro de 2016 somava AOA 140.687 milhões, o que correspondeu a um aumento de AOA 9.910 mil milhões (+8%) relativamente ao final do ano anterior. O crescimento do activo foi impulsionado essencialmente pelos crescimento dos “Títulos e Valores Mobiliários” que aumentaram em 64% (+ AOA 19,6 mil milhões), numa carteira cujo crescimento dos títulos indexados mantidos até ao vencimento foram os maiores impulsionadores do crescimento.

Por outro lado, registou-se um decréscimo das “Disponibilidades” em 33% (AOA -8,2 mil milhões) e diminuição das “Aplicações de Liquidez” na ordem de AOA -2,2 mil milhões, passando de AOA 7,4 mil milhões em 2015 para AOA 5,2 mil milhões em 31 de Dezembro de 2016, representando uma descida de -29% face ao exercício anterior.

A rubrica “Créditos no Sistema de Pagamentos” revelou um incremento de 111% (AOA 0,2 mil milhões), decorrente da compensação de cheques e outros papéis. A carteira de créditos também reduziu em cerca de -1% (AOA -0,5 mil milhões), assim como os “Outros Valores” que acomodaram uma variação de -2% (AOA -0,1 mil milhões) comparativamente ao período de 2015.

	2016		2015		
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ %
Activo Líquido					
Disponibilidades	16,8	11,9%	25,0	19,1%	-33%
Aplicações de Liquidez	5,2	3,7%	7,4	5,7%	-29%
Títulos e Valores Mobiliários	50,2	35,7%	30,6	23,4%	64%
Créditos no Sistema de Pagamentos	0,4	0,3%	0,2	0,1%	111%
Operações Cambiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Créditos	58,1	41,3%	58,6	44,8%	-1%
Outros valores	3,4	2,4%	3,4	2,6%	-2%
Imobilizações	6,7	4,7%	5,6	4,3%	19%
Activo	140,7	100,0%	130,8	100,0%	8%



As rubricas com maior peso no total do activo são os Títulos e Valores Mobiliários (36%) e os Créditos (41%) mostrando a clara aposta neste tipo de activos por parte do Banco.

O Imobilizado cresceu em 19% (AOA 1,0 mil milhões), passando de AOA 5,6 mil milhões em 2015 para AOA 6,7 mil milhões a 31 de Dezembro de 2016.

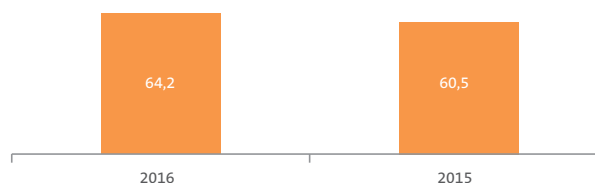
O rácio de transformação dos Recursos de Clientes em crédito situou-se em 65% (60% em 2015), resultando um aumento de 5,0% relativamente a 2015.

A nível da concessão de crédito, o banco registou um total de AOA 64,2 mil milhões de crédito bruto em 2016 o que representou um crescimento da concessão em 6%. O crédito concedido ao segmento de empresas continua a deter a maior fatia do crédito com um total de AOA 58,9 mil milhões.

#### Crédito - Segmentação por cliente

Mil Milhões AOA	2016	2015	Δ %
Empresas	58,9	55,4	6%
Particulares	5,3	5,1	4%
<b>Crédito Bruto</b>	<b>64,2</b>	<b>60,5</b>	<b>6%</b>
Garantia Prestadas	6,0	6,5	-8%
Créditos documentários abertos	6,6	6,2	6%
	<b>76,8</b>	<b>73,3</b>	<b>5%</b>

Crédito bruto ( Mil Milhões AOA)



Em 31 de Dezembro de 2016, as Garantias Prestadas situaram-se em AOA 6 mil milhões, representando uma diminuição de 8% face a 2015. Os Créditos Documentários, ascenderam para AOA 6.6 mil milhões, patenteando um aumento de 6%.

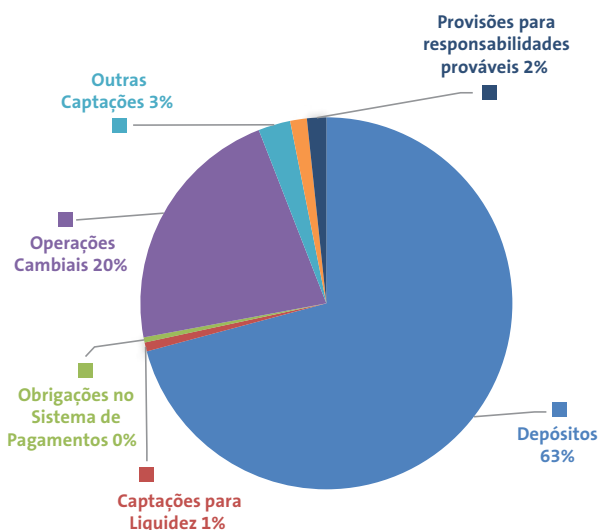
#### Qualidade do Activo

Mil Milhões AOA			Peso		Δ %
	2016	2015	2016	2015	
Crédito Vincendo	60,7	55,4	94,4%	91,5%	10%
Crédito Vencido	3,6	5,1	5,6%	8,5%	-30%
	<b>64,2</b>	<b>60,5</b>			<b>6%</b>
Níveis de Risco					
B	15,7	14,3	24,5%	23,6%	10%
C	26,9	25,5	41,9%	42,1%	5%
D	0,7	0,4	1,0%	0,7%	65%
E	2,6	3,3	4,1%	5,5%	-21%
F	0,4	3,4	0,6%	5,6%	-88%
G	17,9	13,5	27,9%	22,3%	32%
<b>Crédito bruto</b>	<b>64,2</b>	<b>60,5</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>6%</b>
Provisões para Crédito	6,1	1,9	9,6%	3,1%	
<b>Crédito líquido</b>	<b>58,1</b>	<b>58,6</b>			<b>-1%</b>

O rácio crédito vencido sobre total crédito registou uma diminuição de 2,9 pp., passando para 5,6% em Dezembro de 2016. O Crédito Vencido no nível G situou-se em AOA 17.9 mil milhões em Dezembro 2016, o que corresponde a 22,3% da carteira de crédito bruto (32% em 2015). A cobertura do crédito total por provisões situou-se em 9,6% em 2016 contra 3,1% no ano anterior.

#### Passivo

	2016		2015		
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ %
Passivo					
Depósitos	89,3	63,4%	97,0	74,2%	-8%
Captações para Liquidez	1,0	0,7%	0,1	0,1%	1441%
Obrigações no Sistema de Pagamentos	0,5	0,4%	0,8	0,6%	-33%
Operações Cambiais	27,7	19,7%	13,5	10,3%	106%
Outras Captações	3,6	2,5%	4,0	3,0%	-10%
Outros Passivos	1,8	1,3%	1,6	1,2%	12%
Provisões p/ Responsabilidades Prováveis	2,2	1,5%	1,8	1,3%	22%
Fundos Próprios	14,6	10,4%	12,1	9,3%	20%
Passivo e fundos próprios	140,7	100,0%	130,8	100,0%	8%



A nível do passivo as rubricas com maior peso são os Depósitos (63%) e as Operações Cambiais (20%). O Passivo do Banco regista um aumento de AOA 7,4 mil milhões (6%), com realce para variação das “Operações Cambiais” acomodam uma variação de AOA 14,2 mil milhões (+106%), decorrente dos cativos feitos no ano para cobertura de OPE’s.

As “Captações para Liquidez” cresceram também na ordem de AOA 0,9 mil milhões (+1441%), resultante das tomadas de fundos de outras instituições de crédito no país. A rubrica “Outras Captações” decresceu em AOA -0,4 mil milhões (-10%), influenciada essencialmente pela diminuição das Outras Captações contratadas no valor de AOA -1,0 mil milhões e do aumento das Dívidas Subordinadas no valor de AOA 0,6 mil milhões.

As Provisões para responsabilidades prováveis aumentaram em AOA 0,4 mil milhões (+22%), comparativamente ao ano anterior explicado pelo reforço das provisões para garantias prestadas e créditos em 2016.

Os Fundos Próprios cresceram em AOA 2,5 mil milhões (+20,0%), totalizando AOA 14,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2016.

#### Recursos de Clientes

Mil Milhões AOA	2016	Peso	2015	Peso	Var. %
Depósitos à Ordem	50,8	57%	74,2	76%	-32%
Depósitos a Prazo	38,5	43%	22,8	24%	69%
Repasse dos Títulos	0,0		0,0	0%	0%
<b>Recursos de Clientes, dos quais</b>	<b>89,3</b>	<b>100%</b>	<b>97,0</b>	<b>100%</b>	<b>-8%</b>
Moeda Nacional	80,2	90%	89,4	92%	-10%
Moeda Estrangeira	9,0	10%	7,6	8%	19%
	<b>89,3</b>	<b>100%</b>	<b>97,0</b>	<b>100%</b>	<b>-8%</b>

A carteira de recursos totais de clientes diminuiu AOA 7,7 mil milhões (-8%), totalizando AOA 89,3 mil milhões em Dezembro de 2016. Esta redução reflecte o abrandamento dos depósitos à ordem em moeda nacional em cerca de 10%. Os depósitos à ordem decresceram 32% face ao ano anterior.



## Demonstração de Resultados

Mil Milhões AOA	Dez16 - Dez15		
	2013	2014	Δ %
Margem Financeira	10,7	6,5	65%
Margem Complementar	10,8	6,1	75%
<b>Produto Bancário</b>	<b>21,5</b>	<b>12,6</b>	<b>70%</b>
Provisões para Crédito	7,7	3,1	154%
<b>Resultados da Intermediação Financeira</b>	<b>13,7</b>	<b>9,6</b>	<b>43%</b>
Custos Administrativos e de Comercialização	10,5	8,2	28%
Provisões sobre outros Valores	0,0	0,1	-100%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	0,0	-1,2	-100%
Resultados de Imobilizações Financeiras	0,0	0,0	0%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>3,2</b>	<b>2,4</b>	<b>31%</b>
Resultados não Operacionais	-0,6	-1,3	-50%
Provisão para Imposto sobre Lucros	0,1	0,4	-78%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>2,5</b>	<b>0,8</b>	<b>203%</b>
Cashflow Corrente	11,6	6,9	68%

O Banco teve um lucro líquido de AOA 2,5 mil milhões o que corresponde a um crescimento de 203% relativamente ao obtido em 2015 (AOA 0,8 mil milhões). A rentabilidade do capital próprio médio (ROAE) em 2016 situou-se em 21,30%, registando uma subida de 15,6 p.p comparativamente ao ano de 2015 (5,7%).

## Análise da Rentabilidade

## ROAE e ROAA

Valores em % do Activo Total Médio	2016	2015
<b>Taxa da Margem Financeira</b>	<b>7,9</b>	<b>5,2</b>
Lucros em Oper. Financeiras (líq.)	2,6	2,0
Comissões e outros Proveitos (líq.)	1,4	1,5
<b>Produto Bancário</b>	<b>11,9</b>	<b>7,2</b>
Custos de estrutura	7,5	6,5
Imobilizações Financeiras	0,1	0,1
Outros Custos e Proveitos Operacionais	0,0	1,0
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>4,3</b>	<b>0,7</b>
Provisões (líq.)	5,7	2,5
Resultados não Operacionais	-0,5	-1,0
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>1,9</b>	<b>1,0</b>
Provisão p/ Impostos s/ Lucros	0,1	0,3
<b>Lucro Líq. atribuível ao Banco (ROAA)</b>	<b>1,8</b>	<b>0,7</b>
<b>Multiplicador (ATM / FPM)</b>	<b>8,4</b>	<b>8,6</b>
<b>Lucro Líq. atribuível aos accionistas (ROAE)</b>	<b>21,30</b>	<b>5,7</b>

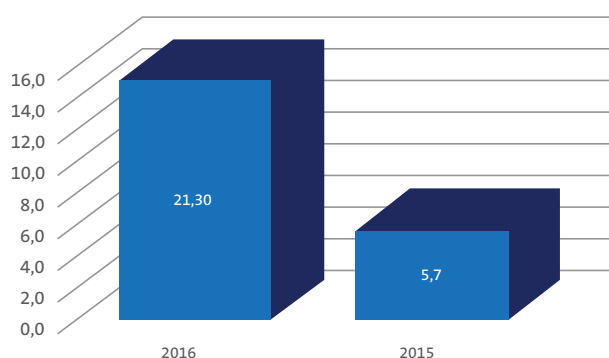
ATM = Activo total médio; FPM = Fundos Próprios Médios

ROAE = ROAA x Multiplicador

ROAE = Return on Average Equity

ROAA = Return on Average Assets

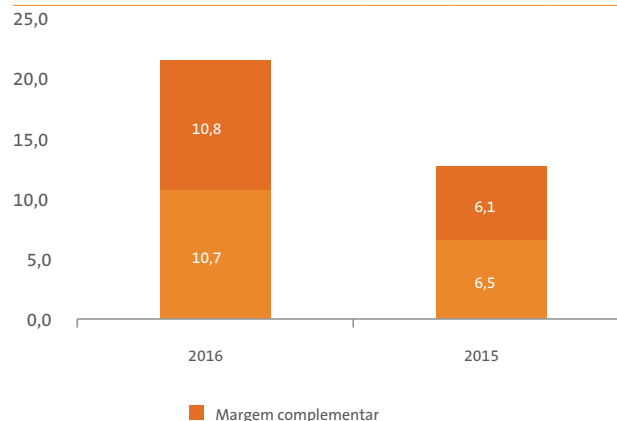
Lucro líq. Atribuível aos accionistas (ROAE)



O principal factor que explicou o aumento do ROAE foi crescimento do produto bancário em cerca de 70% face ao ano de 2015. A Margem financeira e os Resultados de negociação e ajustes ao valor justo foram as que mais contribuíram para o crescimento do produto bancário com um crescimento de 65% e 187% respectivamente.

## Produto Bancário

Mil Milhões AOA	2016	2015	Δ %
Margem Financeira	10,7	6,5	65%
Res. neg. ajustes Valor justo	5,3	1,9	187%
Resultados em Operações Financeiras	1,9	1,8	5%
Resultados Prestações Ser. Financeiros	3,5	2,4	44%
<b>Produto Bancário</b>	<b>21,5</b>	<b>12,6</b>	<b>70%</b>

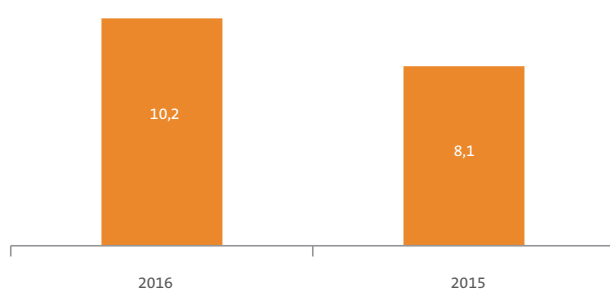


Durante o ano de 2016, o crescimento da margem financeira foi influenciada essencialmente pelo aumento dos juros de créditos em AOA 2,5 mil milhões e Juros de Títulos e valores mobiliários em AOA 2,1 mil milhões, e de igual modo, o aumento dos proveitos de Aplicações de liquidez em AOA 0,3 mil milhões.

O resultado de intermediação Financeira totalizou AOA 13,7 mil milhões, representando um aumento de 43%, face ao mesmo período em 2015, justificado principalmente pelo aumento dos resultados de negociação e ajuste ao valor justo em AOA 5,3 mil milhões.

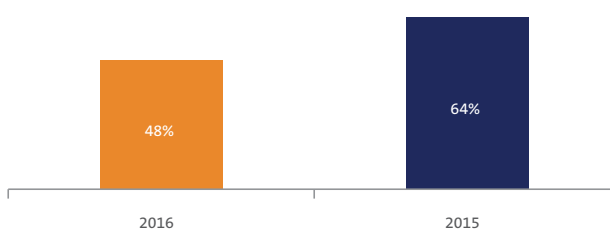
**Custos de Estrutura**

Mil Milhões AOA	2016	2015	Δ %
Custos com o Pessoal	4,6	3,0	56%
Fornecimentos e Serviços de terceiros	4,6	3,3	42%
Outros Custos Administrativos	0,3	1,1	-76%
<b>Gastos Administrativos</b>	<b>9,5</b>	<b>7,3</b>	<b>30%</b>
Amortizações	0,7	0,8	-5%
Custos de Estrutura	10,2	8,1	27%
<b>Nº Colaboradores</b>	<b>516</b>	<b>471</b>	<b>10%</b>

**Custo de estrutura**

Os custos de estrutura que agregam os custos com o pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações cresceram durante o ano de 2016 em cerca de 27%, passando de AOA 8,1 mil milhões em 2015 para AOA 10,2 mil milhões em 2016.

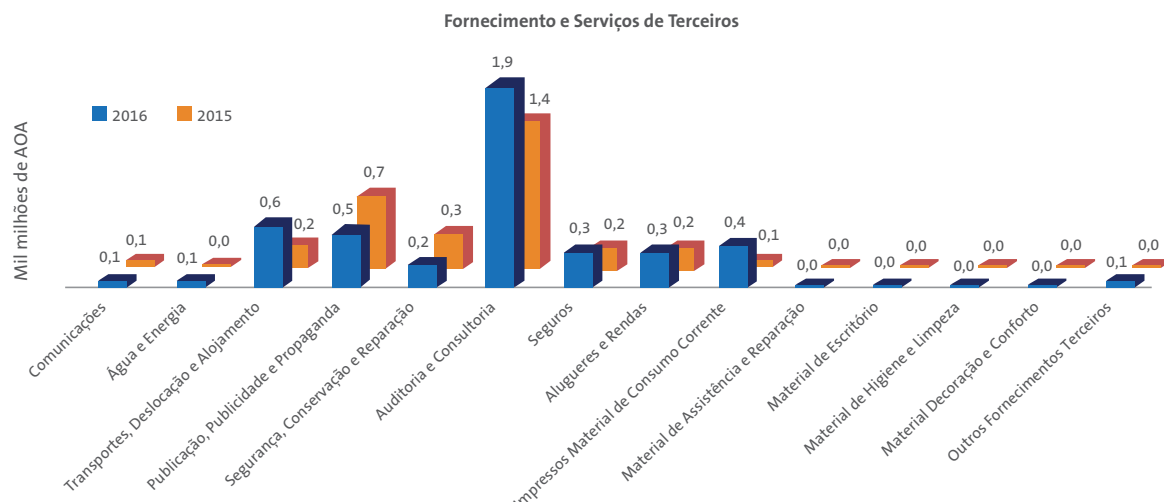
O crescimento dos custos de estrutura explica-se, em grande parte, pelo aumento dos custos com Pessoal cujo valor foi AOA 4,6 mil milhões (+56%) e também dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros que registaram um total de AOA 4,6 mil milhões (+42%). O *cost-to-income*, reduziu 16 pp., em resultado do aumento do Produto Bancário em maior proporção que os custos de estrutura.

**Cost-to-Income**

Os custos com fornecimentos e serviços de terceiros cresceram 42% passando de AOA 3,2 mil milhões em 2015 para AOA 4,6 mil milhões em 2016, com maior destaque para os custos com Auditoria e Consultoria que agregam o maior peso, cerca de 40,7% do total dos custos do ano em análise.

**Fornecimento e Serviços de Terceiros**

Mil Milhões AOA	2016	2015	Var. Anual	
Descrição			Abs.	%
Comunicações	0,1	0,1	0,5	54%
Água e Energia	0,1	0,0	0,6	57%
Transportes, Deslocação e Alojamento	0,6	0,2	2,0	197%
Publicação, Publicidade e Propaganda	0,5	0,7	-0,2	-23%
Segurança, Conservação e Reparação	0,2	0,3	-0,3	-33%
Auditoria e Consultoria	1,9	1,4	0,4	38%
Seguros	0,3	0,2	0,7	68%
Alugueres e Rendas	0,3	0,2	0,6	59%
Impressos Material de Consumo Corrente	0,4	0,1	2,8	284%
Material de Assistência e Reparação	0,0	0,0	-0,2	-21%
Material de Escritório	0,0	0,0	5,6	565%
Material de Higiene e Limpeza	0,0	0,0	0,5	45%
Material Decoração e Conforto	0,0	0,0	-0,8	-80%
Outros Fornecimentos Terceiros	0,1	0,0	6,1	614%
<b>Total</b>	<b>4,6</b>	<b>3,2</b>	<b>0,4</b>	<b>42%</b>



### Nota sobre as Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo nº 09/07, de 30 de Abril, do BNA e actualizações subsequentes.

	2016		2015		
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ %
Activo Líquido					
Disponibilidades	16,8	11,9%	25,0	19,1%	-33%
Aplicações de Liquidez	5,2	3,7%	7,4	5,7%	-29%
Títulos e Valores Mobiliários	50,2	35,7%	30,6	23,4%	64%
Créditos no Sistema de Pagamentos	0,4	0,3%	0,2	0,1%	111%
Operações Cambiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0%
Créditos	58,1	41,3%	58,6	44,8%	-1%
Outros valores	3,4	2,4%	3,4	2,6%	-2%
Imobilizações	6,7	4,7%	5,6	4,3%	19%
Activo	140,7	100,0%	130,8	100,0%	8%

	2016		2015		
Mil Milhões AOA	Valor	Peso	Valor	Peso	Δ %
Passivo					
Depósitos	89,3	63,4%	97,0	74,2%	-8%
Captações para Liquidez	1,0	0,7%	0,1	0,1%	1441%
Obrigações no Sistema de Pagamentos	0,5	0,4%	0,8	0,6%	-33%
Operações Cambiais	27,7	19,7%	13,5	10,3%	106%
Outras Captações	3,6	2,5%	4,0	3,0%	-10%
Outros Passivos	1,8	1,3%	1,6	1,2%	12%
Provisões para responsabilidades prováveis	2,2	1,5%	1,8	1,3%	22%
Fundos Próprios	14,6	10,4%	12,1	9,3%	20%
Passivo e Fundos Próprios	140,7	100,0%	130,8	100,0%	8%

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

#### Regularização de saldos de exercícios findos

A movimentação contabilística em contas de capital deverá ser suportada por decisões tomadas em assembleias de acionistas convocadas para o efeito. Todavia, algumas contas de capital consolidam movimentos contabilísticos menos adequados, realizados no último quinquénio.

A rubrica de Resultados transitados releva um saldo não aplicado de AOA 107.592.720,30 que traduz movimentos de 2011 (AOA 125.550.882,71) e de 2015 (AOA -30.851.616,49).

Por sua vez a rubrica 4407 - Resultados potenciais-lucros não realizados”, sem correspondência em CONTIF, foi movimentada duas vezes, em fim de ano – 2012 por AOA 26.698.500,00 e 2013 por AOA 10.177.327,22, por contrapartida de “Outras reservas”.

Para regularização destes saldos, no valor total de AOA 144.468.447,52 propõe-se a sua transferência para “Outras reservas”. Esta regularização, que configura uma mera reclassificação, não altera o agregado dos “Fundos próprios”.

#### Resultado do Exercício

Tendo em conta as disposições legais e estatutárias, a necessidade de manter uma base sólida de fundos próprios para fazer face aos objectivos estratégicos do Banco e de política de crescimento sustentado, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2016, no valor de AOA 2.488.738.835,60

**Reserva Legal 20%: AOA 497.747.767,12**

**Outras Reservas 80%: AOA 1.990.991.068,48**





# 05

ESTRUTURA DE GESTÃO





Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA





## Estrutura de Gestão

### COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

#### Mesa da Assembleia Geral

Amílcar dos Santos Azevedo da Silva	Presidente
Mário Henrique da Silva Mello Xavier	Vice-Presidente
Teodoro Bastos de Almeida	Secretário

#### Conselho de Administração

Rui Eduardo Leão da Costa Campos	Presidente
José Manuel Cerqueira	Vice-Presidente
Bruno André da Cruz Silva Inglês	Administrador Não Executivo
Óscar Manuel Ramalheite Mata	Administrador Não Executivo
Yolanda Marina Isaac Carneiro	Administradora Não Executiva
Rita Yara Freire de Mello Xavier	Administradora Não Executiva

#### Comissão Executiva

Arlindo Nogueira Narciso das Chagas Rangel	Presidente
Rui Miguêns de Oliveira	Vice-Presidente
Elsa Dalila Ferreira Azevedo da Silva	Administradora
Óscar Rodrigues	Administrador
Victor Manuel de Faria Cardoso	Administrador

#### Secretário

Arlindo Assunção de Sousa Lima Viegas Narciso	Secretário Comissão Executiva
---	-------------------------------

#### Conselho Fiscal

Manuel Fernando Correia Victor	Presidente
João da Silva	Vogal
Manuel João Cordeiro	Vogal
Décio Leandro de Carvalho Gaspar	Suplente
Gildo Mondlane Saraiva Faceira	Suplente

#### Auditor Externo

Deloitte (nomeado em Outubro de 2015)



MODELO DE GESTÃO





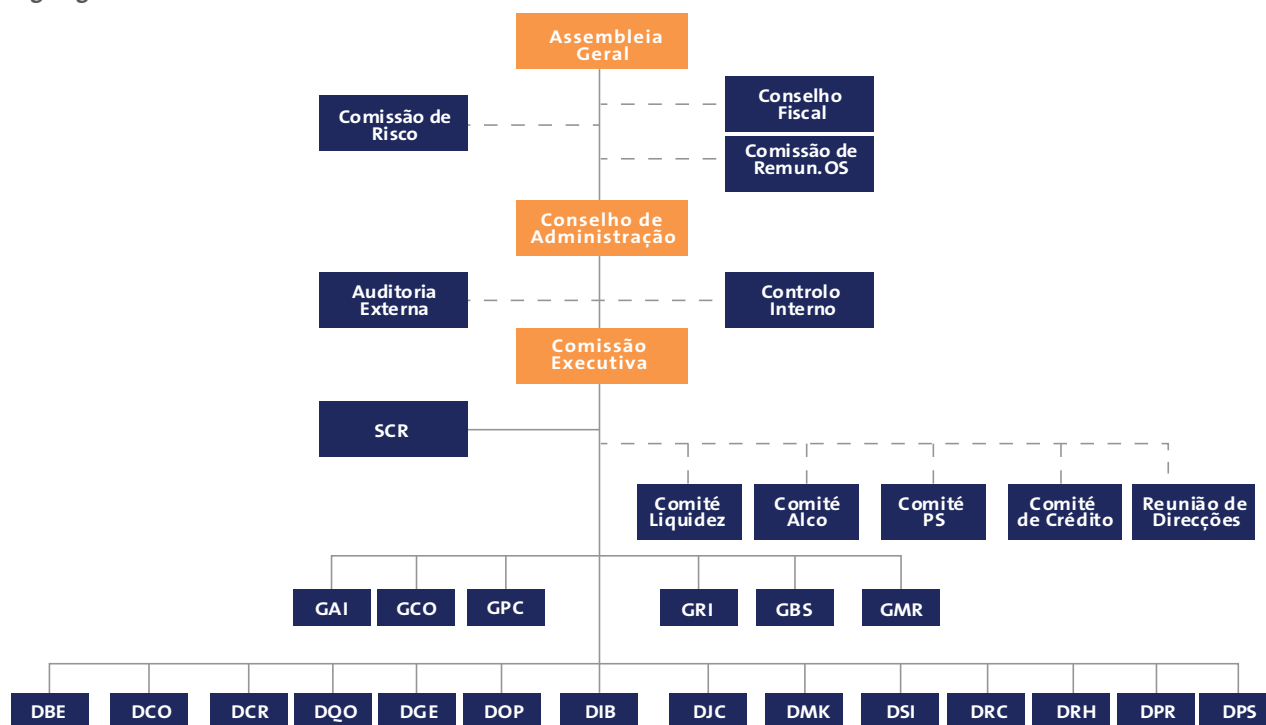
**Banco Leve**  
O BANCO À SUA MEDIDA

## MODELO DE GESTÃO

### Estrutura Accionista

A distribuição da estrutura accionista por escalões de participação é apresentada na nota nº 20 às demonstrações financeiras. Os Membros do Conselho de Administração possuem no seu todo 384.785 acções representativas de 7,88% do capital social.

### Organigrama Geral



### Assembleia Geral

São órgãos da sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

O mandato dos membros que integram os Órgãos Sociais tem a duração de três anos, sendo permitida a reeleição de todos ou de algum dos seus membros sem restrições quanto ao número de mandatos.

A Assembleia Geral, regularmente constituída, representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações, quando aprovadas nos termos da Lei e dos Estatutos do Banco, vinculativas para todos eles.

Compete em especial à Assembleia Geral, eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Remunerações.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais, incluindo quaisquer outras prestações suplementares, é fixada anualmente por uma comissão de remunerações composta por três accionistas eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Para o actual mandato foi aprovado pelos Accionistas um plano de negócios cuja implementação é da responsabilidade do Conselho de Administração, foi igualmente aprovada a constituição de um Órgão consultivo, designado por Conselho Geral, ao qual, compete o aconselhamento aos restantes Órgãos Sociais em questões relevantes sobre o negócio do Banco. O respectivo Conselho é presidido pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e é um Órgão não remunerado.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem-se presentes nas reuniões da Assembleia Geral, e, nessa qualidade, intervêm, sem direito a voto, nos trabalhos e nos debates, podendo apresentar propostas.

### Conselho de Administração

De acordo com os Estatutos do Banco, o Conselho de Administração pode ser composto por um mínimo de cinco e um máximo de nove Membros. O actual Conselho de Administração é composto por nove Membros.

As atribuições e competências do Conselho de Administração encontram-se definidas no art.º 24 dos Estatutos, que incluem, entre outras:

- Definir as linhas de acção e objectivos da sociedade a curto prazo, e propor à Assembleia Geral as linhas de acção e objectivos a médio e longo prazo;
- Executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- Exercer a gestão dos negócios da sociedade, praticando todos os actos e operações que integram o seu objecto social;
- Elaborar os documentos previsionais da actividade da sociedade e os correspondentes relatórios de execução.

O Conselho de Administração reúne, em sessão ordinária, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e, extraordinariamente,

sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois ou mais administradores.

A agenda para cada reunião regular inclui, no mínimo, a seguinte ordem de trabalho:

- i. Análise da situação macroeconómica, nacional e internacional e, do ambiente concorrencial;
- ii. Análise do relatório financeiro do Banco;
- iii. Revisão e ou actualização do Plano de Negócios, incluindo a comparação das valências do Banco face ao orçamento.

A gestão executiva do Banco é, por delegação do Conselho de Administração, assegurada por cinco Administradores, designados pelo próprio Conselho, sendo um Presidente e um Vice Presidente.

O actual mandato decorre de 31 Março de 2015 a 31 de Março de 2018.

Em Julho de 2015 foram aprovados os regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva em exercício.

#### **Conselho Fiscal**

Sem prejuízo da competência que, na matéria, é atribuída por lei ao Banco Nacional de Angola, a fiscalização da actividade social compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos, um dos quais será o respectivo presidente, e por dois suplentes.

Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões do Conselho de Administração, mas sem direito a votar nem a, salvo quando convidados para o efeito pelo presidente do Conselho de Administração, intervir nas discussões.

#### **Conselho Geral**

O Conselho Geral é um órgão consultivo da sociedade, competindo-lhe o aconselhamento dos restantes órgãos sociais em quaisquer questões relevantes na vida e negócios da sociedade.

#### **Comissão Executiva**

A Comissão executiva é responsável pela Gestão corrente do Banco, em base diária, toma de forma recorrente, as decisões respeitantes à sua Administração.

As atribuições e competências da Comissão Executiva encontram-se definidas no seu Regulamento, anexo I (Delegação de competências) entre outras:

- i. Estabelecer a organização interna do Banco e delegar poderes ao longo da cadeia hierárquica intermédia (Linha e Staff);
- ii. Celebração de contratos necessários à prossecução da normal actividade de acordo com o Objecto Social do Banco;
- iii. Gestão do Património da Sociedade (Aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis);
- iv. Admissões, definições dos níveis de categorias, condições remuneratórias e outras regalias para colaboradores, bem como a atribuição de cargos de gestão intermédia.

A Comissão Executiva mantém o Conselho de Administração regularmente informado quanto a situações que ultrapassem a delegação de competências.

#### **Auditor Externo**

A auditoria externa é, desde 2015, assegurada pela Deloitte, de acordo com a legislação em vigor (Aviso nº 4/2013 do BNA). Os Auditores externos não poderão permanecer por um período superior a quatro anos. O Banco segue uma política para garantir a independência e objectividade dos auditores externos.

#### **Órgãos Colegiais**

O Conselho de Administração tem um forte compromisso com a evolução da sua gestão, o que leva à adopção sistemática de iniciativas que a fortaleçam. Estas medidas incluem a estruturação de Órgãos Colegiais (Comités) e aprimoramentos em relação à gestão de riscos. A Administração e os Comités são ainda apoiados por um vasto número de relatórios, com periodicidades pré-definidas, cobrindo quase todas as áreas operativas.

#### **Unidades de Estrutura**

A organização interna representa para a Administração a base plena para concretização do negócio do Banco. Compreende-se que o funcionamento e desenvolvimento resultam da relação entre o Capital Humano, Processos Modelados e os Recursos Tecnológicos que sejam paralelos aos princípios de Gestão contemporâneos.

Nesse sentido, o Banco tem desenvolvidas 14 (catorze) Unidades de Linha e 6 (seis) Órgãos de Staff, que por sua vez estão organizadas em 3 (três) grandes segmentos, nomeadamente negócio, suporte e controlo.

A grande missão das Unidades é a prestação de serviços e o desenvolvimento de produtos que se adequem aos vários segmentos pelos quais o Banco se propõe servir, nos termos apropriados, aliados com qualidade e excelência.

A actual estrutura organizacional permite simultaneamente uma clara segregação das missões e funções de cada Direcção/Gabinete prevalecendo as linhas de comunicação directas e rápidas quer entre os próprios órgãos de Linha/Staff, quer entre estas e a Administração.

As principais decisões correntes de cada Direcção/Gabinete são sempre tomadas por mais do que uma pessoa (normalmente, o Director e o Administrador do Pelouro).

Por forma a assegurar o alinhamento entre a estratégia e a gestão corrente, os Órgãos de Gestão intermédia elaboram os Planos anuais de actividades que são analisados e aprovados pelo Conselho de Administração.

As Direcções apresentam ainda um conjunto de relatórios periódicos sistematizados para acompanhamento da sua actividade pela Comissão Executiva.

#### **Comunicação Institucional**

A comunicação com os Accionistas é feita através da Assembleia Geral, cuja forma de funcionamento se encontra descrita nos artigos 14º a 22º dos Estatutos. A Assembleia Geral Ordinária é realizada no primeiro quadrimestre de cada ano.



A comunicação para o mercado em geral é feita através da publicação do Relatório de Gestão e Contas anual. O Banco igualmente divulga, no seu *website*, a síntese das Contas Trimestrais em forma de Balancete conforme disposições do Aviso nº 15/07 do BNA de 12 de Setembro.

### **Código de Ética e Conduta Profissionais**

O Banco dispõe de um Código de Ética e Conduta Profissionais que se aplica a todos os Colaboradores, incluindo a Administração. O mesmo foi actualizado em Dezembro de 2016, ao abrigo do Aviso 12/2016.

O Código de Ética e Conduta Profissionais é um Normativo interno, a sua leitura e compreensão passa pelo compromisso que os Colaboradores têm com a Cultura da Instituição, sempre que necessário, e ao abrigo dos normativos legais, o referido documento é revisto e actualizado.

O Código é estruturado por um conjunto de recomendações que propõem brio profissional pautado e assente nas boas práticas internacionais no que refere à temática sobre o Sigilo Bancário e a Gestão de conflitos de interesses.

Considerando a elevada importância que Código de Ética e Conduta Profissionais representa para o Banco, por forma a evidenciar os critérios de transparência com os seus parceiros o referido, documento encontra-se divulgado no *website* ([www.bancokeve.ao](http://www.bancokeve.ao)).

Dentro dos vários aspectos referidos no Código, destaca-se o compromisso por parte da Administração em assegurar o rigoroso cumprimento de toda a legislação relacionada com o sector bancário (na qual a legislação cambial e prudencial têm especial preponderância).

### **Responsabilidade Social**

#### **• Desporto**

O Banco Keve por intermédio do seu Grupo Desportivo e Recreativo, dentro da sua estratégia para o desenvolvimento social e desportivo, tem promovido no seio dos seus colaboradores momentos desportivos e recreativos denominados “Maratona Desportiva e Recreativa”, em que comporta uma mescla de actividades lúdicas, que visam de uma forma geral estimular entre os colaboradores o espírito de entre ajuda, a ambição, o compromisso e dedicação, a criatividade, o esforço e trabalho, a intuição, a flexibilidade, a autoconfiança e o saber lidar com o fracasso.

O Grupo Desportivo e Recreativo, com a realização de actividades desportivas e recreativas em datas comemorativas no calendário nacional, tem auxiliado a DMK na massificação e divulgação da marca Keve a vários segmentos da nossa sociedade.

Actividades desenvolvidas no âmbito do Desporto:

- Realização de duas Maratonas Desportiva e Recreativa Banco Keve;
- Realização do primeiro grande prémio Banco Keve em Jiu-Jitsu Brasileiro;
- Participação no campeonato em futsal para trabalhadores, realizado pela Associação Provincial de Luanda;
- Participação nos torneios de futsal para trabalhadores realizados pelo BCI, BDA, SNEBA e POLTEC;

- Participação em torneios de Basquetebol;
- Participação na corrida de fim de ano “São Silvestre”.

### Clube Recreativo do Libolo

Como estratégia em apoiar projectos desportivos de relevo, o Keve tornou-se num dos principais patrocinadores do Clube Recreativo do Libolo. O Keve patrocina as equipas de futebol e basquetebol, tornando-se desde então uma das marcas mais associadas ao Clube.

### Eventos

Feira Internacional de Benguela – FIB;  
Expo Huila;  
Expo Quibala;  
13º Aniversário Keve.

### Educação

Speatl – Plano de realização do 3º Colóquio de Educação Especial;  
O Odeia – Instituto de Desenvolvimento Educacional Internacional de Angola;  
AEUNAKS - Associação dos Estudantes Universitários Naturais e Amigos do Kwanza Sul;  
Cartas de Amor de Amílcar Cabral.

### Meio Ambiente

Direitos Difusos e Colectivos – Poluição do Meio Ambiente Marítimo “Prespectivas Jurídicas”.

### Cultura

MAAN – Memorial Dr. Antonio Agostinho Neto;  
Nova Energia – Show do Mês;  
Show Eduardo Paim 4.0 de Música;  
Twana Teatro – Roque – Romance de um Mercado;  
Gala do Trabalhador Bancário da Huila;  
São Silvestre de Luanda 2016;  
Expositora Kina Maua.

### Responsabilidade Social

Mosteiro de Clarissas de Nossa Senhora dos Anjos;  
Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – Angola;  
Festa de Natal solidário;  
Secretaria Provincial da Saúde (Cabinda);  
Comando Municipal da Catumbela.

### Fórum

Fórum internacional em Washington sobre o andamento da economia mundial e as melhores vias e soluções para o seu crescimento e progresso;  
PSO - *Corporate Governance* – Desafios estratégicos da Governance no contexto actual.

## **GESTÃO DE RISCO**

O exercício de 2016 demonstrou a importância capital das entidades financeiras na gestão adequada dos seus riscos, e foi marcado pelo novo pacote regulamentar emitido pela entidade reguladora, assim como turbulências que afectaram os mercados financeiros.

Para o Banco, a qualidade na gestão do risco constitui uma das suas bandeiras de identidade e, portanto, um eixo prioritário de actuação.

O Banco dispõe de políticas e procedimentos de riscos que constituem o modelo normativo, através dos quais são reguladas as actividades e processos de riscos.

No ano de 2016, foram desenvolvidas diversas actividades, com destaque para as seguintes:

- Elaboração e divulgação para a equipa de gestão dos relatórios de monitorização do risco de crédito, de acompanhamento do risco de liquidez, taxa de juros e de mercado, e o dos índices de risco financeiro e solidez financeira;
- Participação no Workshop sobre Modelo de Avaliação de Desempenho / Kultura Keve;
- Participação no programa de sensibilização da função risco, em destaque o do plano de sensibilização aos colaboradores, quanto aos riscos inerentes às actividades diárias e a consequente função das áreas de Controlo Interno;
- Início do projecto de implementação do sistema de gestão do risco operacional.

### A Organização da Gestão do Risco

A abordagem na gestão de riscos é suportada por:

- Uma Política de Gestão de Risco, que define as linhas gerais de actuação nessa matéria, tais como *Risk Governance*, *Apetite pelo Risco*, *Perfil de Risco*, *Processo de Decisão*, etc.;
- Políticas individuais de Riscos tais como: Risco Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, entre outros, estruturadas com a definição do Risco Principal, sub-riscos, identificação dos *Risk Drivers*, medidas de controlo e monitorização, respostas aos riscos;
- Modelos quantitativos de avaliação da exposição aos riscos, numa óptica de probabilidade de ocorrência e seus impactos, permitindo uma transição suave entre os Modelos de Risco tradicionais para uma Gestão de Risco Global.

### Política de Gestão do Risco

A Política de Gestão do Risco do Banco tem um perfil conservador, de forma a salvaguardar a solvabilidade e a sustentabilidade da Instituição no longo-prazo e pretende seguir as práticas comumente aceites no que respeita à gestão do risco, incluindo as recomendações de órgãos reguladores.

Esta política assenta no seguinte conjunto de princípios estruturais:

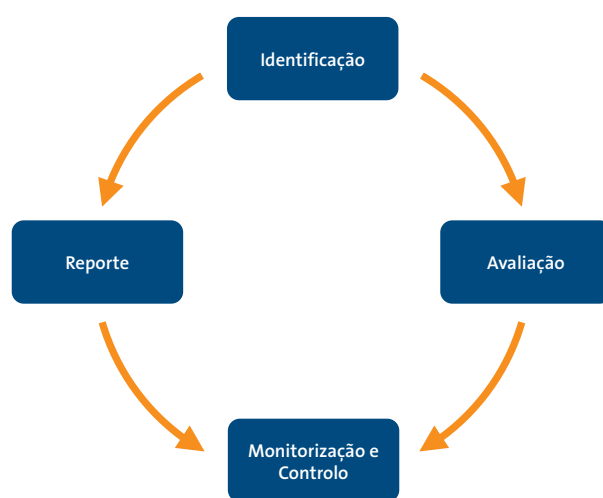
- **Conservadorismo:** é objectivo do Banco gerir de forma adequada e prudente o portfólio de riscos a que está exposto, assumindo pressupostos mais severos por forma a garantir que o capital alocado a cada um dos riscos é suficiente para suportar perdas provocadas por cenários bastante adversos, preservando assim do capital e valor financeiro do Banco;
- **Independência:** a avaliação e monitorização do nível de exposição ao risco devem ser efectuadas por uma estrutura organizacional independente das estruturas organizacionais do Banco que assumem riscos, embora estas também os devam avaliar e monitorizar, no âmbito das suas atribuições e competências;
- **Revisão:** tendo em conta que o ambiente em que o Banco opera sofre mudanças constantes, a Política de Gestão do Risco deve ser periodicamente revista para se adaptar a novas características e para incorporar nova

informação ou metodologias, quer por imposição das entidades de supervisão, quer pelos objectivos de melhoria sistemática da Instituição;

- **Cooperação:** o objectivo final da gestão de risco é o de criar condições que melhorem a capacidade de tomada de decisão das várias unidades de estrutura do Banco, com vista a minimizar o impacto de eventos adversos nos seus resultados. Neste sentido, todas as Direcções e Gabinetes devem colaborar neste processo;
- **Integração:** a gestão do risco deve estar integrada na actividade diária do Banco, bem como no planeamento dos seus objectivos e da sua estratégia.

### Ciclo de Gestão do Risco

O ciclo de gestão dos riscos do Banco é composto pelas quatro fases representadas no diagrama que se segue:



#### 1. Identificação

A fase da identificação engloba o levantamento dos riscos existentes ou de novos riscos a que a Instituição está sujeita. Neste sentido, é necessário que exista informação quantitativa e qualitativa das diversas áreas do Banco que seja suficiente, fiável, adequada e actualizada.

#### 2. Avaliação

Após a identificação dos riscos, é necessário quantificá-los, por forma a avaliá-los e aferir quanto ao risco global incorrido pelo Banco. Neste sentido, a avaliação dos riscos deve ser completa, cobrindo todas as fontes e factores de risco significativos, e as metodologias associadas devem ser consistentes entre as diferentes áreas.

#### 3. Monitorização e controlo

A gestão do risco é um processo contínuo, devendo ser efectuada uma constante monitorização e controlo de todos os riscos, com especial enfoque nos considerados mais relevantes pelas avaliações efectuadas.

Em termos operacionais, é necessário garantir a existência de sistemas de informação com regras inibidoras de acessos indevidos e de meios de prestação de informação automáticos, definir e implementar processos de recolha de dados fiáveis e tempestivos e de processos de verificação e reconciliação periódica entre a informação produzida internamente e a proveniente de entidades externas, e entre a informação em óptica contabilística e operacional ou de gestão.

#### 4. Reporte

No sentido de assegurar que a informação respeitante aos riscos incorridos e aos processos e actividades desenvolvidos para a sua monitorização e controlo é divulgada de forma adequada pelas unidades de estrutura do Banco e por todas as partes interessadas (*stakeholders*), a fase de reporte no ciclo de gestão do risco respeita a dois tipos de prestação de informação que é necessário efectuar, reporte interno e reporte externo.

O reporte externo obedece a requisitos regulamentares, sendo comunicada periodicamente a entidades externas informação sobre a exposição do Banco a determinados tipos de risco.

#### Modelo organizacional

A gestão e controlo do risco são efectuados de acordo com as estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração. Apesar dos riscos serem assumidos pela totalidade da estrutura organizacional do Banco, é responsabilidade do Gabinete de Risco (GRI) efectuar a identificação, avaliação, monitorização e reporte de parte significativa do portfólio de riscos a que o Banco está sujeito. Não obstante, a responsabilidade última pela gestão de riscos é do Conselho de Administração, que porá ao dispor das várias áreas do Banco os recursos humanos e materiais para uma adequada gestão dos riscos, de acordo com os seus objectivos e estratégia.

A gestão do risco é assegurada através de três linhas de defesa ao nível da sua estrutura organizacional:

- **Primeira linha de defesa:** direcções de negócio – gerem o risco associado às suas actividades de acordo com regras e limites pré-definidos na estratégia, políticas e manuais internos;
- **Segunda linha de defesa:** funções de gestão do risco e *compliance* – unidades responsáveis pelas actividades de suporte que asseguram a monitorização e controlo do risco, e que controlam o cumprimento das obrigações legais e das políticas e directrizes internas;
- **Terceira linha de defesa:** função de auditoria interna – responsável pelas revisões independentes, monitorização, testes de eficácia e eficiência, testes de conformidade com as políticas e procedimentos de risco, reportando posteriormente os resultados, assegurando a avaliação regular da efectividade da estrutura de gestão do risco;
- **Conselho de Administração:** estabelece o apetite ao risco e a estratégia, e aprova o enquadramento, as metodologias, as políticas, os processos e as responsabilidades relativos à gestão do risco;
- **Conselho Fiscal:** fiscaliza a administração da Instituição, assegurando, entre outros, a fiabilidade dos registos contabilísticos.

O esquema funcional destas linhas de defesa apresenta-se da seguinte forma:



O modelo é caracterizado ainda pela existência de **Três linhas de defesa efectivas**, na Gestão e Controlo dos Riscos, o que ajuda a promover uma melhoria significativa na comunicação, controlo e gestão dos riscos, clarificando regras e responsabilidades essenciais nesse intuito e garantir um acompanhamento contínuo das iniciativas de gestão do risco.

- 1ª Linha** – Direcções de negócio (áreas tomadoras do risco);
- 2ª Linha** – Gabinetes de Gestão do Risco e o de *Compliance*;
- 3ª Linha** – Auditoria Interna.

#### Modelos de Gestão de Risco

Os modelos de riscos têm duas grandes contribuições nomeadamente a Medição dos Riscos e a Relação dessas medidas com os controlos de gestão sobre os riscos. A visão na gestão dos riscos endereça ambas as questões, incorporando as especificidades de cada um dos grandes riscos enfrentados pelo Banco, nomeadamente **Risco de Crédito**, **Risco de Estratégia**, **Risco de Liquidez**, **Risco de Mercado** (Risco de Taxa de Juro, Risco de Taxa de Câmbio), **Risco Operacional** (Risco de *Compliance*, Risco de Sistemas de Informação), **Risco de Reputação**, entre outros. Como corolário, resulta num largo espectro de modelos de risco, diferenciados entre si e dentro de cada um dos principais riscos, partilhando dos conceitos de *Risk-Based Capital* e *Value at Risk*, como conceitos fundamentais a visão de Modelos de Risco, controlos e regulamentação subjacentes aos riscos em geral.

Com essa filosofia operacional, o conjunto de modelos e instrumentos que fazem a ligação entre as questões de gestão de risco de negócios com a visão financeira sobre os riscos e rentabilidade, juntos providenciam os necessários *inputs* de melhoria do processo de risco para finalmente fechar o *gap* entre os Modelos de Riscos e a Gestão dos Processos.

O âmbito de gestão dos riscos da Instituição alcança uma visão ampla, permitindo que os riscos inerentes à actividade sejam devidamente identificados, mensurados (através de modelos matemáticos e estatísticos, baseados nas melhores práticas bancárias internacionais), mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das actividades da Instituição como um todo.



### Progressos alcançados em 2015

Contínua abordagem conservadora e prudente no que toca ao apetite ao risco e controlos implementados para definição do perfil de risco de todos os novos negócios, alinhado à visão estratégica.

Desenvolvimento e aprimoramento da visão sobre a Gestão de Riscos, culminando com o desenvolvimento de mecanismos diversos, que permitiram garantir o alcance dos melhores resultados para os nossos clientes, alinhado ao Plano Estratégico da Instituição.

### Prioridades de 2016

Continuar a executar a nossa missão de apoiar o crescimento sustentável da instituição, através de:

**Recursos Humanos:** Atrair, reter e desenvolver quadros de alta qualidade e *performance*;

**Estratégia:** Suportar a implementação do Plano Estratégico do Banco dentro do nível de apetite ao risco definido;

**Infraestrutura de Risco:** Investimento contínuo no desenvolvimento do nosso sistema de gestão de riscos;

**Cultura de Risco:** Construir e alavancar a nossa cultura de risco, como factor estratégico diferenciador.

Concluir os nossos modelos quantitativos de:

- Modelos *Scoring* de Aceitação e Comportamental;
- Modelos de *Stress Test*;
- Elaboração dos Modelos Internos de *Rating* das Carteiras de Crédito (Empresas e Particulares).

### Risco de Crédito

#### Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito tem a sua origem na possibilidade de perdas derivadas do incumprimento total ou parcial das obrigações financeiras contraídas com o Banco pelos nossos Clientes ou contrapartidas.

A organização da função de risco, está especializada em função da tipologia de clientes, de forma a distinguir os clientes em particulares e empresas.

#### Principais magnitudes e evolução

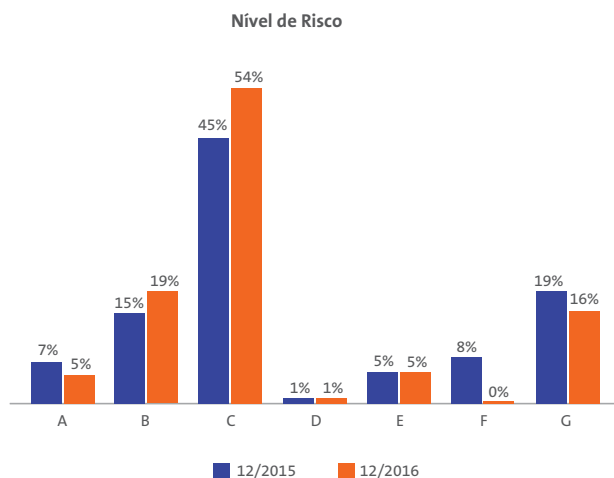
O perfil da carteira de risco de crédito caracteriza-se por uma distribuição diversificada e pelo predomínio da actividade da banca de retalho.

#### Mapa global de risco de crédito

No presente quadro nesta página está detalhado o mapa global de risco de crédito, expresso em percentagem, a que o Banco estava exposto em 2016.

A carteira de crédito no exercício de 2016, encontra-se diversificada ao nível dos sectores de actividade económica, culminado em Dezembro com o sector de construção detendo a maior fatia (18%), seguindo-se o comércio por grosso (13%) e o de indústrias alimentares e das bebidas (8%).

A classificação e evolução do risco de crédito em 2016 são resumidas da seguinte forma:



Em 2016, o nível de risco que representou maior peso na Carteira de Crédito foi o Nível C, com um peso de 54%.

#### Evolução de magnitudes

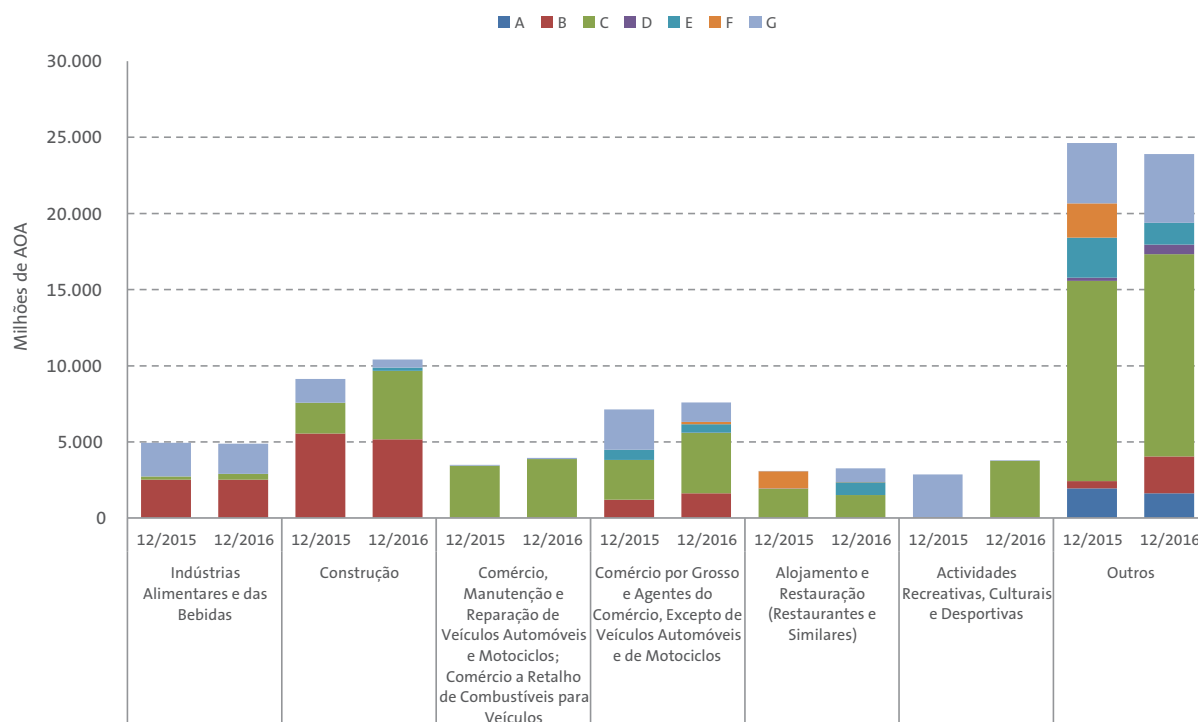
A evolução dos activos em mora e o custo de crédito reflectem o impacto da deterioração generalizada da conjuntura económica mitigado por uma gestão prudente do risco que permitiu manter esses dados em níveis adequados. Como resultado, o Banco mantém um importante nível de cobertura e reservas genéricas disponíveis.

Assim, a taxa de morosidade atingiu **15%** em Junho de 2016. Após a implementação de acções proactivas por parte da Rede Comercial e posteriormente corroboradas pela implementação dos mecanismos assertivos do Gabinete de Monitoramento e Recuperação, houve uma redução para **7,9%** em Dezembro de 2016.

### Distribuição do risco de crédito

Nos gráficos seguintes pode ser apreciada a diversificação do risco de crédito, sob o ponto de vista dos sectores de actividade. O perfil do Banco é principalmente de empresas, sendo as principais carteiras produtos com garantias pessoais.

Evolução da exposição por rating e sector de actividade económica



O Banco Keve continua a apresentar uma carteira bastante diversificada ao nível de sectores de actividade económica.

Do gráfico podemos verificar que o sector de actividade com menor risco de perda, nível C, é o de Comércio, Manutenção e Reparação, cenário diferente quando comparado com o período homólogo, resultado das acções de monitoramento empregues no ano transacto.

A análise da distribuição da carteira de crédito por código da actividade económica (CAE), verifica-se que o sector que teve maior peso na carteira de crédito, nos dois últimos anos, foi o sector dos Serviços, seguido do sector de Comércio, com 111% e 64% respectivamente.

### Métricas e Ferramentas de avaliação

#### Ferramenta de rating

O Banco emprega modelos próprios de atribuição de qualificações de solvência ou rating internos, com os quais se avalia a qualidade de crédito de um cliente ou operação.

Cada rating corresponde a uma probabilidade de incumprimento, determinada a partir da experiência histórica da Entidade, com a exceção de algumas carreiras.

As ferramentas de qualificação são as aplicadas aos segmentos estatal, entidades financeiras e banca de investimento, que têm uma gestão centralizada no banco, tanto na determinação do seu rating como no acompanhamento do risco. Estas ferramentas atribuem um rating a cada cliente resultante de um módulo quantitativo ou automático, baseado em rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, que é complementado com a avaliação especializada do analista.

As qualificações dadas ao cliente devem ser revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência no desenvolvimento da relação bancária. A periodicidade das revisões aumenta no caso de clientes que alcancem níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos qualificados como de acompanhamento especial. De igual modo também são revistas as próprias

### Repartição da Carteira de Crédito por Sector de Actividade

Sector de Actividade	2015		2016	
	Montante	%	Montante	%
Agricultura	26	5,9%	15	4,1%
Agropecuária	0	0,0%	0	0,0%
Comércio	62	14,1%	64	16,9%
Construção Civil	63	14,4%	54	14,4%
Desporto	20	4,6%	22	6,0%
Educação	6	1,3%	4	1,1%
Hotelaria & Turismo	23	5,1%	16	4,1%
Imobiliária	21	4,8%	22	5,9%
Indústria Transformadora	35	7,9%	36	9,6%
Particular	34	7,8%	31	8,1%
Pescas	0	0,0%	0	0,0%
Saúde	1	0,3%	1	0,2%
Serviços	148	33,7%	111	29,6%
<b>Valores em Milhões de USD</b>	<b>440,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>376,7</b>	<b>100,0%</b>

ferramentas de qualificação para poder ir ajustando e a precisão da qualificação que outorgam.

### Risco de mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de acções e *commodities*.

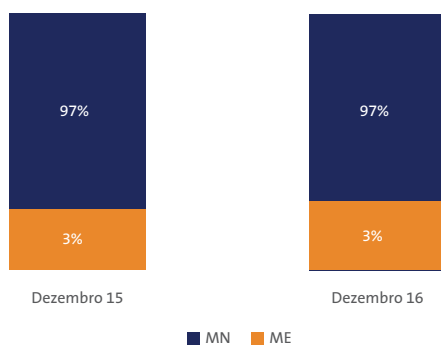
O objetivo do controle de risco de mercado é o apoio a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas para avaliação e controle dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

O risco da taxa de juro é acompanhado mensalmente com base em informação estatística. O risco cambial é acompanhado diariamente, com base num relatório contendo as exposições, assim como os limites regulamentares.

O balanço por moeda é apresentado na nota nº 35 às demonstrações financeiras.

Relativamente ao risco cambial, e à semelhança do ano anterior, parte da carteira de crédito em moeda estrangeira foi convertida para moeda nacional, após concluídas negociações com os clientes, tendo em vista o cumprimento dos limites de exposição cambial.

Crédito Bruto por Moeda



O Banco aplica uma metodologia de testes de resistência (*stress tests*) para os riscos de câmbio e de taxa de juro. São estabelecidas as tendências e probabilidade de ocorrência dos cenários de alteração destas variáveis. Sobre o caso base, são desenvolvidos três cenários para cada variável. O impacto das alterações é medido sobre a exposição cambial, fundos próprios regulamentares, margem financeira, resultados em operações cambiais e resultados antes de impostos.

### Risco de Liquidez

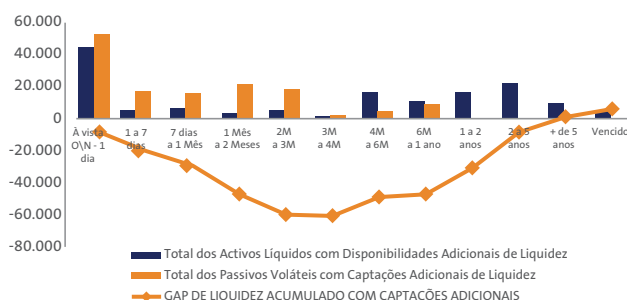
O Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não honrar eficientemente com as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e

- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A gestão do risco de liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez da instituição, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração.

Gap Liquidez de Contingência



O Banco Keve tem como principal modelo de análise: o *Gap* de Liquidez alargado com “*back up liquidity*” ou *gap* de liquidez de contingência – considera os mesmos pressupostos do *gap* de liquidez alargado, mas adiciona a componente relativa a obtenção de *funding* com a colateralização de títulos disponíveis em carteira.

Em Dezembro 2016, o Banco Keve apresenta um *gap* de liquidez acumulado sobre os Activos Líquidos com Disponibilidades Adicionais positivo a partir do 4º mês, face a concentração de passivos no muito curto prazo, assumindo uma postura mais conservadora, e o *gap* de liquidez acumulado é negativo até ao horizonte temporal mais longo.

É política do Banco manter um rácio de transformação dos depósitos em crédito em níveis compatíveis com a estrutura dos depósitos, sendo que o Banco Keve apresenta um rácio de transformação de 65,1%, estando ligeiramente acima da média do valor de referência (60%) do sistema financeiro Angolano.

O Banco tem vindo a negociar linhas de financiamento a médio e longo prazo com instituições financeiras, essencialmente no exterior.

### Risco Operacional

#### Definição e objectivos

O Banco define o Risco Operacional (RO) como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou derivados de circunstâncias externas”. Trata-se, em geral de ocorrências que têm em causa origem puramente operacional, o que os diferencia dos riscos de mercado ou de crédito, ainda que também sejam incluídos riscos externos, tais como catástrofes naturais.



O objectivo do Banco em matéria de controlo e gestão do risco operacional fundamenta-se na identificação, mediação/avaliação, controlo/minimização e informação desse risco.

A prioridade do Banco é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de terem ou não ocorrido perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

A implementação do modelo de gestão do risco operacional no GRI foi iniciada em Outubro de 2016. No momento actual o processo está numa fase muito embrionária, mas com um elevado grau de exigência, no que se refere a composição das categorias e tipologias de risco, em conformidade com o regulador (Fraude Interna, Fraude Externa, Práticas de emprego, saúde e segurança no trabalho; Práticas com clientes, produtos e de negócios, Danos nos activos fixos, Interrupção do negócios e falhas nos sistemas e execução, entrega e gestão dos processos).

O modelo de gestão do risco operacional a implementar contribuirá com as seguintes vantagens:

- Gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/minimização e informação).

A conformidade com as leis é assegurada através de um acompanhamento permanente, directamente por parte do Conselho de Administração e, sempre que necessário, com o apoio especializado externo, de todo o quadro legal a que o Banco deve obedecer.

Por outro lado, o Banco participa activamente na Associação Angolana de Bancos (ABANC), pelo que a sua presença neste grupo permite que as direcções do Banco estejam permanentemente informadas sobre as matérias em discussão, assim como antecipar a preparação da entrada em vigor das normas. Neste âmbito, são sempre feitos estudos sobre os impactos das alterações regulamentares no Banco.

#### **Risco de *Compliance***

A gestão do risco de *compliance* é assegurada pelo Gabinete de *Compliance*, que tem como missão garantir o cumprimento e a correcta aplicação das recomendações e disposições legais e regulamentares, que são emitidas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Cabe também ao Gabinete de *Compliance* tomar medidas para mitigar o risco de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, reportando às entidades competentes qualquer operação suspeita.







# 06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS





Banco Leve  
O BANCO À SUA MEDIDA





## Demonstrações Financeiras e Notas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores expressos em milhares de Kwanzas (mAOA)

	Notas	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>ACTIVO</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>3</b>	<b>16.772.795</b>	<b>24.959.885</b>
<b>APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ</b>	<b>4</b>	<b>5.226.612</b>	<b>7.395.107</b>
Operações no Mercado Monetário Interbancário		5.226.612	6.894.252
Operações Compra Título Terceiros c/ Acordo Revenda		0	500.855
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>5</b>	<b>50.167.935</b>	<b>30.583.412</b>
Mantidos para Negociação		8.323.877	6.652.900
Mantidos até o Vencimento		41.844.058	23.930.512
<b>CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS</b>	<b>6</b>	<b>392.843</b>	<b>185.786</b>
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>		<b>0</b>	<b>5.356</b>
<b>CRÉDITOS</b>	<b>7</b>	<b>58.102.443</b>	<b>58.600.633</b>
Créditos		64.246.063	60.497.231
Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa		-6.143.620	-1.896.598
<b>OUTROS VALORES</b>		<b>3.356.533</b>	<b>3.427.153</b>
Outros valores de Natureza Fiscal	<b>8</b>	173.685	148.982
Outros Valores de Natureza Cível	<b>9</b>	2.416.898	2.206.567
Outros Valores de Natureza Administrativa	<b>10</b>	705.410	1.011.064
Bens não de uso próprio	<b>11</b>	60.540	60.540
<b>IMOBILIZAÇÕES</b>		<b>6.667.817</b>	<b>5.619.265</b>
Imobilizações Financeiras	<b>12</b>	108.822	118.075
Imobilizações Corpóreas	<b>13</b>	6.543.234	5.122.185
Imobilizações Incorpóreas	<b>14</b>	15.761	379.005
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>140.686.978</b>	<b>130.776.597</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>15</b>	<b>89.263.624</b>	<b>96.997.489</b>
À ordem		50.771.728	74.196.539
A prazo		38.491.896	22.800.950
<b>CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ</b>	<b>18</b>	<b>1.010.849</b>	<b>65.579</b>
Operações no Mercado Monetário Interbancário		1.010.849	0
Operação venda Tít. de Terceiros c/ Acordo Recompra		0	65.579
<b>OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS</b>	<b>16</b>	<b>523.512</b>	<b>786.344</b>
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>	<b>17</b>	<b>27.723.814</b>	<b>13.451.356</b>
<b>OUTRAS CAPTAÇÕES</b>	<b>18</b>	<b>3.555.365</b>	<b>3.950.217</b>
Dívidas Subordinadas		3.411.334	2.784.857
Outras Captações Contratadas		144.031	1.165.360
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>19</b>	<b>1.815.803</b>	<b>1.616.078</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.678.229	1.239.701
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		137.574	376.377
<b>PROVISÕES P/ RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS</b>	<b>20</b>	<b>2.157.314</b>	<b>1.761.576</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>126.050.281</b>	<b>118.628.639</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>21</b>		
Capital		4.000.000	4.000.000
Reservas e Fundos		8.003.489	7.181.992
Resultados Potenciais		36.876	36.876
Resultados Transitados		107.593	107.593
Resultado Líquido de Exercício		2.488.739	821.497
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>14.636.697</b>	<b>12.147.958</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>140.686.978</b>	<b>130.776.597</b>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores expressos em milhares de Kwanzas (mAOA)

	Notas	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Margem Financeira estrita</b>	<b>22</b>	<b>10.709.038</b>	<b>6.509.726</b>
<b>Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>		<b>12.617.215</b>	<b>7.744.872</b>
Proveitos de Aplicações de Liquidez		646.716	334.636
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		3.330.821	1.236.664
Proveitos de Créditos		8.639.678	6.173.572
<b>Custos de Instrumentos Financeiros Passivos</b>		<b>-1.908.177</b>	<b>-1.235.146</b>
Custos de Depósitos		-1.379.396	-914.777
Custos de Captação para Liquidez		-152.624	-23.610
Custos de Outras Captações		-376.157	-296.759
<b>Resultado de negociação e ajuste ao valor justo</b>	<b>23</b>	<b>5.313.492</b>	<b>1.853.735</b>
<b>Resultados em Operações Cambiais</b>	<b>24</b>	<b>1.928.607</b>	<b>1.834.186</b>
<b>Resultado de prestação de Serviços Financeiros</b>	<b>25</b>	<b>3.510.401</b>	<b>2.439.675</b>
<b>Provisões para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias</b>	<b>26</b>	<b>-7.741.733</b>	<b>-3.050.896</b>
<b>Resultado de Intermediação Financeira</b>		<b>13.719.805</b>	<b>9.586.426</b>
<b>Custos Administrativos e de comercialização</b>		<b>-10.522.990</b>	<b>-8.245.187</b>
Pessoal	27	-4.623.298	-2.957.584
Fornecimento de Terceiros	28	-4.635.192	-3.293.348
Impostos e Taxas não incidentes s/ Resultado		-264.861	-149.696
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		-11.039	-4.177
Outros Administrativos e de Comercialização	29	-271.432	-1.081.943
Depreciações e Amortizações	30	-717.168	-758.439
<b>Provisões s/ Outros Valores e Resp. Prováveis</b>	<b>31</b>	<b>-394</b>	<b>-145.951</b>
<b>Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	<b>32</b>	<b>1.193</b>	<b>1.247.939</b>
<b>Resultado Operacional</b>		<b>3.197.614</b>	<b>2.443.227</b>
Resultado não operacional	33	-626.882	-1.254.070
<b>Resultado antes dos impostos e outros encargos</b>		<b>2.570.732</b>	<b>1.189.157</b>
Encargos sobre o Resultado corrente	34	-81.993	-367.660
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.488.739</b>	<b>821.497</b>
Nº de acções		5.000.000	5.000.000
Resultado por Acção (mAOA)		0,498	0,164

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

Valores expressos em milhares de Kwanzas (mAOA)

<b>mAOA</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas Legais</b>	<b>Outras Reservas</b>	<b>Resultados Potenciais</b>	<b>Resultados Transitados</b>	<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>Total dos Fundos</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>4.000.000</b>	<b>1.436.882</b>	<b>4.342.506</b>	<b>36.876</b>	<b>138.444</b>	<b>1.728.534</b>	<b>11.683.242</b>
Aplicação do Resultado de 2014	0	345.707	1.056.897	0	-30.851	-1.402.604	-30.851
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0	-325.930	-325.930
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	821.497	821.497
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>4.000.000</b>	<b>1.782.589</b>	<b>5.399.403</b>	<b>36.876</b>	<b>107.593</b>	<b>821.497</b>	<b>12.147.958</b>
Aplicação do Resultado de 2015	0	164.299	657.198	0	0	-821.497	0
Resultado Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	2.488.739	2.488.739
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>4.000.000</b>	<b>1.946.888</b>	<b>6.056.601</b>	<b>36.876</b>	<b>107.593</b>	<b>2.488.739</b>	<b>14.636.697</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores expressos em milhares de Kwanzas (mAOA)

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Fluxo de Caixa da Margem Financeira</b>	<b>11.303.667</b>	<b>6.509.725</b>
<b>Recebimentos de Proveitos com Instrumentos Financeiros Activos</b>	<b>12.969.996</b>	<b>7.744.871</b>
Recebimentos de Proveitos com Aplicações de Liquidez	646.716	334.636
Recebimentos de Proveitos com Títulos e Valores Mobiliários	3.330.821	1.236.664
Recebimentos de Proveitos com Crédito	8.992.459	6.173.572
<b>Pagamentos de Custos com Instrumentos Financeiros Passivos</b>	<b>-1.666.330</b>	<b>-1.235.146</b>
Pagamentos de Custos com Depósitos	-1.379.396	-914.777
Pagamentos de Custos com Captações para Liquidez	-152.624	-23.610
Pagamentos de Custos com Outras Captações	-134.309	-296.759
<b>Fluxo de Caixa do Resultado de Negociação e Ajustes ao Valor Justo</b>	<b>5.313.492</b>	<b>1.853.735</b>
Fluxo de Caixa de Resultados de Operações Cambiais	1.216.395	1.834.186
Fluxo de Caixa do Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	3.510.401	2.439.675
<b>Fluxo de Caixa Operacional e de Intermediação Financeira</b>	<b>21.343.954</b>	<b>12.637.321</b>
<b>Recebimentos e Pagamentos com Outros Proveitos e Custos Operacionais</b>	<b>-10.578.766</b>	<b>-5.863.603</b>
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	-10.522.990	-7.486.747
Fluxo de Caixa de Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	-55.776	7.066
Fluxo de Caixa de Outros Valores e de Outras Obrigações	1.815.803	1.616.078
<b>Fluxo de Caixa das Operações</b>	<b>10.765.188</b>	<b>6.773.718</b>
<b>Fluxo de Caixa de Investimentos e Intermediação Financeira</b>	<b>-21.512.285</b>	<b>96.584.508</b>
Fluxo de Caixa de Investimentos em Aplicações de Liquidez	2.168.495	7.395.107
Fluxo de Caixa de Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	-19.584.524	30.583.412
Fluxos de Caixa de Investimentos de Operações Cambiais	5.356	5.356
Fluxo de Caixa de Investimentos de Créditos	-4.101.613	58.600.633
<b>Fluxo Caixa de Investimentos em Outros Valores</b>	<b>-70.620</b>	<b>3.427.152</b>
<b>Fluxo de Caixa de Imobilizações</b>	<b>-1.048.551</b>	<b>6.873.336</b>
Fluxo de Caixa de Investimentos em Imobilizações	-1.048.551	5.619.266
Fluxo de Caixa de Outros Ganhos/Perdas Não Operacionais	0	1.254.070
<b>Fluxo de Caixa de Investimentos</b>	<b>-22.631.456</b>	<b>106.884.996</b>
<b>Fluxo de Caixa de Financiamentos e Intermediação Financeira</b>	<b>3.878.904</b>	<b>-106.564.207</b>
Fluxo de Caixa de Financiamentos e Depósitos	-7.975.713	-96.997.489
Fluxo de Caixa de Financiamentos e Captações de Liquidez	945.271	-65.579
Fluxo de Caixa de Financiamentos e Operações Cambiais	11.247.007	-13.451.356
Fluxo de Caixa de Financiamentos e Outras Captações	-337.662	3.950.217
Fluxo de Caixa de Financiamentos e Outras Obrigações	-199.725	-1.290.148
<b>Fluxo de Caixa de Financiamentos</b>	<b>3.679.179</b>	<b>-108.180.285</b>
Distribuição de dividendos	0	-325.930
<b>VARIAÇÃO EM DISPONIBILIDADE</b>	<b>-8.187.090</b>	<b>5.373.854</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.959.885</b>	<b>19.586.031</b>
<b>SALDO EM DISPONIBILIDADE NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>16.772.795</b>	<b>24.959.885</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.



## 1. ACTIVIDADE

O Banco Regional do Keve, S. A. (adiante igualmente desinado por “Banco Keve” ou “Banco”) é um Banco de capitais privados com sede no Sumbe, Kwanza Sul. Foi constituído em 19 de Setembro de 2003. A actividade comercial foi iniciada no dia 1 de Outubro de 2003. Por escritura pública de Dezembro de 2007, o Banco adoptou a abreviatura comercial «Banco Keve».

O objecto da sociedade é o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Banco foi constituído com um capital social de 456.000 mAOA (equivalente ao contravalor de 5.700.000 USD), representado por 570.000 acções nominativas de oitocentos Kwanzas cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 2006, o Banco registou um aumento do capital para 800.000 mAOA (equivalente a 10.000.000 USD) sendo a importância do aumento de 344.000 mAOA, integralmente realizada em dinheiro, passando o capital a estar representado por 1.000.000 acções nominativas de oitocentos kwanzas cada.

Em 2007, o Banco registou um aumento de capital para 4.000.000 mAOA (equivalente a 50.000.000 USD) sendo 2.400.000 mAOA por entrada em numerário e 800.000 mAOA por incorporação de reservas, passando a estar representado por 5.000.000 acções nominativas de oitocentos Kwanzas cada.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as políticas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo nº 09/07, de 19 de Setembro, do BNA e actualizações subsequentes.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (“mAOA”), conforme Aviso nº 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os câmbios médios do Kwanza (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2016	2015
1 USD	165,903	135,315
1 EUR	185,379	147,832

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015.

### a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

### b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Kwanzas com base na taxa de referência média publicada pelo BNA na data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, da reavaliação dos activos e passivos, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem na rubrica “Resultados de operações cambiais” (Nota 24).

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transação.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação é como se segue:

- Notas e moedas estrangeiras – As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nas taxas de referência do BNA. As diferenças são registadas como custos ou proveitos do exercício;
- Posição cambial à vista – A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa média de referência do BNA, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (contravalor em moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos do exercício;
- Posição cambial a prazo – A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os valores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em Kwanzas

à taxa contratada representa o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registada em contas de resultados (proveitos ou custos) as diferenças de reavaliação da posição cambial a prazo, por contrapartida de uma conta de especialização de reavaliação da posição cambial a prazo em balanço.

### c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- Títulos para negociação – São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados. Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que este reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

- Títulos mantidos até ao vencimento – Esta rubrica inclui os títulos que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à sua maturidade. O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria de títulos mantidos até ao vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos (Notas 5 e 22).

As Obrigações do Tesouro são registadas ao custo de aquisição. Os juros corridos, bem como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (no caso de títulos adquiridos a valor descontado ou acima do valor nominal) são registados linearmente em resultados por contrapartida da rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários” (Nota 22).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda estrangeira, assim como as emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é registada na demonstração de resultados no exercício em que ocorrem na rubrica “Resultados de negociação e ajustes ao valor justo” (Nota 23). Por outro lado, os juros são registados na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários” (Nota 22).

Os títulos e valores mobiliários, são classificados em ordem crescente de riscos, observados os mesmos critérios definidos nas normas de crédito descritas na Nota 2.e). O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no Nível A.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de títulos mantidos até ao vencimento encontra-se registada ao custo amortizado.

Os títulos entregues por terceiros, que se encontram sob custódia do Banco, são registados pelo valor nominal em conta extrapatrimonial e observam os critérios de inventário geral obrigatório (Nota 37).

Tal como definido pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, os rendimentos de títulos de dívida pública (Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e Títulos do Banco Central) são tributados em sede de Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”).

O Banco realiza ainda, de acordo com uma periodicidade anual, testes de imparidade para os instrumentos financeiros registados em carteira, coincidindo essa análise com a data do fecho de contas do ano.

### Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos por parte da Comissão Executiva.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) Na hipótese de transferência da categoria de “títulos para negociação” para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado, decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) Na hipótese de transferência da categoria “títulos disponíveis para venda”, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do exercício:
  - i. Imediatamente, quando a transferência for para a categoria de “títulos para negociação”;
  - ii. Em função do prazo remanescente até ao vencimento, quando a transferência se fizer para a categoria de “títulos mantidos até ao vencimento”;
- 3) Na hipótese de transferência da categoria de “mantidos até ao vencimento” para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
  - i. Imediatamente no resultado do exercício, quando convertidos para a categoria de “títulos para negociação”;
  - ii. Como componente destacada nos fundos próprios, quando para a categoria “títulos disponíveis para a venda”.

#### d) Crédito

Os créditos são activos financeiros e devem ser registados pelos valores contratados, quando originados na própria instituição financeira, ou pelos valores pagos, quando adquiridos, com as respectivas actualizações previstas nos contratos. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Não é permitido o reconhecimento no resultado do período dos proveitos de qualquer natureza relativos aos créditos que apresentem atraso superior a 90 dias, no pagamento da parcela do capital ou juros.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco (Nota 37), sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

O Banco adoptou uma política de Renegociação, Recuperação e Cessão dos Direitos de Crédito, de acordo com o Aviso nº 03/2012 de 28 de Março, do BNA. Para o efeito, procedeu-se à negociação de garantias suplementares, avaliação das fontes primárias e secundárias de reembolso, avaliação do risco de crédito e mediante dação de bens e/ou pagamentos em espécie.

#### e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Banco Keve, S.A., por razões que se prendem com a indisponibilidade de meios aplicativos informáticos adequados, ainda não está a cumprir com a metodologia para a constituição de provisões preconizada no Instrutivo nº 09/2015 de 4 de Junho, mantendo o registo de provisões com base nos requisitos do Aviso nº 3/2012. O Banco tem em curso um projecto para ganhar, no curto prazo, estas valências e dar cumprimento aos requisitos daquele Instrutivo.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas, incluindo as garantias e avales prestados e os créditos documentários) em montante considerado sufi-

ciente para cobertura de eventuais perdas de acordo com o Regulamento de Crédito, atendidas as normas estabelecidas pelo Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, entre as quais se destacam as provisões que são constituídas a partir da concessão do crédito, incluindo as garantias e avales prestados e os créditos documentários, e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver. O seu cálculo tem por base a classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e da operação e não apenas aquando da ocorrência de atrasos no pagamento da prestação de capital ou juros.

Operações com prazo inferior ou igual a 24 meses:

Risco	Nível de Risco	Dias de atraso	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	Até 15 dias	0%
Muito reduzido	B	15 a 30	1%
Reduzido	C	30 a 60	3%
Moderado	D	60 a 90	10%
Elevado	E	90 a 150	20%
Muito elevado	F	150 a 180	50%
Perda	G	Superior a 180	100%

Operações com prazo superior a 24 meses:

Risco	Nível de Risco	Dias de atraso	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	Até 30 dias	0%
Muito reduzido	B	30 a 60	1%
Reduzido	C	60 a 120	3%
Moderado	D	120 a 180	10%
Elevado	E	180 a 300	20%
Muito elevado	F	300 a 360	50%
Perda	G	Superior a 360	100%

Conforme o quadro acima, para os créditos concedidos com prazo superior a 24 meses, deverão ser considerados em dobro os prazos definidos para efeito da atribuição da classe de risco.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação periódica do risco.

As provisões para crédito concedido são registadas no activo na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, a abater à rubrica “Créditos” (Nota 7) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo,



na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis – Garantias prestadas” (Nota 20).

#### Crédito abatido ao activo por utilização de provisões

O crédito classificado em nível de risco G deve ser transferido para a conta extrapatrimonial específica, com o correspondente débito da respectiva provisão, após decorridos 6 meses da sua classificação neste nível de risco, não sendo admitida a transferência em período inferior. Após esta reclassificação, este deverá ser controlado analiticamente e deverá permanecer registado numa rubrica extrapatrimonial pelo prazo mínimo de 10 anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

#### Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação.

Por ocasião da revisão mensal da classificação de risco, poderá ser efectuada a reclassificação do crédito para categoria de menor risco, em função da regularidade e da relevância dos pagamentos efectuados em relação ao montante total da dívida.

Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

#### Recuperação dos créditos

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados nas rubricas “Outros proveitos e custos operacionais” (Nota 32), quando respeitam ao exercício corrente, e na rubrica “Resultado não operacional” (Nota 33) quando respeitam a exercícios anteriores.

#### **f) Actualização monetária**

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de hiper inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;

- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e

- A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de Fundos Próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2016 e de 2015, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

#### **g) Bens não de uso próprio**

Na rubrica “Bens não de uso próprio” (Nota 11) são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior.

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

#### **h) Imobilizações financeiras**

O Banco aplica o método de equivalência patrimonial para a valorização das suas imobilizações financeiras nas seguintes situações:

- Quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou
- Quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

- O seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou

- (ii) O valor contabilístico das várias participações, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos fundos próprios das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados líquidos dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir passivo a descoberto, na participada, e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

As participações em outras sociedades em que o Método da Equivalência Patrimonial não é aplicável, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Para estas participações são efectuados testes de imparidade anuais e, sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

Quando as participações se encontram denominadas em moeda estrangeira, o seu custo de aquisição é reflectido contabilisticamente à taxa de câmbio da data da operação. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões, reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de resultados de imobilizações financeiras. As variações cambiais potenciais não são registadas.

Para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016, o Banco tem as suas imobilizações financeiras valorizadas pelo seguinte método:

Participações em outras sociedades	% de Participação	Nº de Títulos	Espécie	Método de Valorização
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	2,42%	2.988	Ordinária	Custo de aquisição
Sagripek	5,00%	80	Ordinária	Custo de aquisição
Gestcall - Gestão e Serviços de Atendimento	15,00%	1.500	Ordinária	Custo de aquisição

#### i) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são inicialmente registadas ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos a partir do mês em que o bem se encontra disponível para uso, aplicando-se as taxas anuais permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

Rubrica	Número de anos	Taxas de Amortização 2016	Taxas de Amortização 2015
Imóveis de serviço próprio	25 a 50	2,0% a 4,0%	2,0%
Equipamento de transporte	4	25,0%	25,0%
Mobiliário e material	6	16,7%	16,7%
Máquinas e ferramentas	3 a 8	12,5% a 33,3%	12,5% a 33,3%
Equipamento informático	3	33,3%	33,3%
Instalações interiores	3 a 25	25,0% a 33,3%	20,0%
Equipamento e segurança	8	12,5%	12,5%
Outro equipamento	5	12,5% a 20,0%	12,5%

A amortização das imobilizações corpóreas é efectuada de acordo com o período de vida útil estimada dos bens, o qual não diverge significativamente das taxas fiscalmente aceites como custo. As taxas de amortização legalmente aceites foram actualizadas pelo Decreto Presidencial nº 207/15 de 5 de Novembro, que definiu novas taxas de depreciação, amortizações e reintegrações de bens e elementos do activo imobilizado, cuja entrada em funcionamento ou início de utilização se verifique a partir do exercício de 2015.

#### j) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição sendo amortizadas segundo o método de quotas constantes a partir do mês em que são adquiridos, pelos seguintes períodos:

Rubrica	Número de anos	Taxas de Amortização 2016	Taxas de Amortização 2015
Despesas de Constituição, Custos plurianuais e Custos com aquisição de software	5	20%	20%
Beneficiações em edifícios arrendados	(a)	2,0% a 25,0%	2,0% a 25,0%

(a) O número de anos de vida útil das beneficiações em edifícios arrendados corresponde ao número de anos do contrato de arrendamento que lhe estão subjacentes.

As imobilizações incorpóreas consideradas relevantes são sujeitas anualmente a testes de imparidade.

#### k) Redução no valor recuperável de outros activos

O Banco efectua testes de imparidade periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico excede o valor recuperável, por contrapartida de resultados, sendo a provisão constituída como uma dedução ao activo. Nesta avaliação, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;

- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

#### l) Despesas com custos diferidos

Incluem pagamentos a fornecedores liquidados antecipadamente para períodos entre seis meses e um ano, sendo registados na rubrica do activo “Outros valores de natureza administrativa” (Nota 10) e imputados mensalmente às contas de custos correspondentes.

#### m) Responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência

O plano de pensões do Banco foi criado no âmbito do Acor- do Colectivo de Trabalho para o sector bancário em Angola, assinado em 2003, o qual deixa pendente, para uma adenda futura, matérias relacionadas com a criação de um regime de fundo de pensões de reforma e de sobrevivência complementar ao sistema de Segurança Social obrigatório.

No exercício de 2015 o Banco nomeou uma Comissão para acompanhamento e formalização do plano de pensões dos colaboradores do Banco. Apesar de ainda não ter sido formalmente constituído um fundo para a gestão do plano de pensões, é intenção do Conselho de Administração que o plano seja de contribuição definida.

A nova Lei Geral do trabalho (Lei nº 07/2015, de 15 de Junho), que entrou em vigor em Setembro de 2015, não prevê o pagamento de complementos de reforma aos trabalhadores que atinjam a idade legal de reforma.

Neste contexto, o Banco tem em curso a adesão a um plano de pensões de reforma, não estando a data efectiva da responsabilidade ainda definida. A provisão constituída pelo Banco para a dotação inicial do Fundo está registada na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis” (Nota 20).

#### n) Retribuição variável por desempenho

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração e ao Conselho de Remunerações fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de o pagamento ser efectuado no ano seguinte.

#### o) Impostos

##### Imposto Industrial

O Banco está sujeito ao regime fiscal em vigor sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. O Imposto Industrial do exercício é determinado com base na taxa de 30% (Lei nº 19/14 de 22 de Outubro) sobre o valor total dos resultados antes de impostos, apurados no período

e expressos na demonstração de resultados, acrescidos dos custos fiscalmente não aceites e deduzidos de benefícios fiscais obtidos, conforme legislação aplicável (Notas 19 e 34).

Com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2015, do novo Código do Imposto Industrial, aprovado em 22 de Outubro de 2015 pela Lei nº 19/14, os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis na determinação do lucro tributável, bem como o IAC não é aceite como custo aceite fiscalmente. Na Nota 34 apresenta-se a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos à matéria colectável dos três anos posteriores.

Por outro lado, em reunião com a Associação de Bancos Angolanos (ABANC), a Administração Geral Tributária (AGT) veio corroborar que os rendimentos dos títulos de dívida pública (incluindo eventuais reavaliações cambiais) emitidos até 31 de Dezembro de 2012 se encontram isentos de todos os impostos ao abrigo dos diplomas de emissão dos referidos títulos e que as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos após essa data em moeda nacional mas indexados a moeda externa se encontram sujeitas a Imposto Industrial.

De acordo com a legislação, as declarações para impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam (10 anos para a Segurança Social). O Conselho de Administração entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

##### Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

De acordo com o Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, o IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos provenientes de aplicações de liquidez e rendimentos de títulos. A taxa aplicável varia entre 5% e 15%, consoante a natureza do rendimento e o prazo de maturidade.

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os rendimentos de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

##### Imposto Predial Urbano (IPU)

O Imposto Predial Urbano incide sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco e cujo valor é superior a 5.000 mAOA. A taxa fixada é de 0,5%.

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao mon-



tante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o Banco não tem registados impostos diferidos activos, dado ter considerado que a sua recuperabilidade futura não é certa.

#### p) Provisões e contingências

##### Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva; (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

##### Passivos contingentes

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que seja possível, mas não provável, o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Estes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidos passivos contingentes em contas extrapatrimoniais quando: (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são reavaliados periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos seja exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, deverá ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

##### Activos contingentes

Um activo contingente é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. Apenas são objecto de divulgação e reconhecidos em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os activos contingentes devem ser reavaliados periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

#### q) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

#### r) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

#### s) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e prudentes e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativa de justo valor dos títulos e valores mobiliários classificados como detidos para negociação, Provisões para responsabilidades prováveis, Impostos sobre os lucros e Benefícios a colaboradores.

#### t) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras (Nota 3).

#### u) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

#### v) Depósitos indexados

Os Depósitos a prazo de clientes em moeda nacional indexados à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (USD) “Keve Index”, estão sujeitos à actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal destes depósitos é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Resultados de operações cambiais” (Nota 24), sendo os custos com juros registados na rubrica “Custos de depósitos” (Nota 22).

#### w) Títulos e valores mobiliários – Política de Investimento

A Política de Investimento estabelece os princípios e directrizes que regem o investimento dos recursos do Banco, com vista a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias a assegurar o equilíbrio entre activos e passivos.

A Instituição define como objectivo a maximização do retorno sujeita a um nível de risco máximo tolerado, previamente definido pelo Conselho de Administração.

#### Estrutura da Tomada de Decisão

A Direcção de Mercados Financeiros (DMF) submete ao *Assets and Liabilities Committees* (ALCO) o pedido de alocação de capital para riscos de mercado e crédito, que corresponde à perda máxima em que a Sala de Mercados pode incorrer nas respectivas exposições.

A composição dos investimentos é assim definida pelo ALCO e aprovada pelo Conselho de Administração, tendo em conta o cenário macroeconómico, as perspectivas de mercado e a gestão do binómio risco-retorno.

A Sala de Mercados recebe a alocação de capital para riscos de mercado e crédito que distribui entre as categorias de investimento.

#### Política de Risco

##### Risco de Mercado

O risco de mercado está associado ao VAR (*Value At Risk*), que é uma medida estatística e representa a variação máxima do preço de um activo, de uma taxa de câmbio ou do valor de uma carteira de títulos, considerando um intervalo de confiança pré-definido. No decurso da sua actividade, a Sala de Mercados irá assegurar que o VAR resultante das suas exposições ao risco de mercado não excede o limite que foi atribuído.

Neste âmbito, são determinados e aprovados pelo ALCO, os seguintes limites:

- Limite VAR
- Limites diários de Posições
- Limites Intradiários de Posição
- Limites de *Stop Loss*

##### Risco de Crédito

A exposição do Banco ao risco de crédito (nível da carteira) deve ser dimensionada e controlada para que o seu requisito de capital seja menor ou igual ao capital alocado. A Sala de Mercados recebe uma alocação de capital e distribui por várias contrapartes.

Os limites são calculados e estabelecidos com base em 3 tipos de informação: *spread*, *rating* ou balanço.

##### Risco de Liquidez

A Sala de Mercados pode escolher os activos em que investe numa óptica de máximo retorno, desde que cumpra com os indicadores mínimos de liquidez estabelecidos pelo Banco traduzidos pelos vários rácios e desde que avaliado o impacto destas transacções no *mismatch*.

##### Risco Operacional

A mitigação deste risco é feita de forma preventiva, através de estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão; definição de rotinas de acompanhamento e análise dos investimentos (reportes, reconciliações) e da segregação de funções na Sala de Mercados.

#### Análise prévia dos Investimentos

A Sala de Mercados (SM) mantém uma listagem de investimentos potenciais por classes de activos/regiões e sectores. Devem ser indicadas as principais características de risco, liquidez e rentabilidade de cada investimento potencial.

A aquisição de títulos e valores mobiliários quer sejam integrantes do segmento de rendimento fixo ou variável, deve

ser precedida de análise de risco. A avaliação deve contemplar:

- A elegibilidade do investimento, pela legislação aplicável.
- O enquadramento nos limites estabelecidos pela legislação e pela Política de Investimentos.
- As características específicas do investimento:
  - O *rating* do emissor ou da emissão, conforme o caso;
  - O histórico do emissor;
  - O volume/montante da emissão;
- O prazo de investimento;
- O retorno do investimento;
- A possibilidade de cobertura de risco com derivativos.
- Os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- O perfil de maturidades da carteira.

#### Directrizes de Execução

- A escolha dos títulos a investir é feita com base na lista de investimentos potenciais disponíveis. O investimento em múltiplos títulos não deve estar concentrado no mesmo país ou região.
- Consultar o consumo de VAR face ao limite alocado à Sala de Mercados e a respectiva folga para novos investimentos, ou a necessidade de reduzir a exposição. Deve-se simular o impacto no VAR do investimento num título com determinada volatilidade.
- Determinar os montantes a investir respeitando os limites em vigor, por classe de activos, visando a alocação estratégica dos recursos.
- Determinar participação no leilão em função da posição de *mismatch*, dos rácios de liquidez e/ou na exposição cambial (se aplicável).
- Após cada transacção, confirmar a actualização de posições e respectivo cumprimento de limites.

#### Registo e Valorização

Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registados de acordo com as regras do CONTIF e classificados em duas categorias: títulos para negociação e títulos mantidos até ao vencimento (avaliada a intenção e capacidade de mantê-los em carteira até ao vencimento).

Os títulos para negociação são ajustados ao valor de mercado, ao preço definido pelo Banco Nacional de Angola (taxa de câmbio ou taxa de inflação publicada pelo BNA e informação do SIGMA/CVAMA).

#### x) Políticas de Risco de Crédito

A política de concessão e acompanhamento de crédito adoptada pelo Banco pode ser resumida como segue:

##### 1. PRINCIPIOS GERAIS

Princípios gerais da política de crédito suportados pelos 5C's do crédito que definimos serem a base de qualquer modelo de gestão de risco.

Os 5 C's do crédito estão definidos como: Carácter, Capacidade, Condições, Capital e Colaterais.

De acordo com o regulamento de crédito estabelecido pelo Banco Keve, Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na

classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A Gestão do Risco de Crédito é responsabilidade de todas as unidades de negócios. São elas que, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

Cabe a estas áreas aplicar as políticas, procedimentos, sistemas e os modelos disponíveis para a identificação, avaliação, decisão, mitigação e mensuração do risco de crédito, em todo o ciclo de crédito (pré-concessão, concessão, monitoramento, cobrança, recuperação e renovação do crédito).

As áreas de controlo de risco, para desempenharem suas funções, têm acesso irrestrito às políticas, procedimentos, sistemas e modelos das unidades de negócio.

#### 1.1. Gestão de Crédito

A gestão de crédito é composta pelas etapas de: decisão, formalização, monitoramento e cobrança, adaptados ao perfil dos clientes e segmentos. Esse processo é operacionalizado e controlado por sistemas que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito.

#### 1.2. Controlo do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é suportada em comités, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo o apetite para risco do Banco e efectua a revisão das práticas de controlo e as políticas a seguir, tendo como base o cumprimento dos normativos em vigor do BNA.

### 2. OBJECTIVOS

- Gerir o risco de crédito de maneira eficiente e prudente, assegurando-se que a exposição ao risco de crédito é correctamente identificada, medida, administrada e controlada, dentro dos níveis e directrizes aprovados pela Comissão Executiva do Banco;

A gestão integral e dinâmica de risco faz parte das actividades chave do Banco. O risco de crédito é um componente fundamental da estrutura de gestão do Banco. Keve, motivo pelo qual a sua gestão deve ser estruturada conforme os seguintes princípios gerais:

- Independência:** A gestão de risco como valor prioritário, não negociável e exercido sem concessões frente às pressões externas ou internas.
  - Objectividade:** a tomada de decisões está baseada exclusivamente na análise rigorosa das informações sobre os clientes e as operações solicitadas.
  - Globalidade:** Intervenção na totalidade do ciclo de risco do Banco.
- Consciencializar todas as áreas do Banco, especialmente as áreas envolvidas no processo/fluxo de crédito, da necessidade e obrigação de alcançar os objetivos acima mencionados;
  - Acompanhamento integral do fluxo de risco de crédito, desde a etapa inicial de estudo de uma operação até ao seu cancelamento, incluindo o acompanhamento e monitoramento do crédito e um eventual processo de recuperação;
  - Proporcionar a informação de gestão, adequada para cada nível do Banco, sobre a evolução dos riscos e modelos internos, facilitando assim a sua integração na estrutura do Banco;

- Alcançar um conhecimento abrangente do perfil de risco dos clientes e dos segmentos nos quais o Banco actua;
- Dispor de bases de dados completas, consistentes e com mecanismos que permitam identificar as fontes originais do risco de crédito;
- Facilitar a realização dos objetivos estratégicos do Banco por meio de políticas adaptadas aos segmentos de actuação do Banco;
- Aplicar eficientemente as políticas relativas à gestão do risco de crédito aprovadas pelo Regulamento de crédito, pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Crédito;
- Preservar um nível da solvência adequado através de ferramentas e medidas focadas em atingir rentabilidade compatível com o consumo de recursos próprios;
- Exercer as actividades de gestão de risco de crédito com eficiência dando ao Banco uma estrutura organizacional adequada e atualizada sobre risco de crédito;
- Estabelecer uma diferenciação eficiente e relevante dos tipos de risco através da classificação da exposição por grupos ou níveis de risco homogêneos;
- Fixar os limites de exposição acumulada do grupo económico, empresa ou mutuário, acrescido da eventual proposta em análise;
- A constituição de provisões económicas deverá estar de acordo com os procedimentos específicos e aprovados pela Comissão Executiva e os que decorrem dos normativos do BNA.

### 3. ETAPAS DA GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O processo de gestão do risco de crédito vai da etapa inicial de análise e formalização de uma operação até seu cancelamento passando por uma fase de acompanhamento e, eventualmente, um processo de recuperação.



#### Aprovação

Para a aprovação de crédito, o Banco estabelece um conjunto de critérios que devem ser cumpridos para qualquer operação que comporte uma exposição ao risco de crédito. Neste sentido, os seguintes aspectos são analisados:

- A actividade, o histórico e a capacidade técnica e financeira dos clientes;
- Adequação da operação solicitada às necessidades do cliente;
- A estrutura das operações solicitadas (garantias, *covenants* financeiros e não financeiros, etc.);
- Ratings atribuídos por agências externas (*Moody's*, *Standard & Poors*, *Fitch*, *Serasa Experian*);
- Proposta devidamente argumentada de classificação de Riscos conforme Aviso nº 3/2012 do Banco Nacional de Angola (BNA);
- As características das operações a financiar, sector, tecnologia, experiência da empresa, etc.

#### Formalização e acompanhamento do risco de crédito

Além da análise e da avaliação do risco de crédito conduzidas durante a etapa de aprovação, o monitoramento contínuo dos clientes e das operações é requerido que se faça um acompanhamento do risco durante toda a vida da operação.



Nessa fase de acompanhamento, o Banco leva em consideração factores como a evolução da economia, a situação do cliente e do sector de actuação, as operações de crédito existentes (natureza, montante, prazo, etc.). O acompanhamento/monitoramento do risco baseia-se nos seguintes critérios:

- Utilização de sistemas de indicadores e de alertas da situação e do comportamento dos clientes (modelos de *ratings simples* e de *Scoring*);
- Análises periódicas da carteira levando-se em consideração factores como sector de actividade dos clientes, produtos, prazos, experiência comprovada;
- Demonstrações financeiras, liquidez, garantias oferecidas, etc.;
- Monitoramento das operações vigentes incluindo utilizações, excessos, atrasos, etc.;
- Revisões periódicas da situação dos clientes, incluindo informações qualitativas e quantitativas/financeiras actualizadas. A frequência dessas revisões são realizadas anualmente ou cada vez que o comité de crédito competente o exigir ou que as circunstâncias o justificarem;
- Monitoramento dos estados financeiros anuais e intermediários dos clientes.

#### 4. PRINCIPAIS RELATÓRIOS DE RISCO DE CRÉDITO

- Relatórios dos créditos aprovados e desembolsados (mensal);
- Relatórios de acompanhamento e gestão da carteira de crédito vencido (mensal);
- Análise trimestral da Carteira de Crédito;
- Análise do Rácio de Crédito vencido por Balcão.

A renegociação, recuperação, aprovisionamento e abate do crédito ao activo (*write-offs*), é efectuada de acordo com as políticas descritas na Nota 2 alínea e).

### 3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Caixa</b>		
Notas e Moedas Nacionais	2.935.702	3.440.137
Notas e Moeda Estrangeiras	110.599	734.092
- Em Dólares dos Estados Unidos	56.722	571.146
- Em Outras Divisas	53.877	162.946
Operações a regularizar	0	2.495
Fundos de Maneio	0	893
	<b>3.046.301</b>	<b>4.177.617</b>
<b>Disponibilidades no Banco Central</b>		
Moeda Nacional	5.607.935	17.486.254
Moeda Estrangeira	698.452	569.676
- Em Dólares dos Estados Unidos	698.452	569.676
	<b>6.306.387</b>	<b>18.055.930</b>
<b>Disponibilidades em Instituições Financeiras</b>		
<b>Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País</b>		
BAI-Colateral Visa	<b>267.192</b>	<b>267.762</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	267.192	267.762
<b>Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro</b>	<b>7.152.915</b>	<b>2.458.576</b>
<b>BAI-Europa</b>	<b>3.868.446</b>	<b>331.000</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	171.901	318.260
- Em Euros	3.696.545	12.740
<b>Byblos Bank Europe S.A</b>	<b>1.558.835</b>	<b>118.165</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	68.832	117.820
- Em Euros	1.490.002	345
- Em Coroa Sueca	1	0
<b>BPA-Europa</b>	<b>710.174</b>	<b>56.805</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	341.584	35.633
- Em Euros	368.590	21.172
<b>Banque Commerce et Placements</b>	<b>471.074</b>	<b>215.960</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	83.861	213.360
- Em Euros	387.213	2.600
<b>Banco Bic Português</b>	<b>266.889</b>	<b>21.903</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	24.365	9.042
- Em Euros	242.524	12.861
<b>Montepio Geral</b>	<b>239.317</b>	<b>54.568</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	236.318	33.629
- Em Euros	2.999	20.939
<b>Commerzbank</b>	<b>26.754</b>	<b>1.601.554</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	26.754	1.582.298
- Em Euros	0	19.256
<b>First National Bank</b>	<b>9.553</b>	<b>23.816</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	3.471	23.102
- Em Rand	6.082	714
<b>Banco UBAE</b>	<b>1.873</b>	<b>0</b>
- Em Euros	1.873	0
<b>Commerzbank - Serviço Money Gram</b>	<b>0</b>	<b>34.805</b>
- Em Dólares dos Estados Unidos	0	34.805
	<b>7.152.915</b>	<b>2.458.576</b>
	<b>16.772.795</b>	<b>24.959.885</b>

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir com as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remuneradas.

As Reservas Obrigatórias são calculadas de acordo com os Instrutivos números 02/2016, de 11 de Abril e 04/2016, de 13 de Maio, que prevêem as bases de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira.

Assim, o coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência em moeda nacional (exceptuando as contas do Governo Central, dos Governos Locais e das Administrações Municipais) é de 30% (trinta por cento), podendo os bancos cumprir até 20% (vinte por cento) com Obrigações do Tesouro pertencentes à carteira própria, desde que emitidas a partir de Janeiro de 2015 e com o total do montante dos contratos de financiamento realizados com o Ministério das Finanças (de acordo com as regras de ponderação definidas no Instrutivo nº 04/2016, de 13 de Maio).

O coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência em moeda estrangeira (exceptuando as contas do Governo Central, dos Governos Locais e das Administrações Municipais) é de 15%.

O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das contas do Governo Central é de 75% para moeda nacional e de 100% para moeda estrangeira e dos Governos Locais e Administrações Municipais é de 50% para moeda nacional e 100% para moeda estrangeira.

A exigibilidade para as bases de incidência em Moeda Nacional (MN) e Moeda Estrangeira (ME) é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos apurados nas respectivas contas de acordo com fórmula indicada no Instrutivo.

À data de 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica de “Disponibilidades no Banco Central” inclui os montantes de 5.607.935 mAOA em MN e 698.452 mAOA em ME relacionados com as reservas obrigatórias, não sendo as mesmas remuneradas. Em 2015, o montante era de 17.486.254 mAOA em MN e 569.676 mAOA em ME.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 as “Disponibilidades em Instituições Financeiras” não eram remuneradas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “BAI Colateral VISA” inclui um depósito junto do BAI que serve de colateral às operações feitas com cartões de crédito VISA de clientes do Banco Keve. O Banco BAI serve de intermediário entre o Banco Keve e a VISA.

#### 4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 as aplicações de liquidez no mercado monetário têm a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Operações no Mercado Monetário Interbancário</b>		
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Moeda Nacional	1.000.000	0
Moeda Estrangeira		
- Em Dólares dos Estados Unidos	829.515	676.575
Proveitos a receber		
- Em Moeda Nacional	1.385	0
- Em Dólares dos Estados Unidos	6.590	0
	<b>1.837.490</b>	<b>676.575</b>
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro</b>		
<b>Depósitos a Prazo</b>		
- Em Dólares dos Estados Unidos	2.666.287	6.192.155
- Em Euros	721.452	22.297
Proveitos a receber		
- Em Dólares dos Estados Unidos	1.383	3.225
	<b>3.389.122</b>	<b>6.217.677</b>
<b>Operações Compra Título Terceiros c/Acordo Revenda</b>		
Títulos da Dívida Pública		
- Moeda Nacional	0	500.000
Proveitos a receber	0	855
	<b>0</b>	<b>500.855</b>
	<b>5.226.612</b>	<b>7.395.107</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 as aplicações de liquidez vencem nos primeiros 6 meses do ano seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Banco tinha uma aplicação em moeda nacional junto do Banco de Angolano de Negócios e Comércio, S.A., no montante de 1.000.000 mAOA, remunerada a uma taxa de juro de 25,3% e maturidade inferior a 1 mês.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o Banco tinha uma aplicação em moeda estrangeira junto do Banco de Poupança e Crédito, S.A. no montante de 5.000.000 USD, equivalentes a 829.515 mAOA e 676.575 mAOA, respectivamente, remunerada a uma taxa de juro de 5,5%, e com uma maturidade de aproximadamente 2 meses. Esta aplicação tem vindo a ser sucessivamente renovada e está garantida por penhor de 120% em Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira emitidas pelo Estado Angolano.



Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco tinha aplicações de liquidez junto de instituições financeiras estrangeiras no montante de 529.266 mAOA que se encontravam a servir de colateral a créditos documentários à importação. As referidas aplicações não são remuneradas:

<b>Instituições financeiras depositárias</b>	<b>2016 mAOA</b>	<b>2015 mAOA</b>
First National Bank	512	512
Banque Commerce Et Placements	549	549
BYBLOS BANK EUROPE S.A	528.206	504.576
	<b>529.266</b>	<b>505.637</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações venciam juros às seguintes taxas médias:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Em Moeda Nacional</b>		
Aplicações em Instituições de Crédito nacionais	25,28	-
<b>Em Moeda Estrangeira</b>		
Aplicações em Instituições de Crédito Nacionais	5,50	5,50
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro</b>	0,51	0,31

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<b>mAOA</b>	<b>Risco</b>	<b>Moeda</b>	<b>País emissor</b>	<b>Taxa de juro média</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Proveitos a receber</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Títulos mantidos para negociação</b>								
Bilhetes do Tesouro	A	AOA	Angola	<b>16,87%</b>	7.449.211	318.386	7.767.597	3.822.261
Obrigações do Tesouro indexadas ao Dólar	A	AOA	Angola	<b>7,00%</b>	454.594	555	455.149	2.524.275
Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	A	AOA	Angola	<b>7,25%</b>	99.339	1.792	101.131	306.364
					<b>8.003.144</b>	<b>320.733</b>	<b>8.323.877</b>	<b>6.652.900</b>
<b>Títulos mantidos até ao vencimento</b>								
Obrigações do Tesouro indexadas ao Dólar	A	AOA	Angola	<b>6,95%</b>	37.217.803	13.040	37.230.843	19.683.298
Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	A	AOA	Angola	<b>7,55%</b>	2.637.644	592.700	3.230.344	3.120.099
Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira	A	USD	Angola	<b>4,58%</b>	1.375.336	7.535	1.382.871	1.127.115
					<b>41.230.783</b>	<b>613.275</b>	<b>41.844.058</b>	<b>23.930.512</b>
					<b>49.233.927</b>	<b>934.008</b>	<b>50.167.935</b>	<b>30.583.412</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de títulos, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Títulos mantidos para negociação:</b>		
<b>Em Moeda Nacional:</b>		
Até três meses	958.245	677.623
De três meses a seis meses	1.685.516	0
De seis meses a um ano	4.805.450	2.981.962
De um a três anos	553.932	986.012
De três a cinco anos	0	1.770.280
Proveitos a receber	320.734	237.023
	<b>8.323.877</b>	<b>6.652.900</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento:</b>		
<b>Em moeda nacional:</b>		
De um a três anos	23.214.283	10.246.827
De três a cinco anos	14.283.051	11.444.504
Mais de cinco anos	2.358.113	615.443
Proveitos a receber	605.740	496.623
	<b>40.461.187</b>	<b>22.803.397</b>
<b>Em Moeda Estrangeira:</b>		
Mais de cinco anos	1.375.336	1.121.762
Proveitos a receber	7.535	5.353
	<b>1.382.871</b>	<b>1.127.115</b>
	<b>41.844.058</b>	<b>23.930.512</b>
	<b>50.167.935</b>	<b>30.583.412</b>

A maturidade dos títulos classificados na carteira de negociação é essencialmente de curto prazo, inferior a 1 ano, motivo pelo qual o Banco entende que não existem diferenças significativas entre o justo valor e o custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de títulos, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura por indexante:

	Indexante	2016 Taxa de juro média	2016 mAOA	2015 Taxa de juro média	2015 mAOA
<b>Rendimento fixo</b>					
Bilhetes do Tesouro	Fixa	<b>16,87%</b>	7.767.597	<b>7,58%</b>	3.822.261
Obrigações do Tesouro indexadas ao Dólar	Fixa	<b>7,00%</b>	37.685.991	<b>7,56%</b>	22.207.573
Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional	Fixa	<b>7,25%</b>	3.331.476	<b>7,36%</b>	3.426.463
Obrigações do Tesouro em Moeda Estrangeira	Fixa	<b>4,58%</b>	1.382.871	<b>4,58%</b>	1.127.115
			<b>50.167.935</b>		<b>30.583.412</b>

## 6. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Devedores por Operações Pendentes de Liquidação	392.843	131.742
Recursos Próprios em Trânsito	0	54.044
	<b>392.843</b>	<b>185.786</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica de “Devedores por operações pendentes de liquidação” inclui os cheques recebidos no Banco apresentados para compensação nos primeiros dias úteis de 2017 e 2016, respectivamente.

## 7. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Crédito vincendo</b>		
<b>Em moeda Nacional</b>		
Fundos e Serviços Públicos Autónomos	1.628.155	1.426.671
Sector Público Empresarial	9.141	19.256
Empresas	50.210.399	46.197.587
Particulares	4.872.174	4.310.355
Cartões de crédito	536.702	193.178
Proveitos a receber	2.434.216	1.398.884
	<b>59.690.787</b>	<b>53.545.931</b>
<b>Em moeda Estrangeira</b>		
Sector Público Empresarial	3.995	118.316
Empresas	426.886	1.309.293
Particulares	185.537	196.719
Proveitos a receber	367.068	198.540
	<b>983.486</b>	<b>1.822.868</b>
	<b>60.674.273</b>	<b>55.368.799</b>
<b>Crédito vencido</b>		
<b>Em moeda Nacional</b>		
Empresas	2.170.816	4.658.106
Particulares	137.195	65.460
Proveitos a receber	4.700	403.085
	<b>2.312.711</b>	<b>5.126.651</b>
<b>Em moeda Estrangeira</b>		
Empresas	1.254.897	0
Particulares	4.182	1.749
Proveitos a receber	0	32
	<b>1.259.079</b>	<b>1.781</b>
	<b>3.571.790</b>	<b>5.128.432</b>
<b>Total de crédito</b>	<b>64.246.063</b>	<b>60.497.231</b>
<b>Provisão crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 26)</b>	<b>-6.143.620</b>	<b>-1.896.598</b>
	<b>58.102.443</b>	<b>58.600.633</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 19,04% e 16,80%, respectivamente, para o crédito concedido em moeda nacional, e 11,78% e 11,29%, respectivamente, para o crédito concedido em moeda estrangeira. O crédito em moeda estrangeira é maioritariamente em Dólares dos Estados Unidos.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o Banco tinha concedido crédito a um cliente cuja exposição total individual atingiu o valor de 28% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) do Banco, acima do limite dos grandes riscos estipulados pelo Aviso n.º 8/2007, ambos do BNA. O Conselho de Administração do Banco entende que esta exposição apresenta risco mínimo e será reduzida no curto prazo por forma a dar cumprimento ao referido Aviso. Por outro lado, o Banco tem em curso um aumento de capital social (Nota 21) que permitirá resolver este assunto.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura de acordo com o prazo residual de vencimento:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Em moeda nacional</b>		
Até três meses	7.586.315	6.057.940
De três meses a seis meses	11.667.305	14.024.639
De seis meses a um ano	1.230.112	2.664.018
De um a três anos	5.640.064	5.765.863
De três a cinco anos	17.190.735	8.696.871
Mais de cinco anos	16.376.256	16.336.673
Vencido	2.312.711	5.126.651
	<b>62.003.498</b>	<b>58.672.655</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>		
Até três meses	232	45
De três meses a seis meses	747.674	1.001.057
De seis meses a um ano	431	1.646
De um a três anos	6.482	197.002
De três a cinco anos	59.347	18.781
Mais de cinco anos	169.320	604.264
Vencido	1.259.079	1.781
	<b>2.242.565</b>	<b>1.824.576</b>
	<b>64.246.063</b>	<b>60.497.231</b>



Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura por sector de actividade:

	2016 mAOA	%	2015 mAOA
Comércio	16.484.850	26	16.748.553
Construção	10.335.047	16	9.123.334
Indústrias Transformadoras	8.331.938	13	8.006.307
Outras Actividades de Serviços Colectivos Sociais e Pessoais	5.622.557	9	4.572.239
Particulares	5.203.787	8	5.145.617
Agricultura	5.029.712	8	4.582.817
Actividades Imobiliárias, alugueres e Serviços prestados às empresas	4.124.192	6	4.574.489
Indústrias Extractivas	2.585.387	4	2.063.748
Transportes Armazenagem e Comunicações	1.696.712	3	2.219.717
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	1.774.411	3	1.734.146
Outros	3.057.470	5	1.726.264
	<b>64.246.063</b>	<b>100</b>	<b>60.497.231</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura por modalidades:

	2016 mAOA	2016 mAOA
Financiamentos com prestações definidas	41.048.956	34.197.689
Contas correntes caucionadas e outros empréstimos	22.696.477	24.505.882
Descobertos	500.630	1.793.660
	<b>64.246.063</b>	<b>60.497.231</b>

Os financiamentos são operações realizadas com destino específico, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. Os empréstimos são operações realizadas sem destino específico ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. Incluem-se na modalidade de empréstimos as contas correntes caucionadas – operações que consistem na atribuição de um limite máximo de crédito que a Empresa pode movimentar, conforme as suas necessidades de tesouraria, sem qualquer plano de amortizações pré-definido – e os adiantamentos a depositantes (descobertos) – operações que consistem na atribuição de um limite de descoberto na conta à ordem que lhe permite manter um saldo devedor até um montante definido e por prazo determinado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a carteira de crédito, incluindo os proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura por domicílio:

	2016 mAOA	2016 mAOA
Residentes	63.961.717	47.600.666
Não Residentes	284.346	418.785
	<b>64.246.063</b>	<b>60.497.231</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as provisões para crédito de liquidação duvidosa apresentam a seguinte composição (em moeda nacional e estrangeira):

	Crédito concedido mAOA	Provisão Constituída mAOA	Crédito concedido mAOA	Provisão Constituída m AOA
<b>Risco</b>	<b>31-12-2016</b>		<b>31-12-2015</b>	
<b>Moeda Nacional</b>				
Nulo (A)	8.714.829	0	17.802.662	0
Muito Reduzido (B)	12.460.054	-124.601	14.125.447	-141.254
Reduzido (C)	33.893.072	-1.016.792	24.609.375	-738.281
Moderado (D)	649.352	-64.935	432.211	-43.221
Elevado (E)	2.828.011	-433.041	955.984	-267.016
Muito Elevado (F)	338.664	-169.332	422.097	-211.048
Perda (G)	3.119.516	-3.119.516	324.879	-324.879
	<b>62.003.498</b>	<b>-4.928.217</b>	<b>58.672.655</b>	<b>-1.725.699</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Nulo (A)	541.529	0	219.438	0
Muito Reduzido (B)	0	0	118.315	-1.183
Reduzido (C)	221.510	-6.646	1.328.996	-27.240
Moderado (D)	14	-1	17.058	-1.707
Elevado (E)	470.850	-226.729	0	0
Muito Elevado (F)	53.270	-26.635	0	0
Perda (G)	955.392	-955.392	140.769	-140.769
	<b>2.242.565</b>	<b>-1.215.403</b>	<b>1.824.576</b>	<b>-170.899</b>
	<b>64.246.063</b>	<b>-6.143.620</b>	<b>60.497.231</b>	<b>-1.896.598</b>

O detalhe por nível de risco das provisões para garantias prestadas e créditos documentários em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 é apresentado na Nota 20.

**Créditos renegociados, transferidos para prejuízo e recuperados no exercício**

	2016 mAOA	2015 mAOA
Créditos renegociados	9.230.680	899.757
Créditos recuperados	1.049.688	3.439.843
Créditos abatidos ao activo por utilização de provisão	2.600.300	2.278.846

**8. OUTROS VALORES DE NATUREZA FISCAL**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Impostos a recuperar	173.685	148.982
	<b>173.685</b>	<b>148.982</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o saldo desta rubrica corresponde ao pedido de crédito de imposto ao Estado, referente a pagamentos de imposto industrial de exercícios anteriores.

**9. OUTROS VALORES DE NATUREZA CÍVEL**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Governo Central	148.245	338.866
Proveitos diferidos	1.305	0
Outros	2.267.348	1.867.701
	<b>2.416.898</b>	<b>2.206.567</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “Governo Central”, inclui o stock de selos de taxa de circulação de 2016 no valor de 147.411 mAOA. O valor de selos será regularizado no exercício de 2017 pela devolução ao Estado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outros” inclui adiantamentos efectuados ao Clube Recreativo Desportivo do Libolo no montante de 1.345.573 mAOA e valores de adiantamentos a fornecedores de 99.900 mAOA, sem ter existido variação de saldo entre ambos os períodos. Inclui ainda (i) cheques a devolver à compensação; (ii) cheques depositados aguardando pelo serviço de compensação nas Províncias<sup>3</sup>; e (iii) valores em trânsito entre agências do Banco ou depositados junto do BNA que aguardam liquidação junto da contraparte.

**10. OUTROS VALORES DA NATUREZA ADMINISTRATIVA**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de “Outros Valores de Natureza Administrativa” tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Outros adiantamentos	408.709	403.723
Despesas antecipadas	272.039	289.929
Material de expediente	24.662	317.412
	<b>705.410</b>	<b>1.011.06</b>

Decorrente da reorganização societária do grupo, durante o exercício de 2014, o Banco reclassificou a participação financeira que detinha no capital social da Global Seguros, registada pelo montante de 386.689 mAOA para a rubrica de “Outros adiantamentos”. Em 2015, o Banco procedeu à anulação do *Goodwill* que tinha registado no montante de 67.800 mAOA (Nota 14), por contrapartida da rubrica de resultado “Ajustes de exercícios anteriores” (Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Despesas antecipadas” inclui 32.839 mAOA e 28.905 mAOA, respectivamente, referente a rendas e alugues de agências, e diferimento de seguros no valor de 239.200 mAOA e 261.025 mAOA, respectivamente.

A rubrica “Material de expediente” inclui economato com consumíveis de natureza diversa: material de escritório, material de informática e impressos. Face à antiguidade de alguns destes saldos, em 31 de Dezembro de 2016 o Banco procedeu a contagem física do material de expediente, e assumiu o prejuízo de 273.002 mAOA (Nota 28), tendo sido revertida a provisão constituída em Dezembro de 2015 no valor de 27.810 mAOA.

**11. BENS NÃO DE USO PRÓPRIO**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Bens não de uso próprio” inclui um imóvel proveniente de uma dação em cumprimento realizada em 12 de Novembro de 2015 no montante de 60.540 mAOA.

3 Províncias onde o BNA ainda não implementou Praça de compensação.

## 12. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o Banco detinha as seguintes participações financeiras:

mAOA	Sede	Actividade	Capital Social	Moeda	Ano de aquisição	% Detida		Participação Detida	
						2016	2015	2016	2015
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	Luanda	Serviços Bancários	110.085	AOA	2004	2,4	2,4	93.958	93.958
Sagripek	Luanda	Agro-pecuária	1.600.000	AOA	2004	5,0	5,0	2.167	2.167
Gestcall – Gestão e Serviços de Atendimento	Luanda	Prestação de Serviços	4.600.000	AOA	2005	15,0	15,0	3.090	3.090
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	Luanda	Serviços Financeiros	1.343.000	AOA	2007	0,0	1,0	0	12.419
Outros Investimentos	n/a	n/a	n/a	n/a		n/a	n/a	9.606	6.441
								<b>108.822</b>	<b>118.075</b>

n/a - não aplicável

As participações financeiras, estão registadas e valorizadas conforme descrito na Nota 2. h).

No ano de 2016, o Estado pagou a participação financeira detida na Bolsa de valores e Derivados de Angola por emissão de Obrigações do Tersouro em Moeda Nacional (OT-MN) nas condições descritas no Decreto Executivo nº 12/14, de 14 de Janeiro.

Em 31 de Dezembro de 2016, a informação financeira das empresas participadas não se encontrava disponível, sendo estas participações registadas pelo custo de aquisição:

Participações em outras sociedades	% de Participação	Nº de Títulos	Espécie	Metodo de valorização
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços	2,42%	2.988	Ordinária	Custo de aquisição
Sagripek	5,00%	80	Ordinária	Custo de aquisição
Gestcall - Gestão e Serviços de Atendimento	15,00%	1.500	Ordinária	Custo de aquisição

## 13. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O movimento das imobilizações corpóreas durante os exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

mAOA	31-12-2015			Aumentos	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2016		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imóveis de uso próprio	2.893.784	-593.684	2.300.100	206.837	258.919	0	-236.365	3.359.540	-768.714	2.590.826
Obras em edifícios arrendados	719.940	0	719.940	463.351	319.279	0	-45.471	1.502.570	-215.793	1.286.777
Equipamento Informático	1.290.076	-802.991	487.085	625.626	6.749	-411	-193.093	1.922.040	-995.955	926.085
Mobiliário e Material	412.837	-189.314	223.523	36.608	0	0	-43.643	449.445	-232.957	216.488
Material de Transporte	322.957	-211.021	111.936	86.911	0	-13.822	-58.311	396.046	-258.565	137.481
Máquinas e Ferramentas	295.279	-176.722	118.557	13.068	2.233	0	-36.028	310.580	-212.750	97.830
Instalações Interiores	217.011	-133.246	83.765	15.893	0	0	-21.471	232.904	-152.267	80.637
Equipamento de Segurança	202.418	-146.893	55.525	19.437	2.884	-5.604	-20.791	219.135	-167.683	51.452
Obras em curso	948.805	0	948.805	728.734	-590.064	0	0	1.087.475	0	1.087.475
Outro Equipamento	227.726	-154.777	72.949	24.806	0	0	-29.570	252.532	-184.349	68.183
	<b>7.530.833</b>	<b>-2.408.648</b>	<b>5.122.185</b>	<b>2.221.271</b>	<b>0</b>	<b>-19.837</b>	<b>-684.743</b>	<b>9.732.267</b>	<b>-3.189.033</b>	<b>6.543.234</b>



mAOA	31-12-2014			Aumentos	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Imóveis de uso próprio	2.685.437	-324.803	2.360.634	208.347	0	0	-268.881	2.893.784	-593.684	2.300.100
Obras em edifícios arrendados	388.708	0	388.708	331.233	0	0	0	719.941	0	719.941
Equipamento Informático	1.015.575	-632.289	383.286	274.500	0	0	-165.045	1.290.075	-797.334	492.741
Mobiliário e material	377.386	-151.569	225.817	35.451	0	0	-37.745	412.837	-189.314	223.523
Material de Transporte	234.396	-163.387	71.009	88.561	0	0	-47.634	322.957	-211.021	111.936
Máquinas e Ferramentas	269.329	-141.311	128.018	25.950	0	0	-35.411	295.279	-176.722	118.557
Instalações Interiores	207.259	-109.326	97.933	9.752	0	0	-23.921	217.011	-133.247	83.764
Equipamento de Segurança	199.039	-124.819	74.220	3.379	0	0	-24.336	202.418	-149.155	53.263
Obras em curso	1.136.080	0	1.136.080	0	0	-187.275	0	948.805	0	948.805
Outro Equipamento	230.176	-127.756	102.420	0	0	-2.644	-30.221	227.532	-157.977	69.555
	<b>6.743.385</b>	<b>-1.775.260</b>	<b>4.968.125</b>	<b>977.173</b>	<b>0</b>	<b>-189.919</b>	<b>-633.194</b>	<b>7.530.639</b>	<b>-2.408.454</b>	<b>5.122.185</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as rubrica de “Imobilizações corpóreas – Obras em edifícios arrendados” e “Imobilizações corpóreas – Obras em curso” incluem, essencialmente, os investimentos efectuados pelo Banco nos exercícios mais recentes no sentido da expansão do Banco através do reforço da sua rede de agências.

#### 14. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

O movimento das imobilizações incorpóreas durante os exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

mAOA	31-12-2015			Aumentos	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2016		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Software	339.405	-333.994	5.411	8.788	0	0	-4.330	348.193	-338.325	9.868
Custos plurianuais	496.089	-471.725	24.364	256	0	-68.757	-25.828	427.588	-422.262	5.326
Despesas de Constituição	51.863	-8.845	43.018	0	0	-46.097	0	5.766	-5.766	0
Benfeitoria em Imóveis de terceiros	412.367	-108.988	303.379	0	0	-412.367	0	0	0	0
Outras	17.817	-14.983	2.834	0	0	0	-2.267	17.817	-17.250	567
	<b>1.317.541</b>	<b>-938.536</b>	<b>379.005</b>	<b>9.044</b>	<b>0</b>	<b>-527.221</b>	<b>-32.425</b>	<b>799.364</b>	<b>-783.603</b>	<b>15.761</b>

mAOA	31-12-2014			Aumentos	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	31-12-2015		
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido					Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Goodwill - Investimentos Financeiros	67.800	0	67.800	0	0	-67.800	0	0	0	0
Software	338.539	-309.912	28.627	867	0	0	-24.083	339.406	-333.995	5.411
Custos plurianuais	520.158	-373.567	146.591	0	0	-24.069	-97.698	496.089	-471.265	24.824
Despesas de Constituição	51.863	-8.108	43.755	0	0	0	-1.198	51.863	-9.306	42.557
Benfeitoria em Imóveis de terceiros	412.367	-108.988	303.379	0	0	0	0	412.367	-108.988	303.379
Outras	17.816	-12.716	5.100	0	0	0	-2.266	17.816	-14.982	2.834
	<b>1.408.543</b>	<b>-813.291</b>	<b>595.252</b>	<b>867</b>	<b>0</b>	<b>-91.869</b>	<b>-125.245</b>	<b>1.317.541</b>	<b>-938.536</b>	<b>379.005</b>

## 15. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Depósitos à Ordem</b>		
Residentes	50.316.734	73.808.805
Não residentes	454.994	387.934
	<b>50.771.728</b>	<b>74.196.539</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>		
Residentes	38.472.655	22.798.814
Não residentes	19.241	2.136
	<b>38.491.896</b>	<b>22.800.950</b>
	<b>89.263.624</b>	<b>96.997.489</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a carteira de depósitos apresentava a seguinte estrutura por moeda e sector de actividade:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Moeda Nacional</b>		
Sector Público Administrativo	6.286.775	3.773.047
Sector Público Empresarial	16.079.336	39.297.807
Empresas	34.787.302	34.441.024
Particulares	22.284.625	11.439.127
Não residentes	413.574	330.929
Custos a pagar	370.811	139.764
	<b>80.222.423</b>	<b>89.421.698</b>
<b>Moeda estrangeira</b>		
Sector Público Administrativo	113.452	1.601
Sector Público Empresarial	883.741	610.330
Empresas	4.621.317	3.847.917
Particulares	3.323.482	3.029.159
Não residentes	60.771	59.143
Custos a pagar	38.438	27.641
	<b>9.041.201</b>	<b>7.575.791</b>
	<b>89.263.624</b>	<b>96.997.489</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o prazo residual de vencimento dos depósitos a prazo apresentava a seguinte estrutura:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Em Moeda Nacional</b>		
Até três meses	790.196	10.467.765
De três meses a seis meses	14.252.208	2.840.563
De seis meses a um ano	6.836.840	1.268.059
Mais de 1 ano	618.375	184.664
Custos a pagar	298.964	121.377
	<b>22.796.582</b>	<b>14.882.428</b>
<b>Keve Index (Nota 2.v)</b>		
Até três meses	0	0
De três meses a seis meses	0	1.301.362
De seis meses a um ano	3.124.247	3.685.292
Mais de 1 ano	9.034.005	22.161
Custos a pagar	71.847	18.387
	<b>12.230.100</b>	<b>5.027.202</b>
<b>Em Moeda Estrangeira</b>		
<b>Em Dólares dos Estados Unidos</b>		
Até três meses	27.417	1.388.521
De três meses a seis meses	2.970.129	1.216.038
De seis meses a um ano	421.486	250.768
Mais de 1 ano	3.816	3.453
Custos a pagar	38.438	27.641
	<b>3.461.286</b>	<b>2.886.421</b>
<b>Em Outras Divisas</b>		
Até três meses	0	544
De três a seis meses	1.857	792
De seis meses a um ano	0	1.945
Mais de 1 ano	2.071	1.618
Custos a pagar	0	0
	<b>3.928</b>	<b>4.899</b>
	<b>38.491.896</b>	<b>22.800.950</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os depósitos a prazo de clientes, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAOA	Taxa de juro	Montante em divisa	Montante em mAOA
Em milhares de Kwanzas	8,02%	22.796.582	22.796.582	5,88%	14.882.428	14.882.428
Keve Indexado ao USD	1,79%	n.d.	12.230.100	3,67%	n.d.	5.027.202
Em Dólares dos Estados Unidos	2,03%	20.863.308	3.461.286	1,99%	21.331.122	2.886.421
Em Euros	1,38%	21.191	3.928	1,54%	33.135	4.899
		<b>38.491.896</b>			<b>22.800.950</b>	

Em 31 de Dezembro de 2016 a generalidade dos depósitos à ordem de clientes não é remunerada. Assim, existem um total de 4 clientes com depósitos remunerados, no valor total de mAOA 394.424, com uma taxa média de 1,1%.

#### 16. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Recursos Próprios em trânsito	41.954	351.127
Obrigações por Operações pendentes de liquidação	481.558	435.217
	<b>523.512</b>	<b>786.344</b>

A rubrica “Obrigações por operações pendentes de liquidação” representa o valor dos cheques visados emitidos que ainda não foram apresentados em compensação.

#### 17. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Custo de compra e venda Moeda Estrangeira a pagar	0	6.636
Recursos Vinculados a Operações Cambiais	27.723.814	13.444.719
	<b>27.723.814</b>	<b>13.451.356</b>

Em cumprimento do disposto no Instrutivo nº 12/2015 de 24 de Junho, que versa sobre política cambial, o Banco deve “validar apenas as solicitações de compra e venda de moeda estrangeira efectuadas pelos seus clientes, para a liquidação de operações cambiais de mercadorias, invisíveis correntes, capitais e vendas a Casas de Câmbio, desde que se certifique da existência de recursos em moeda nacional suficientes para cobertura da operação pretendida.” Estes recursos são cativos pelo Banco no momento da solicitação do cliente e registados em “Recursos Vinculados a Operações Cambiais”.

Assim, em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o saldo da rubrica inclui 26.061.961 mAOA e 13.407.847 mAOA, respectivamente, relativos a recursos de clientes em moeda nacional que foram cativos para a realização de operações cambiais. Conforme exigido pelo BNA no Instrutivo nº 12/2015, estes cativos devem manter-se até à sua utilização na operação de compra de moeda estrangeira.

#### 18. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Captações para Liquidez</b>		
Banco de Desenvolvimento de Angola	1.000.000	0
Operações de venda de Títulos com acordo de recompra	0	65.500
Juros a pagar	10.849	79
	<b>1.010.849</b>	<b>65.579</b>
<b>Outras captações</b>		
<b>Dívida Subordinada</b>		
No estrangeiro	3.318.060	2.706.300
Juros a pagar	93.274	78.557
	<b>3.411.334</b>	<b>2.784.857</b>
<b>Outras Captações Contratadas</b>		
No país	144.031	144.031
No estrangeiro	0	1.021.329
	<b>144.031</b>	<b>1.165.360</b>
	<b>3.555.365</b>	<b>3.950.217</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 o Banco tinha uma captação em moeda nacional junto do Banco de Desenvolvimento de Angola, a uma taxa de juro de 16,5%, no montante de 1.000.000 mAOA, e com uma maturidade de aproximadamente 1 mês.



Considerando o prazo residual de vencimento em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras captações” apresenta a seguinte decomposição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Em Moeda Nacional		
De três a cinco anos	144.031	144.031
	<b>144.031</b>	<b>144.031</b>
Em Moeda Estrangeira		
Em Dólares dos Estados Unidos		
De três meses a seis meses	0	676.575
De 2 a 5 anos	3.318.060	109.520
Mais de cinco anos	0	2.941.534
Juros a pagar	93.274	78.558
	<b>3.411.334</b>	<b>3.806.187</b>
	<b>3.555.365</b>	<b>3.950.217</b>

A rubrica “Dívida Subordinada” corresponde a uma emissão de 20.000 milhares de USD, equivalentes a 3.318.060 mAOA em 31 de Dezembro de 2016, em *Corporate Bonds* em 27 de Setembro de 2012, remuneradas à taxa fixa de 11% e com maturidade em 18 de Março de 2018, adquiridos essencialmente por entidades estrangeiras. Esta operação veio fortalecer a expansão da actividade, permitindo a qualificação e o reforço dos fundos próprios por forma a potenciar o crescimento do volume de negócios.

## 19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Passivos por Impostos Correntes</b>		
Imposto Industrial a pagar	<b>137.574</b>	<b>376.377</b>
<b>Outras obrigações</b>		
<b>Outras Obrigações de Natureza Fiscal</b>		
CEOB – Contribuição Especial sobre Operações Bancárias	115.573	0
Imposto rendimento trabalho dependente	37.396	48.374
Retenção lei nº 7/97	22.744	26.739
Imposto sobre rendimento de capitais	13.730	22.900
Imposto do Selo	9.611	10.461
Imposto predial urbano	2.285	5.198
Imposto rendimento trabalho independente	114	339
Imposto de Consumo	0	-25
	<b>201.453</b>	<b>113.986</b>
<b>Outras Valores de Natureza Cível</b>		
Credores para aquisição de bens e direitos	613.513	576.979
Credores para processos judiciais e extrajudiciais	26.840	26.840
Credores diversos	4.835	341.567
Credores pela prestação de serviços	0	1.549
	<b>645.188</b>	<b>946.935</b>
<b>Outras valores de Natureza Administrativa</b>		
Remuneração variável por desempenho - Pessoal	471.498	0
Subsídio de férias - Pessoal	155.674	117.784
Prémios - Órgãos Sociais	140.358	0
Subsídio de férias - Órgãos Sociais	60.036	34.440
Contribuição Segurança Social	3.815	23.198
Outros custos - Pessoal	207	207
Outros custos administrativos e de comercialização	0	3.151
	<b>831.588</b>	<b>178.780</b>
<b>Total das Outras obrigações</b>	<b>1.678.229</b>	<b>1.239.701</b>
	<b>1.815.803</b>	<b>1.616.078</b>

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Outras obrigações de Natureza Administrativa” inclui o subsídio de férias dos colaboradores do Banco, no montante de 155.674 mAOA. De acordo com o preconizado na Lei Geral do Trabalho, o montante de subsídio de férias liquidado aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Assim sendo, o Banco procedeu

ao acréscimo do subsídio de férias relativo ao exercício de 2016, mas que apenas foram liquidadas em Janeiro de 2017. Esta rubrica inclui ainda a provisão para “Remuneração Variável por Desempenho” (RVD), no valor de 471.498 mAOA. Esta remuneração variável será liquidada em 2017.

## 20. PROVISÃO PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 2016 e 2015 foi o seguinte:

mAOA	Saldo final 2015	Reforços	Reversões	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldo final 2016
<b>Riscos Bancários Gerais</b>							
Provisões para responsabilidades prováveis Natureza Cível	67.616	0	0	0	0	0	67.616
Outras Provisões	215.062	0	0	-203.170	0	0	11.892
	<b>282.679</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-203.170</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>79.509</b>
<b>Provisões para Responsabilidades prováveis de Natureza Administrativa</b>							
Prémios	80.663	0	0	0	-80.663	0	0
Remuneração Variável para desempenho	152.039	0	0	0	-152.039	0	0
<b>Provisões para responsabilidades com reforma (Nota 31)</b>	138.570	394	0	0	-495	0	138.469
Compensação por Reforma	0		0	0	0	0	0
Prestação de Garantias (Nota 37)	1.107.624	854.991	-39.298	-58.086	294.077	-219.972	1.939.336
	<b>1.478.897</b>	<b>855.385</b>	<b>-39.298</b>	<b>-58.086</b>	<b>60.880</b>	<b>-219.972</b>	<b>2.077.805</b>
	<b>1.761.576</b>	<b>855.385</b>	<b>-39.298</b>	<b>-261.256</b>	<b>60.880</b>	<b>-219.972</b>	<b>2.157.314</b>

mAOA	Saldo final 2014	Reforços	Reversões	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldo final 2015
<b>Riscos Bancários Gerais</b>							
Provisões para responsabilidades prováveis Natureza Fiscal	7.324	0	0	0	-7.324	0	0
Provisões para responsabilidades prováveis natureza cível	231.308	27.116	0	0	-190.807	0	67.617
Outras Provisões	0	173.383	0	0	41.679	0	215.062
	<b>238.632</b>	<b>200.499</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-156.452</b>	<b>0</b>	<b>282.679</b>
<b>Provisões para Responsabilidades prováveis de Natureza Administrativa</b>							
Prémios	0	0	0	0	80.663	0	80.663
Remuneração Variável para desempenho	0	0	0	0	152.039	0	152.039
<b>Provisões para responsabilidades com reforma (Nota 31)</b>	426.305	118.835	0	-515.546	109.290	-314	138.570
Compensação por Reforma	0		0	0	0	0	0
Prestação de Garantias (Nota 37)	533.158	275.595	-83.143	0	359.025	22.989	1.107.624
	<b>959.463</b>	<b>394.430</b>	<b>-83.143</b>	<b>-515.546</b>	<b>701.018</b>	<b>22.675</b>	<b>1.478.897</b>
	<b>1.198.095</b>	<b>594.929</b>	<b>-83.143</b>	<b>-515.546</b>	<b>544.566</b>	<b>22.675</b>	<b>1.761.576</b>

O movimento das provisões apresenta valores referentes a diferenças de câmbio que reflectem a reavaliação cambial das provisões para garantias prestadas em moeda estrangeira cuja contrapartida se encontra registada em resultados do exercício na rubrica “Resultados em operações cambiais” (Nota 24).

Conforme descrito na Nota 2 m), o Banco pretende atribuir um complemento de reforma aos seus colaboradores, motivo pelo qual tem em curso a adesão a um plano de pensões de reforma, apesar de não existir nenhuma obrigação legal ou constritiva para tal. A data efectiva da responsabilidade ainda não está definida, pelo que o Banco tem registada uma provisão de 138.469 mAOA para fazer face a esta

responsabilidade, sendo estimada como a contribuição inicial a efectuar pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016 as transferências evidenciadas no movimento de provisões incluem 60.880 mAOA transferidos durante o exercício de 2016 para a rubrica “Outras obrigações” (Nota 19), onde passaram a estar especializadas as provisões para custos com o pessoal, nomeadamente prémios e remuneração variável por desempenho.

Em 31 de Dezembro de 2015 as “transferências” evidenciadas no movimento das provisões incluem 544.566 mAOA de provisões transferidas da rubrica “Outras obrigações”, as quais se referiam essencialmente a custos com pessoal (subsídio de férias, prémios e remuneração variável por desempenho).

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o Banco efectuou reforços nas provisões para garantias prestadas na sequência da evolução do nível de risco da carteira. A rubrica Provisões para Prestação de Garantias tem a seguinte composição por moeda (Nota 26):

mAOA		Garantias	Cartas de crédito	Total responsa.	Provisão Constituída	Garantias	Cartas de crédito	Total responsa.	Provisão Constituída
Risco		31-12-2016				31-12-2015			
Nulo (A)	Moeda Nacional	1.554.954	0	1.554.954	0	3.695.673	0	3.695.673	0
	Moeda Estrangeira	39.817	0	39.817	0	0	0	0	0
Muito Reduzido (B)	Moeda Nacional	1.557.330	0	1.557.330	-15.573	639.577	0	639.577	-6.396
	Moeda Estrangeira	0	302.647	302.647	-3.026	0	127.755	127.755	-1.278
Reduzido (C)	Moeda Nacional	585.760	0	585.760	-17.573	1.198.774	0	1.198.774	-35.962
	Moeda Estrangeira	218.992	6.096.554	6.315.546	-275.668	0	6.057.387	6.057.387	-111.722
Moderado (D)	Moeda Nacional	0	0	0	0	100.000	0	100.000	-80.000
	Moeda Estrangeira	0	0	0	0	0	94.806	94.806	-18.961
Elevado (E)	Moeda Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0
	Moeda Estrangeira	580.856	184.750	765.606	-153.121	0	3.788	3.788	-1.894
Perda (G)	Moeda Nacional	1.474.375	0	1.474.375	-1.474.375	791.679	0	791.679	-791.679
	Moeda Estrangeira	0	0	0	0	59.732	0	59.732	-59.732
		<b>6.012.084</b>	<b>6.583.951</b>	<b>12.596.035</b>	<b>-1.939.336</b>	<b>6.485.435</b>	<b>6.283.736</b>	<b>12.769.171</b>	<b>-1.107.624</b>

As operações de cartas de crédito concedidas pelo Banco são, por norma e excepto clientes específicos, garantidas por depósitos de montante superior a 100% do valor da exposição. Para estas operações o Banco não constitui provisões dado estarem 100% garantidas. Para as operações que não estão 100% garantidas o Banco constitui provisões de acordo com a política descrita na Nota 2.e).

## 21. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016, os Fundos Próprios do Banco apresentam a seguinte composição:

mAOA	Saldo Iniciais	Aplicação do Resultado	Aument. / (diminui.)	Saldos Finais
Capital	4.000.000	0	0	4.000.000
Reserva Legal	1.782.589	164.299	0	1.946.888
Outras reservas	5.399.403	657.198	0	6.056.601
Resultados Potenciais	36.876	0	0	36.876
Resultados Transitados	107.593	0	0	107.593
Resultado do Exercício	821.497	-821.497	2.488.739	2.488.739
	<b>12.147.958</b>	<b>0</b>	<b>2.488.739</b>	<b>14.636.697</b>

O movimento ocorrido nos Fundos Próprios de 2016 resulta da aplicação dos resultados de 2015 aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 22 de Abril de 2016:

- 164.299 mAOA para constituição de reservas legais;
- 657.198 mAOA para constituição de reservas livres.

Assim, o capital social do Banco, encontra-se dividido em 5.000.000 acções, com o valor nominal de 800 Kwanzas cada, apresentando a seguinte estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2016:

Escalaço	% Participação Acumulada	Nº de Accionistas	Nº de acções detidas
Inferior a 2%	29,28%	28	1.463.910
De 2 a 5%	63,77%	21	3.188.511
Superior a 5%	6,95%	1	347.579
	<b>100,00%</b>	<b>50</b>	<b>5.000.000</b>

Dada a elevada dimensão da estrutura accionista do Banco Keve, a 31 de Dezembro de 2016, a mesma foi apresentada por escalões de participação.

### Aumento de capital

O Banco aprovou em Assembleia Geral extraordinária realizada no dia 27 de Novembro de 2015, um aumento de capital social com o objectivo de passar o capital do Banco de 4.000.000 mAOA para 31.000.000 mAOA através da emissão de 33.750.000 novas acções ao valor nominal de 800 AOA. Não tendo sido possível concretizar esta operação no exercício de 2016, o Banco estima a sua concretização no exercício de 2017.

As novas entradas serão subscritas pelos accionistas em numerário no exercício do seu respectivo direito de preferência e na proporção das suas participações sociais actuais.

## 22. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>		
<b>De aplicações de liquidez</b>	<b>646.716</b>	<b>334.636</b>
- Provento Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	412.641	266.458
- Provento Operações Compra Título Terceiro com acordo a Revenda	234.075	68.178
<b>De Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>3.330.821</b>	<b>1.236.664</b>
- Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até ao Vencimento	2.398.691	827.051
- Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos para Negociação	932.130	409.613
<b>De créditos</b>	<b>8.639.678</b>	<b>6.173.572</b>
- Crédito Interno	8.330.602	6.092.090
- Associado a Crédito Vencido	274.957	37.136
- Crédito Exterior	34.119	44.346
<b>Total dos proveitos de Instrumentos Financeiros Activos</b>	<b>12.617.215</b>	<b>7.744.872</b>
<b>Custos de Instrumentos Financeiros Passivos</b>		
<b>De depósitos</b>	<b>-1.379.396</b>	<b>-914.777</b>
- Custos de Depósitos a Prazo	-1.372.300	-913.144
- Custos de Depósitos à Ordem	-7.096	-1.633
<b>De captação de liquidez</b>	<b>-152.624</b>	<b>-23.610</b>
- Custos operações Mercado Monetário interfinanceiro	-149.174	-22.847
- Custos operações Venda Títulos próprio com acordo a recompra	-3.450	-763
<b>De outras captações</b>	<b>-376.157</b>	<b>-296.759</b>
- Custos captação com Dívida Subordinada	-363.999	-269.074
- Custos outras captações contratadas	-12.158	-27.685
<b>Total dos proveitos de Instrumentos Financeiros Passivos</b>	<b>-1.908.177</b>	<b>-1.235.146</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>10.709.038</b>	<b>6.509.726</b>

## 23. RESULTADO DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTE AO VALOR JUSTO

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 AOA	2015 AOA
Resultado Negociação Títulos e Valores Mobiliários	5.313.492	1.853.735

Nesta rubrica estão registados os ganhos resultantes das flutuações cambiais das Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (Nota 5).



## 24. RESULTADOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Resultado Operações Cambiais Notas Moedas</b>	<b>4.017.894</b>	<b>11.682.085</b>
- Compra e Venda de Notas e Moedas	225.252	126.247
- Reavaliação	3.792.642	11.555.838
<b>Resultado Operações Cambiais Divisas</b>	<b>-2.089.287</b>	<b>-9.847.899</b>
- Compra e Venda de Divisas	1.415.745	1.218.122
- Reavaliação	-4.518.185	-10.723.384
- Remessas de Valores	912.462	-344.342
- Visa	100.691	1.705
	<b>1.928.607</b>	<b>1.834.186</b>

Nesta rubrica são registados os proveitos gerados pelas operações cambiais e pela reavaliação da posição cambial do balanço do Banco.

Estes valores não englobam os ganhos resultantes das flutuações cambiais das Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos, as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Resultados de negociação e ajustes ao valor justo” (Nota 23).

## 25. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 AOA	2015 AOA
<b>Proveitos de Prestação de Serviços</b>	<b>3.757.249</b>	<b>2.897.031</b>
Comissão sobre Operações Cambiais	1.840.278	906.289
Serviços Bancários prestados	881.416	1.035.415
Garantias prestadas	536.663	541.005
Comissões pela abertura de linhas de crédito	113.780	282.982
Outros	385.112	131.340
<b>Custo Comissão Corretagem e Custódia</b>	<b>-246.848</b>	<b>-457.356</b>
	<b>3.510.401</b>	<b>2.439.675</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Comissões recebidas por serviços bancários prestados” corresponde essencialmente às comissões de cobrança de valores, de compensação electrónica e outras.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Comissões recebidas sobre operações cambiais” corresponde às comissões cobradas pelo Banco nas operações de emissão de ordens de pagamento sobre o estrangeiro.

## 26. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Provisões para crédito de cobrança duvidosa (Nota 7)	-6.926.040	-2.858.444
Provisões para garantias prestadas (Nota 7 e 20)	-815.693	-192.452
	<b>-7.741.733</b>	<b>-3.050.896</b>

O movimento ocorrido nas provisões para crédito de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	2015 mAOA	Reforços	Reversões	Utilizações	2016 mAOA
Provisões para crédito (Nota 7)	1.896.598	6.951.821	-25.781	-2.600.300	6.143.620

	2014 mAOA	Reforços	Reversões	Utilizações	2015 mAOA
Provisões para crédito (Nota 7)	1.236.894	2.894.495	-36.051	-2.278.846	1.896.598

## 27. PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Remunerações</b>	<b>4.369.302</b>	<b>2.789.878</b>
Órgãos de Gestão	1.003.123	623.961
Empregados	3.366.179	2.165.917
Encargos Sociais Obrigatórios	203.798	133.791
Encargos Sociais Facultativos	21.058	3.481
Outros custos com o pessoal	29.140	30.434
	<b>4.623.298</b>	<b>2.957.584</b>
Nº de colaboradores em 31 de Dezembro	516	471

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o número médio de trabalhadores ascende a 516 e 471, respectivamente. O crescimento verificado nos custos com remunerações em 2016 deveu-se essencialmente à abertura de novas agências e ao reforço de áreas técnicas dos serviços centrais do Banco, no seguimento da sua política de crescimento. Adicionalmente, a variação registada é também justificada pelo ajuste pontual dos salários efectuado pelo Banco, de forma a colmatar a desvalorização do Kwanza no início do exercício de 2016. Assim, em Março de 2016 foi definida pelo Banco uma taxa de câmbio média revista para actualização dos salários, a ser aplicada ao valor dos mesmos em Dólares.

Esta rubrica inclui prémios a pagar aos colaboradores em 2017 referentes ao exercício de 2016 no montante de 471.498 mAOA (Nota 19).

**28. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Deslocações, estadas e representações	594.716	200.143
Publicidade e edição de publicações	527.890	713.739
Impressos e material de consumo	501.155	146.671
Transportes:		
De Valores	489.642	186.097
De Equipamento e outros Materiais	2.349	4.357
De Pessoal	255	0
Serviços especializados:		
De segurança e vigilância	396.588	414.392
De banco de dados	385.000	409.859
De consultoria	285.691	160.216
De informática	7.793	8.256
Outros	293.950	145.514
Seguros	347.702	207.153
Rendas e alugueres	345.616	217.931
Conservação e reparação	221.117	328.352
Comunicações	82.642	53.761
Encargos com acções de natureza cultural	57.815	9.522
Encargos com a formação de pessoal	12.662	27.004
Custos com o trabalho independente	8.552	11.053
Outros	74.056	9.327
	<b>4.635.192</b>	<b>3.253.348</b>

**29. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Quotizações	211.538	1.103.190
Outros custos operacionais	59.894	-21.247
	<b>271.432</b>	<b>1.081.943</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Quotizações” refere-se essencialmente a patrocínios diversos e a rubrica “Outros custos operacionais” a custos e prejuízos diversos.

**30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
De imobilizações incorpóreas	32.425	125.245
De imobilizações corpóreas	684.743	633.194
	<b>717.168</b>	<b>758.439</b>

**31. PROVISÕES SOBRE OUTROS VALORES E RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Povisões para responsabilidades prováveis natureza cível	0	27.116
Compensação por reforma	0	6.315
Fundo de pensões	0	111.092
Prémio de antiguidade (Nota 20)	394	1.428
	<b>394</b>	<b>145.951</b>

**32. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o saldo desta rubrica dizia essencialmente respeito ao recebimento de juros e prestações de crédito que já haviam sido abatidos ao activo e que respeitam ao exercício corrente.

**33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016 mAOA	2015 mAOA
Ganhos e Perdas Imobilizações	-44.439	0
Result. Alienação Imobilização	137	0
Resultados de Exercícios Anteriores	-582.580	-1.254.070
	<b>-626.882</b>	<b>-1.254.070</b>

O saldo da rubrica “Resultados de Exercícios Anteriores” incorpora proveitos relacionados com a liquidação por parte dos clientes de juros de crédito vencidos que respeitam a exercício anteriores e custos relacionados com a regularização de activos considerados não recuperáveis.

### 34. ENCARGOS SOBRE RESULTADOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

mAOA	2016		2015	
	Imposto		Imposto	
Resultados antes de impostos		2.570.732		1.189.157
Rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes sujeitos a IAC		-3.311.327		-1.294.158
Custos fiscalmente não aceites:				
Impostos (incluindo IAC)		13.823		72.287
Despesas de representação		406.465		0
Outros		593.619		1.258.248
<b>Lucro Tributável</b>		<b>273.312</b>		<b>1.225.534</b>
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Imposto apurado (Colecta)	30,00%	81.993	30,00%	367.660
Deduções à Colecta		0		0
<b>Imposto a pagar/recuperar</b>		<b>81.993</b>		<b>367.660</b>

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2016 e de 2015, bem como a reconciliação entre o custo/proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

mAOA	2016		2015	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultados antes de impostos		2.570.732		1.189.157
Imposto apurado com base na taxa nominal do imposto	30,00%	771.220	30,00%	356.747
Rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes sujeitos a IAC	-38,64%	(993.398)		(388.247)
Custos fiscalmente não aceites:				
Impostos (incluindo IAC)	0,16%	4.147	1,82%	21.686
Despesas de representação	4,74%	121.940	0,00%	-
Outros	6,93%	178.084	31,74%	377.474
<b>Imposto a pagar/recuperar</b>	<b>3,19%</b>	<b>81.993</b>	<b>30,92%</b>	<b>367.660</b>

### 35. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os balanços por moeda apresentavam a seguinte composição:

mAOA	31-12-2016				31-12-2015			
	MN	Indexado a ME	ME	Total	MN	Indexado a ME	ME	Total
<b>ACTIVO</b>								
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>8.543.638</b>	<b>0</b>	<b>8.229.157</b>	<b>16.772.795</b>	<b>20.929.778</b>	<b>0</b>	<b>4.030.107</b>	<b>24.959.885</b>
Caixa e disponibilidades no Banco Central	8.543.638	0	809.050	9.352.688	20.929.778	0	1.303.769	22.233.547
Disponibilidades em Inst. Financeiras	0	0	7.420.107	7.420.107	0	0	2.726.338	2.726.338
<b>APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ</b>	<b>1.007.975</b>	<b>0</b>	<b>4.218.637</b>	<b>5.226.612</b>	<b>500.855</b>	<b>0</b>	<b>6.894.252</b>	<b>7.395.107</b>
Operações no Mercado Monetário Interbancário	1.007.975	0	4.218.637	5.226.612	0	0	6.894.252	6.894.252
Operações Compra Título Terceiros c/ Acordo Revenda	0	0	0	0	500.855	0	0	500.855
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>11.099.072</b>	<b>37.685.992</b>	<b>1.382.871</b>	<b>50.167.935</b>	<b>7.248.724</b>	<b>22.207.573</b>	<b>1.127.115</b>	<b>30.583.412</b>
Títulos mantidos para Negociação	7.868.728	455.149	0	8.323.877	4.128.625	2.524.275	0	6.652.900
Títulos mantidos até ao Vencimento	3.230.344	37.230.843	1.382.871	41.844.058	3.120.099	19.683.298	1.127.115	23.930.512
<b>CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS</b>	<b>392.843</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>392.843</b>	<b>185.786</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>185.786</b>
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.356</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.356</b>
<b>CRÉDITOS</b>	<b>56.153.906</b>	<b>1.948.537</b>	<b>0</b>	<b>58.102.443</b>	<b>57.070.084</b>	<b>1.530.549</b>	<b>0</b>	<b>58.600.633</b>
Créditos	62.003.498	2.242.565	0	64.246.063	58.672.654	1.824.577	0	60.497.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-5.849.592	-294.028	0	-6.143.620	-1.602.570	-294.028	0	-1.896.598
<b>OUTROS VALORES</b>	<b>3.202.053</b>	<b>0</b>	<b>154.480</b>	<b>3.356.533</b>	<b>3.227.270</b>	<b>0</b>	<b>199.883</b>	<b>3.427.153</b>
Outros valores de Natureza Fiscal	173.685	0	0	173.685	148.982	0	0	148.982
Outros Valores de Natureza Cível	2.312.334	0	104.564	2.416.898	2.063.389	0	143.178	2.206.567
Outros Valores de Natureza Administrativa	655.494	0	49.916	705.410	954.359	0	56.705	1.011.064
Bens não de uso próprio	60.540	0	0	60.540	60.540	0	0	60.540
<b>IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>6.667.817</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.667.817</b>	<b>5.619.265</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.619.265</b>
Imobilizações Financeiras	108.822	0	0	108.822	118.075	0	0	118.075
Imobilizações Corpóreas	6.543.234	0	0	6.543.234	5.122.185	0	0	5.122.185
Imobilizações Incorpóreas	15.761	0	0	15.761	379.005	0	0	379.005
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>87.067.304</b>	<b>39.634.529</b>	<b>13.985.145</b>	<b>140.686.978</b>	<b>94.787.118</b>	<b>23.738.122</b>	<b>12.251.357</b>	<b>130.776.597</b>
<b>PASSIVO</b>								
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>68.463.030</b>	<b>12.230.100</b>	<b>8.570.494</b>	<b>89.263.624</b>	<b>84.408.160</b>	<b>5.027.202</b>	<b>7.562.127</b>	<b>96.997.489</b>
À ordem	45.666.448	0	5.105.280	50.771.728	69.525.730	0	4.670.809	74.196.539
A prazo	22.796.582	12.230.100	3.465.214	38.491.896	14.882.430	5.027.202	2.891.318	22.800.950
<b>CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ</b>	<b>1.010.849</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.010.849</b>	<b>65.579</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>65.579</b>
Operação Venda Tít. Próprio c/ Acordo Recompria	1.010.849	0	0	1.010.849	65.579	0	0	65.579
<b>OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS</b>	<b>521.312</b>	<b>0</b>	<b>2.200</b>	<b>523.512</b>	<b>786.344</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>786.344</b>
<b>OPERAÇÕES CAMBIAIS</b>	<b>26.084.563</b>	<b>0</b>	<b>1.639.251</b>	<b>27.723.814</b>	<b>13.447.074</b>	<b>0</b>	<b>4.282</b>	<b>13.451.356</b>
<b>OUTRAS CAPTAÇÕES</b>	<b>144.031</b>	<b>0</b>	<b>3.411.334</b>	<b>3.555.365</b>	<b>144.031</b>	<b>0</b>	<b>3.806.186</b>	<b>3.950.217</b>
Dívida Subordinada	0	0	3.411.334	3.411.334	0	0	2.784.857	2.784.857
Outras Captações Contratadas	144.031	0	0	144.031	144.031	0.021.329	1.165.360	
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>1.815.803</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.815.803</b>	<b>1.616.078</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.616.078</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.678.229	0	0	1.678.229	1.239.701	0	0	1.239.701
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	137.574	0	0	137.574	376.377	0	0	376.377
<b>PROVISÕES P/ RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS</b>	<b>1.958.366</b>	<b>0</b>	<b>198.948</b>	<b>2.157.314</b>	<b>1.564.786</b>	<b>0</b>	<b>196.790</b>	<b>1.761.576</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>99.997.954</b>	<b>12.230.100</b>	<b>13.822.227</b>	<b>126.050.281</b>	<b>102.032.052</b>	<b>5.027.202</b>	<b>11.569.385</b>	<b>118.628.639</b>
<b>Exposição cambial líquida de balanço</b>	<b>-12.930.650</b>	<b>27.404.429</b>	<b>162.918</b>	<b>14.636.697</b>	<b>-7.244.934</b>	<b>18.710.920</b>	<b>681.972</b>	<b>12.147.958</b>
CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS DE IMPORTAÇÃO	0	0	6.583.951	6.583.951	0	0	6.283.736	6.283.736
GARANTIAS PRESTADAS	5.832.909	0	179.175	6.012.084	6.377.183	0	108.252	6.485.435
<b>Exposição líquida com extrapatrimoniais</b>	<b>-18.763.559</b>	<b>27.404.429</b>	<b>-6.600.208</b>		<b>-13.622.117</b>	<b>18.710.920</b>	<b>-5.710.016</b>	



### 36. PARTES RELACIONADAS

O montante global de activos, passivos e responsabilidades extrapatrimoniais a 31 de Dezembro de 2016 relativos a accionistas, membros dos órgãos sociais, empresas associadas e sociedades e entidades colectivas onde os accionistas e membros dos órgãos sociais têm influência significativa, tem a seguinte composição:

<b>mAOA</b>	<b>Accionistas</b>	<b>Membro do Conselho de Administração</b>	<b>Sociedade onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa</b>	<b>Total</b>	<b>Valor</b>
Crédito	83.787	446.464	16.717.406		<b>17.247.656</b>
Outros valores	0	0	1.732.262		<b>1.732.262</b>
<b>Depósitos</b>					
Depósitos à ordem	-331.943	-28.997	78.274		<b>-282.665</b>
Depósitos à prazo	-163.476	0	-210.584		<b>-374.060</b>
<b>Resultados</b>					
Juros e proveitos equiparados	0	0	770.546		<b>770.546</b>
Juros e custos equiparados	-21.770	-1.150	0		<b>-22.920</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias bancárias	80.309	390.819	2.580.397		<b>3.051.525</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, a sua composição era a seguinte:

<b>mAOA</b>	<b>Accionistas</b>	<b>Membro do Conselho de Administração</b>	<b>Sociedade onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa</b>	<b>Total</b>	<b>Valor</b>
Crédito	106.443	73.008	15.849.600		<b>16.029.051</b>
Outros valores	0	0	1.732.262		<b>1.732.262</b>
Depósitos	-541.276	-127.235	-96.164		<b>-764.675</b>
Garantias Bancárias	0	0	2.555.927		<b>2.555.927</b>

De acordo com a Lei das instituições financeiras:

- (i) É considerada participação qualificada a detenção numa sociedade de percentagem não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto;
- (ii) Existe relação de domínio quando uma pessoa singular ou colectiva (entre outros) possa exercer uma influência dominante sobre a sociedade por força do contrato ou estatutos ou detenha uma participação igual ou superior a 20% do capital da sociedade, desde que exerça efectivamente posição dominante ou se encontrem ambas colocadas sob direcção única.

**37. RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS (EXTRAPATRIMONIAIS)**

	2016 mAOA	2015 mAOA
<b>Garantias e outros passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	6.012.084	6.485.435
Créditos documentários abertos	6.583.951	6.283.736
	<b>12.596.035</b>	<b>12.769.171</b>
<b>Compromisso Assumido perante Terceiros</b>		
Linhas de Crédito Irrevogáveis	829.515	1.353.150
	<b>829.515</b>	<b>1.353.150</b>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços:</b>		
De depósito e guarda de valores	189.616	1.022.435
De cobrança de valores	0	2.706
	<b>189.616</b>	<b>1.025.141</b>
<b>Outras contas extrapatrimoniais</b>		
Juros Vencidos	2.296.282	2.096.663
Crédito abatido por utilização de provisões	8.683.904	6.083.604
	<b>10.980.186</b>	<b>8.180.267</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2016 as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias prestadas e créditos documentários abertos ascendem a 1.939.336 mAOA (em 31 de Dezembro de 2015 o valor era de 1.107.624 mAOA) (Nota 20).

A exposição a créditos documentários à importação abertos que não está abrangida pela provisão referida encontra-se coberta em mais de 100% por depósitos de clientes junto do Banco.

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Estes compromissos representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

**38. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2016, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações adicionais nas Notas às Contas relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

O Banco Nacional de Angola está a promover a adopção plena das IAS/IFRS para o sector bancário nacional, devendo o Banco transitar para as mesmas a partir de 1 de Janeiro de 2017. Este processo implica a revisão dos actuais normativos incluindo a revisão do CONTIF nas matérias em que actualmente não existe convergência.

O Banco encontra-se a efectuar a identificação e quantificação dos impactos de transição para as IAS/IFRS, bem como a proceder à adaptação das suas políticas e procedimentos em conformidade com as regras em definição pelo BNA.

**39. OUTRAS DIVULGAÇÕES**

As normas em vigor relativamente aos elementos para publicação oficial impõem a explicação de alguma informação e indicações acerca das contas anuais mencionadas no balanço e na demonstração dos resultados. A sua menção é feita pela respectiva ordem definida no Aviso nº 15/07 de 12 de Setembro do BNA e, para os casos em que exista a competente explicação algures no relatório ou nas notas às demonstrações financeiras, isso será mencionado.

- O resumo dos principais critérios contabilísticos encontra-se descrito na Nota 2;
- O Banco não procedeu à reavaliação dos imóveis de uso próprio;
- O investimento relevante em outras sociedades encontra-se descrito na Nota 12;
- O Banco não procedeu à venda de bens a prazo a sociedades ligadas;
- As garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades encontram-se descritas na Nota 37;
- O capital social encontra-se descrito nas Notas 1 e 21;
- O Banco procedeu à distribuição dos dividendos relativos ao exercício de 2015;
- Os resultados por acção são apresentados na demonstração dos resultados;
- Os créditos transferidos para prejuízo, renegociados e recuperados no período encontram-se descritos na Nota 7;
- O Banco não tem sucursais no exterior;
- Não existem acções com opções de compra das acções outorgadas e exercidas no período;
- Foram efectuados os desdobramentos das principais contas cujo saldo tenha ultrapassado o limite de 10% do valor do respectivo grupo ou classe;

- m) Não existem eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre os resultados do Banco;
- n) Não existem créditos fiscais no exercício;
- o) As informações relativas aos títulos e valores mobiliários encontram-se descritos na Nota 5;
- p) Não existem instrumentos financeiros e derivados à data de encerramento.







PARECER DO CONSELHO FISCAL

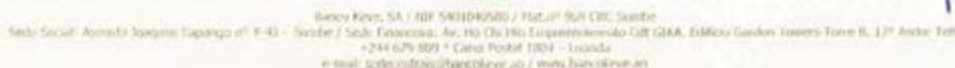




Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

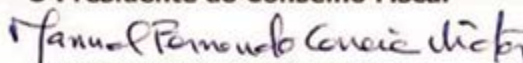




- 6- Resultante do trabalho de acompanhamento realizado, o Conselho Fiscal constatou o crescimento do Banco em termos gerais, conforme podemos constatar na documentação que nos é presente pelo Conselho Administração, tendo reiterado a importância e pertinência da plena efectivação da deliberação do aumento do Capital Social do Banco, visando reforçar a sua robustez e sustentabilidade no mercado em que nos inserimos.
- 7- O Conselho Fiscal, em resumo assevera, que a contabilidade, o Balanço, a Demonstração de resultados e o Relatório de Gestão, satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo apropriadamente a situação patrimonial do Banco, aos 31 de Dezembro de 2016.
- 8- Neste contexto o Conselho Fiscal, propõe, que sejam submetidos a apreciação da Assembleia Geral e consequentemente, aprovados:
- O Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e contas do exercício de 2016.
- E
- A proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

**Conselho Fiscal do Banco Regional do Keve, em Luanda, aos 24 de Abril de 2017.**

**O Presidente do Conselho Fiscal**

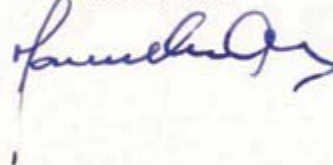
  
Manuel Fernando Correia Victor

**Os Vogais:**

João da Silva



Manuel Carneiro











Banco *Keve*

O BANCO À SUA MEDIDA

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAOA)

Ao  
Conselho de Administração  
do Banco Regional do Keve, S.A.

### **Introdução**

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Regional do Keve, S.A. (adiante designado por “Banco”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 140.686.978 mAOA e fundos próprios de 14.636.697 mAOA incluindo um resultado líquido de 2.488.739 mAOA, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade por quotas | NIPC: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106-97 | Capital social: KZ 1.620.000 | Sede: Edifício Escom, Rua Marechal Brás Tito, 33/41 - 7º, Ingombota, Luanda | Escritório em Talatona: Condomínio Cidade Financeira, Via 58, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda



## Bases para a opinião com reservas

6. Em resultado da análise efectuada à carteira de crédito concedido, juros de crédito e "outros valores" a receber pelo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e ao sistema de controlo interno implementado nestas áreas, verificámos que em parte por limitações dos seus sistemas informáticos e pelos processos implementados, o Banco não se encontrava a cumprir adequadamente com todos os requisitos previstos nos Avisos n.º 11/2014 e n.º 12/2014 e no Instrutivo n.º 9/2015, do Banco Nacional de Angola, relativamente à classificação de risco das operações de crédito e consequente apuramento das provisões, incluindo em operações de crédito concedido a entidades relacionadas (Nota 36). Neste contexto, não obstante o reforço significativo das provisões para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios de 2016 e 2015 (Nota 26) nos montantes líquidos de 6.926.040 mAOA e 2.858.444 mAOA, respectivamente, atendendo às deficiências acima indicadas e às conclusões que nos foi possível obter da análise específica da carteira de crédito concedido (Nota 7), dos juros de crédito na demonstração de resultados (Nota 22) e dos "outros valores" a receber (Notas 9 e 10), entendemos que as respectivas provisões são insuficientes para fazer face aos riscos a que se destinam e às perdas estimadas que, devido às referidas limitações e à informação disponível, não nos foi possível quantificar.

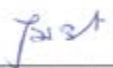
## Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Regional do Keve, S.A. em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2 do Anexo).

## Ênfase

8. Atendendo aos impactos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, a capacidade do Banco para continuar as operações depende do sucesso das suas operações futuras e da manutenção do suporte financeiro dos accionistas. Conforme descrito na Nota 21, em Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2015 foi aprovado um aumento de capital que o Conselho de Administração estima que seja concretizado no exercício de 2017.

Luanda, 21 de Abril de 2017

  
Deloitte & Touche - Auditores, Limitada  
Representada por José António Mendes Garcia Barata  
Membro da OCPA nº 20130163





AGÊNCIAS BANCO KEVE





**Banco** *Keve*  
O BANCO À SUA MEDIDA



## Agências abertas até 31 de Dezembro de 2016

### Sede Social

#### Sumbe

Av. Joaquim Kapango nº Y-13  
Kwanza Sul

### BENGUELA

#### AGÊNCIA BENGUELA

Rua Aires de Almeida Santos Nº 75

#### AGÊNCIA LOBITO

Zona Comercial - Av. 25 de Abril Nº 73/75/77

#### AGÊNCIA LOBITO SECIL

Instalações da Secil Cimentos, Bairro Lobito Velho - Lobito

#### AGÊNCIA LOBITO CATUMBELA

Rua da Fábrica Velha, Antiga Açucareira Catumbela

#### AGÊNCIA LOBITO RESTINGA

Avenida de Moçambique Nº 99

### CABINDA

#### AGÊNCIA CABINDA

Av. Comendador Henrique Serrano

#### AGÊNCIA MASSABI

Instalações do Posto Fronteiriço de Massabi

### CUANDO CUBANGO

#### AGÊNCIA MENONGUE

Rua 1º de Maio

#### BALCÃO CATUITUI

Posto Fronteiriço do Cuangar

#### AGÊNCIA CUANGAR

Cuangar

#### POSTO RIVUNGO

Posto Fronteiriço do Cuangar

### CUNENE

#### AGÊNCIA SANTA CLARA

Estrada Principal de Santa Clara, Edifício do Posto Aduaneiro

#### AGÊNCIA BROMANGOL SANTA CLARA

Estrada Principal de Santa Clara, Edifício da Bromangol, Santa Clara

### HUAMBO

#### AGÊNCIA HUAMBO

Rua Trazeiro Lopes Cidade Baixa

#### AGÊNCIA HUAMBO NOCEBO

Zona Industrial do Huambo, Bairro da Chiva

### KWANZA SUL

#### AGÊNCIA SUMBE - SEDE SOCIAL

Av. Joaquim Kapango Nº Y- 43 - Sumbe

### Sede Financeira

#### Luanda

Av. Ho Chi Min Empreendimento Cdt GIKa.  
Edifício Garden Towers - Torre B, 11º e 12º Andar

#### AGÊNCIA WACO KUNGO

Rua 4 de Fevereiro

#### AGÊNCIA CALULO

Rua 11 de Novembro, R/C

#### AGÊNCIA DE PORTO - AMBOIM

Rua Viriato da Cruz-Complexo Industrial da PESKWANZA-EP, Lote N/D,R/C

#### BALCÃO ALFÂNDEGA PORTO - AMBOIM

Porto Amboim

#### BALCÃO REPARTIÇÃO FISCAL DO CALULO

Rua 10 de Novembro

#### AGÊNCIA SELES

Rua Lar 2 dos Estudantes

#### BALCÃO REPARTIÇÃO FISCAL DO WACO KUNGO

Rua 4 de Fevereiro S/N

### LUANDA

#### AGÊNCIA RAINHA GINGA

Rua Rainha Ginga, 77

#### AGÊNCIA MACULUSSO

Rua Joaquim Kapango, 32

#### AGÊNCIA NOCAL

Instalações da Nocal, Bairro Hoji Ya Henda

#### AGÊNCIA NOVA CIMANGOLA

Instalações da Fabrica da Nova Cimangola, Bairro Kikolo

#### AGÊNCIA CUCA

Rua N'gola kiluanje Instalações da Cuca, Bairro Cazenga

#### AGÊNCIA TALATONA II

Estrada Direita do Futungo, S/N, Bairro Benfica

#### AGÊNCIA PORTO DE LUANDA

Av. 4 de Fevereiro Instalações do Porto de Luanda, Bairro Boavista

#### AGÊNCIA AEROPORTO

Av. 21 de Janeiro / Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro Terminal de Carga Aerea

#### AGÊNCIA PORTO SECO

Instalações Porto Seco Viana

#### AGÊNCIA SOVINHOS

Instalações Seis Líquidos/Sovinhos Viana

#### AGÊNCIA CACUACO

Rua do Mutobe, Instalações da Vidrul

#### AGÊNCIA SERPA PINTO

Largo Serpa Pinto - Rua Amílcar Cabral Nº 4A

**AGÊNCIA NOVA VIDA**

Rua 55 / 60, Projecto Nova Vida

**AGÊNCIA NOVA VIDA II**

Rua 53, Projecto Nova Vida, Município de Belas

**BALCÃO CORREIOS DE ANGOLA**

Av. 4 de Fevereiro, Bairro Mutamba

**BALCÃO AEROPORTO 4 DE FEVEREIRO PARTIDAS**

Av. 21 de Janeiro Terminal de Passageiros

**BALCÃO AEROPORTO 4 DE FEVEREIRO CHEGADAS**

Av. 21 de Janeiro Terminal de Passageiros

**AGÊNCIA MAJOR KANHANGULO**

Rua Major Kanhangulo, Nº 61 B

**AGÊNCIA KILAMBA KIAXE**

Nova Cidade do Kilama Kixaxe

**AGÊNCIA GIKA - SEDE FINANCEIRA**

Av. Ho Chi Min, Edifício Garden Towers - Torre B, 11º andar

**AGÊNCIA UNIVERSIDADE METODISTA**

Rua Nossa Senhora da Muxima, Bairro Ingombotas

**BALCÃO UNIVERSIDADE ISPAJ**

Projecto Nova Vida

**CENTRO DE EMPRESAS R. GINGA**

Rua Rainha Ginga, 77

**CENTRO DE EMPRESAS PATRIOTA**

Rua do Patriota S/N, Município de Belas

**CENTRO DE EMPRESAS TALATONA II**

Rua Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Município de Belas

**CENTRO DE EMPRESAS VIANA COMETA**

Estrada de Catete S/N, Município de Viana

**CENTRO DE EMPRESAS ROYALM PARK**

Rua Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Município de Belas

**DIRECÇÃO DE PRIVATE**

Rua Rainha Ginga, 77

**AGÊNCIA PATRIOTA**

Rua do Patriota S/N, Município de Belas

**AGÊNCIA VIANA COMETA**

Estrada de Catete S/N, Município de Viana

**AGÊNCIA LUANDA SHOPPING**

Av. Cmd. Gika, Município de Luanda

**AGÊNCIA SONANGALP KM 32**

Estrada de Catete S/N Km 32, Município de Viana

**LUBANGO****AGÊNCIA LUBANGO**

Rua 1º de Agosto Nº 26, Bairro Comercial

**AGÊNCIA LUBANGO ALFÂNDEGA**

Rua Eng. Torres

**MALANGE****AGÊNCIA MALANGE**

Rua Comandante Dangereux, Prédio Che-Guevara R/C

**NAMIBE****AGÊNCIA NAMIBE ALFÂNDEGA**

Rua Ekuikui II

**AGÊNCIA NAMIBE**

Rua da Praia do Bomfim

**SOYO****AGÊNCIA SOYO BASE DO KWANDA**

Instalações da Base do Kwanda

**AGÊNCIA SOYO HOTEL NEMPANZO**

Instalações do Hotel Nempanzo

[www.bancokeve.ao](http://www.bancokeve.ao)

Edição: Banco Keve  
Paginação: Futuro Publicidade, Lda.

Data: Agosto 2017





# BancoKeve

Av. Ho Chi Min Empreendimento Cdt Gika.  
Edifício Garden Towers - Torre B, 11º/12º Andar  
Tel: +244 222 679 800  
Fax: +244 222 370 039

[www.bancokeve.ao](http://www.bancokeve.ao)